

Angela Vieira Neves

A Assistência Social: do discurso à prática profissional - as representações dos Assistentes Sociais da Legião Brasileira da Assistência.

Dissertação de Mestrado

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, de abril de 1994.

Angela Vieira Neves

A Assistência Social: do discurso à prática profissional - as representações dos Assistentes Sociais da Legião Brasileira da Assistência.

Dissertação apresentada ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Sebastiana R. de Brito

**Departamento de Serviço Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, de abril de 1994.**

Aos profissionais de Serviço Social, que lutam pela qualidade e enriquecimento de uma profissão que aponta como uma estrela-guia questionadora do status-quo, brilhante em seu fazer cotidiano na busca de uma nova profissão que desvende os determinantes ocultos da dominação. A esses profissionais dedico a dissertação que ora se apresenta.

Agradecimentos

A minha irmã Valéria, por todo o apoio e todo amor nos difíceis momentos da construção dessa dissertação.

À CAPES, pelo financiamento desse mestrado recebido durante o curso.

Ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ, que me permitiu o aprofundamento de meus questionamentos e enriquecimento no caminhar científico.

A Ana Cristina, bibliotecária da LBA do Rio de Janeiro.

Às Assistentes Sociais da LBA, porque sem elas essa dissertação não aconteceria.

A Deus, que me ilumina nessa estrada de luz que representa a vida.

E, especialmente, à minha querida orientadora Sebastiana, R. de Brito, pela dedicação e competência profissional, suscitando em mim um sentimento de desabrochar como uma flor.

Enfim, a todos vocês, que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização deste trabalho.

"Ao desvelar, crio o que é; ao dar a verdade, dou-te o que já te é oferecido. Mas, além disso, dou-o à tua pura liberdade, posto que é preciso que tu recries o que é por teu turno (já que a liberdade implica que a verdade não seja jamais dada)".

Sartre.

Resumo

A dissertação que ora se apresenta tem como objeto de estudo investigar a percepção da assistência entre os mediadores do Estado e das classes populares, representados pelos Assistentes Sociais da LBA.

O objetivo deste trabalho é o de compreender a representação dessa assistência entre os profissionais de Serviço Social, a fim de buscar uma aproximação entre o discurso de direitos presente na academia e a prática dos Assistentes Sociais.

Neste intuito, recorreremos a matizes teóricas utilizando, prioritariamente, a categoria da representação dentro da perspectiva marxiana. E, ainda, nos fundamentamos na questão da ideologia, práxis, imaginário e do Estado enquanto conceitos básicos para a compreensão da assistência na relação contraditória entre capital versus trabalho, vigente na sociedade capitalista monopolista.

Como procedimentos metodológicos adotamos o método qualitativo do Estudo de Caso, tomando como instrumento a análise de conteúdo a fim de desvendarmos os discursos proferidos pelos Assistentes Sociais.

Resumé

Cette dissertation a pour but de chercher la perception de l'assistance entre les médiateurs de l'Etat et les classes populaires représentées par les Assistantes Sociales de la LBA.

L'objectif de ce travail est de comprendre la représentation de cette assistance entre professionnels du service social afin de trouver un rapprochement entre le discours à l'académie concernant les droits et la pratique des assistantes sociales.

C'est avec cette intention que nous recourons à des nuances théoriques en utilisant, en priorité, la catégorie de représentation dans la perspective de Marx.

Et encore dans les fondements de la question de l'idéologie, de la praxis imaginaire de L'Etat tandis que des concepts basiques pour la compréhension de l'assistance dans le rapport contradictoire entre capital versus travail qui existe dans la société capitaliste monopoliste.

Comme procédés méthodologiques nous adoptons la méthode qualitative de l'étude du cas, prenant comme instrument l'analyse du contenu afin de comprendre le discours des assistantes sociales.

Sumário

Introdução	01
....	
<i>Capítulo 1º: Das origens à atualidade: a trajetória da Assistência na LBA: do discurso metamorfosado do estado ao discurso dos Assistentes Sociais.....</i>	11
1.1 - As condições histórico-sociais do surgimento da LBA.....	12
1.2 - A mágica encontrada pelo Estado de Vargas: a assistência social um foco de superação da pobreza?	15
....	
1.3 - A assistência social no final da década de 70 - A ilusão da assistência enquanto práticas de planos tecnocráticos: instrumento de dominação ou de transformação da pobreza?	24
1.4 - A assistência social na Nova República: direitos dos cidadãos - retórica ou realidade?	39
<i>Capítulo 2º - Um Brasil Novo, um cidadão novo? A cidadania no governo Collor: mascaramento?.....</i>	52
2.1 - A cidadania reflexo de uma história. As ambiguidades presentes no conceito de cidadania. O significado da cidadania na sociedade capitalista ser cidadão: utopia ou realidade?	53
2.2 - A consolidação da cidadania a partir da intervenção do Estado na sociedade brasileira. Fetiche?	59
....	
2.3 - Os dilemas da conquista da cidadania	

nos anos 90 a partir do imaginário dos
Assistentes Sociais: um cidadão 61
novo?

Capítulo 3º: Os descaminhos da Assistência Social na década de 90. O Estado e sua prioridade com as questões 76
sociais.

3.1 - O discurso Neo-Liberal nos anos 90:
um Estado de Mal Estar ou Bem 77
Estar?

3.2 - A gênese do discurso conservador e as prováveis influências do discurso neo-liberal presente na conjuntura dos anos 90. 83

3.3 - A assistência social na década de 90: entre as estratégias coletivas e individuais: avanços ou retrocessos? 91

Capítulo 4º: A questão da Assistência e o dilema no Serviço Social 113

4.1 - Um breve resgate histórico da assistência e sua vinculação com o Serviço Social 114

4.2 - Os limites e as possibilidades da prática na assistência: dimensão política ou conformista? 120

4.3 - Um encontro com o dilema: um

desafio para a profissão uma busca no horizonte, perdido.	talvez,	126
Considerações Finais		137
Bibliografia		142
...		
Anexo		154
....		

I - Introdução

O trabalho que ora se apresenta, sob a forma de dissertação de mestrado, tem como objeto de estudo investigar a percepção da assistência entre os profissionais de Serviço Social que atuam como mediadores entre o Estado e as classes subalternas numa instituição pública de Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência.

Compreendeu-se tal temática através do discurso produzido pela academia, que denominamos o debate contemporâneo, o discurso do Estado brasileiro no que se refere à Assistência Social, tomando como pano de fundo o governo Collor na década de 90 e, finalmente, o discurso proferido pelos Assistentes Sociais, objeto, portanto, de nossa reflexão.

O interesse e a escolha do tema surgiram como resultado de uma preocupação em estudar a questão da assistência social como um dos desafios presentes para os profissionais nos dias de hoje. Outro motivo, de igual importância, que me instigou à pesquisa, decorreu do fato de estar a assistência presente no âmbito do debate profissional enquanto problema relevante. Daí a indagação: como os assistentes sociais que estão trabalhando diretamente na prática da assistência entendem e compreendem essa questão? Quais serão as representações construídas na consciência desses profissionais? Como enfrentam, em seu cotidiano, essa problemática? Há uma aproximação entre esses profissionais da prática na assistência e o debate acadêmico?

Foi, portanto, tomando como ponto de partida essas interrogações que se constituíram, para mim, um desafio a ser percorrido durante o caminhar da construção da dissertação. Neste sentido, a investigação acerca das representações dos assistentes sociais de uma instituição pública, que tem como prática o atendimento assistencial,

será um instrumento importante para repensarmos a questão da assistência social a partir da ótica dos mediadores¹ privilegiados desse serviço prestado. Assim, faz-se necessário elucidar como esses profissionais entendem, pensam, reagem na sua prática mediatizada, como encaram a assistência em sua consciência social.

Sabemos que as instituições públicas de assistência social são o espaço privilegiado e prioritário de atuação dos profissionais de serviço social. Nesse contexto, o assistente social se insere como mediador primordial dos serviços oferecidos à população dentro do espaço institucional.

Através dessa investigação tentou-se desvelar a relação estabelecida entre o assistente social e a população. O Governo e a população, o assistente social e o Governo. A partir dessas múltiplas determinações entenderemos até onde o governo Collor, mediante a ascensão do discurso tido como Neo-Liberal, priorizou ou não as suas ações voltadas para a assistência social. O Estado, sendo o interlocutor privilegiado no trato com as questões sociais, atua no enfrentamento da pobreza através das ações de assistência como amenizadora dos conflitos gerados pela contradição do capital versus trabalho.

Pode-se enfatizar que as indagações que emergiram foram iniciadas quando me deparei, na graduação na Universidade Federal Fluminense, com o primeiro momento no processo de construção do conhecimento através da pesquisa de iniciação científica que discutia o imaginário dos usuários do Programa do Leite, numa favela da periferia de Niterói. Foi a partir dessa pesquisa que me aguçou a discussão da assistência que permeará a pesquisa. Ao me inserir no programa de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pude aprofundar minhas reflexões.

¹ - A categoria mediação é entendida, no âmbito desse trabalho, a partir da concepção de LUCKÁCS. Ao compreender a superação da imediatidade dos objetos concretos para se chegar à essência dos fenômenos que se manifestam nas relações mediatizadas. Pois, para o autor, "toda a mediação terá necessariamente como corolário um ponto de vista em que a objetividade por ela produzida reveste a forma de imediatidade". (LUCKÁCS, 1989; pag: 175)

A partir dessas considerações estabelecemos como objetivos pertinentes nessa pesquisa entender até que ponto as ações de assistência prestada pelo Estado tem contribuído para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais. Busca-se, principalmente, investigar a representação dos assistentes sociais, atores privilegiados no espaço institucional no repasse dos serviços às classes populares, a fim de esclarecermos e desvendarmos o discurso por eles pronunciado. Finalmente, gostaríamos de elucidar que este estudo representa uma modesta contribuição não só ao debate contemporâneo em torno da assistência como, também, à intervenção desses profissionais que trabalham diretamente na prática da assistência.

Assim, dentre as interrogações que me instigaram à realização dessa pesquisa, a que me acompanhou fixamente durante o trabalho e que assumiu a forma de hipótese, ou seja, de ponto inicial no caminhar, era: os assistentes sociais que são mediadores dessa prática numa instituição pública de assistência reproduzem ou não o discurso do Estado e uma prática alienada? Conseguirão construir uma nova representação dessa assistência que se traduza num discurso contra-hegemônico? Poderá existir um discurso e uma prática que mudarão a face mistificadora dessa assistência, rompendo-se com a representação instituída pelo Estado?

Logo, a inovação que dá relevância e na qual qualifica o empreendimento pela pesquisa é a revelação do que representa essa assistência na consciência social dos assistentes sociais que estão na prática. A consciência social é encarada neste trabalho a partir da noção de Marx ao afirmar que: (...) " A CONSCIÊNCIA JAMAIS PODE SER OUTRA COISA DO QUE O SER CONSCIENTE, E O SER DOS HOMENS É O SEU PROCESSO DE VIDA REAL".² Portanto, parte-se da análise dos profissionais inseridos na prática da assistência, ou seja, a partir da inserção dos mesmos em seu processo de vida real, onde é estabelecida uma relação dialética na construção de sua práxis.

² - Marx, Karl. e Engels, Fredrich. A Ideologia Alemã, São Paulo: Hucitec, 1987, 6ª edição, pag. 37.

Isto não significa que esse concreto é o dado real e empírico: é, sim, um concreto que estabelece uma relação entre o mundo material e o mundo espiritual, ou seja, a prática profissional engendrada em seu cotidiano e o mundo espiritual, isto é, as formas ideológicas que aparecem no pensamento desses profissionais a partir do que representa: assistência e cidadania. Ou como Marx destaca, colocando que: (...) "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência..."³.

A fim de nos aproximarmos das indagações e conhecermos melhor a percepção dessa assistência entre os profissionais, utilizamos a categoria representação para desvendarmos a problemática posta em discussão. Essa categoria é fundamental porque nos mostra a relação existente entre o pensar e a ação, entre as representações sociais e a prática social. Isto significa que o homem transforma o mundo a partir da transformação de suas idéias. Neste aspecto, reportamo-nos à análise marxiana que coloca: "A produção de idéias de representações da consciência está de início diretamente entrelaçada com a atividade material dos homens, com a linguagem da vida real".⁴ Em outras palavras, significa dizer que o ser consciente dos assistentes sociais são produzidos a partir da inserção dos mesmos nas relações sociais, ou seja, na produção material da vida, na prática.

Para aprofundarmos essa questão utilizamos, também, como categorias a práxis, a ideologia, o imaginário e a cidadania, principalmente por entendermos que estão interrelacionadas para o desmascaramento dessa assistência entre os assistentes sociais.

Os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa foram fundamentados na utilização do método qualitativo do estudo de caso, imprescindível na análise que se fundamenta na perspectiva marxiana, através do método dialético. O estudo de caso na

³ - IBID, idem.

⁴ - IBID, pag. 36.

abordagem qualitativa tem como premissa básica a flexibilidade ⁵ dada ao pesquisador à medida que realiza sua investigação. É importante salientarmos que, no processo de pesquisa qualitativa, não se admitem visões dicotomizadas e parceladas do objeto de estudo, tendo como preocupação o desvelamento dos fenômenos a partir da sua totalidade histórica. É, nesse sentido, que o método dialético é necessário e prioritário para entendermos as relações mediatizadas entre o sujeito e o objeto na sua práxis. Assim, uma das vantagens do método qualitativo é a possibilidade de se estudar, de maneira aprofundada, as questões que vão sendo desvendadas a partir da realidade, que não é empírica nem tampouco imediata.

Para isso, iniciou-se como primeiro passo metodológico o contato com a Legião Brasileira de Assistência, onde a pesquisadora se apresentou à gerente regional no Rio de Janeiro, no momento da elaboração do projeto de pesquisa em que colocávamos nossa pretensão com o trabalho, esclarecendo os objetivos e o objeto de reflexão.

Elegeu-se a Legião Brasileira de Assistência porque representa uma das mais antigas instituições que prestam atendimento assistencial à população carente.⁶ Outro fator, de igual importância, na escolha da mesma decorre do fato de que é neste espaço que existe um contingente maior de assistentes sociais trabalhando com a prática da assistência social aos usuários.

Para conhecermos melhor o universo que abarca a totalidade dos assistentes sociais que trabalham no Município do Rio de Janeiro, realizou-se um levantamento do número dos profissionais que trabalham neste município, incluindo a região Leste, Baixada Fluminense e Serrana. Totalizou-se um número de 215 assistentes sociais na

⁵ - Para melhor detalhamento sobre a pesquisa qualitativa do Estudo de Caso ver: Trivinos, In: Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - A Pesquisa Qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

⁶ - Cabe mencionar a contribuição fundamental de Yamamoto em seu livro: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, ao resgatar historicamente a importância do surgimento de instituições de Assistência Social.

LBA.⁷ Esse procedimento deu-se em outubro de 1992, onde delimitamos a nossa pesquisa na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

É importante assinalar que, para obtenção das informações coletadas, utilizamos como instrumento as entrevistas, que foram gravadas, com perguntas abertas, pois permitiram aos entrevistados se colocarem com clareza sobre a problemática, possibilitando-se a participação dos mesmos enquanto sujeitos desse processo investigativo. Cabe ressaltar que elaboramos um roteiro de entrevista para desvelarmos e nos aprofundarmos no que se refere ao nosso objeto de reflexão. Assim, nos reportaremos à Mynayo que coloca:

*"Visando apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, o roteiro contém poucas questões. Instrumento para orientar uma conversa com finalidade de que a é entrevista, ele deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento de comunicação"*⁸

Recorremos também à análise de conteúdo como um dos procedimentos mais comuns para o tratamento dos dados na pesquisa qualitativa. Respalda-mos em Bardin que coloca a análise de conteúdo como " (...) um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às conclusões de produção e recepção destas mensagens"⁹.

⁷ - A Fundação Legião Brasileira de Assistência é dividida em três regiões:

I - Região do Município do Rio de Janeiro com 12 centros sociais;

II - Região da Baixada Fluminense com 3 centros sociais;

III - Região Leste Fluminense com 6 centros sociais.

⁸ - Minayo, M^a Cecília de Souza. O desafio do conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: HUCITEC e Abrasco, 1993, pag 99.

⁹ - Bardin, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Edições. 1979, pag. 42.

A partir desse instrumento desvelamos aquilo que está mascarado, oculto no discurso desses assistentes sociais, considerando o quadro no qual é enunciado. Esse quadro deve ser entendido a partir do lugar, do contexto social, político, institucional e ideológico onde é produzido o discurso dos profissionais. A análise de conteúdo também foi utilizada para entendermos a linguagem dos mensageiros dos documentos institucionais e as leis que são sancionadas no que se refere à assistência social.

Os critérios de escolha para a realização das entrevistas foram feitos a partir da delimitação do universo da pesquisa, onde limitamos nossas entrevistas nos 12 (doze) Centros Sociais do Município Rio de Janeiro. As entrevistas aconteceram em períodos dicotomizados devido à conjuntura política na qual se encontrava a instituição no momento do governo Collor. Por isso, foram realizadas as entrevistas de 08/10/92 a 12/01/93, onde entrevistou-se 7 (sete) assistentes sociais que atuam como chefes, coordenadores de programas, gerentes, representantes sindicais e 8 (oito) assistentes sociais que trabalham diretamente nos Centros Sociais, no atendimento à população.

Escolheu-se, de modo diferenciado, aqueles profissionais que estavam inseridos na prática direta da assistência junto aos usuários, e os profissionais que atuavam na coordenação de programas sociais no sentido de entender se a representação dessa assistência é também diferenciada a partir da inserção dos mesmos em suas práticas profissionais.

Ressaltamos que a maioria desses profissionais já trabalhavam na instituição há mais de 10 anos, e também eram oriundos do INPS quando a instituição LBA incorpora os dois programas: do Idoso e Portadores de Deficiência Física, na década de 70.

A característica desses Assistentes Sociais da LBA é bastante similar, à medida que grande parte dos entrevistados era formada há mais de oito anos e se encontrava distante da universidade de sua formação.

É interessante assinalar aqui que os profissionais, embora estivessem formados há muito tempo, ao se inserirem em práticas políticas como nos sindicatos, discussões profissionais, LOAS e na coordenação de programas, apresentavam uma grande diferença daqueles que estavam inseridos diretamente na prática assistencial no que se refere à representação dessa assistência.

É necessário registrar aqui que, ao me apresentar às assistentes sociais, elas sempre questionavam o porquê da escolha do tema, devido à pouca importância que se dá à prática da assistência, vista como algo marginal. E, ainda, acrescentavam e indagavam porque resolvi aprofundar essa questão num momento onde o governo Collor não interviu no social, nem tampouco na assistência social à população.

A partir dos primeiros contatos estabelecidos com os profissionais, pude perceber o quanto seria polêmico e instigante o percurso que me desafiava nesse processo investigativo na construção de uma pesquisa.

À medida que as entrevistava, colocava sempre meu objetivo no trabalho, bem como o que gostaria de investigar. Em alguns momentos muitas assistentes sociais sentiam-se constrangidas diante dos problemas que estavam vivendo naquele contexto conjuntural do governo Collor. E, por isso, tinha que retornar mais uma vez para dar prosseguimento às entrevistas.

Foram utilizados, também, documentos históricos da LBA para aprofundar e conhecer o discurso do estado no que concerne à assistência social. Ocorreram algumas limitações e entraves devido ao momento, que era crucial naquela época, onde

o governo Collor praticamente desmantelara a instituição. Isso fez com que muitos documentos históricos fossem transferidos para Brasília, onde a primeira dama da época, Sra. Rosane Collor, montava uma biblioteca, o que prejudicou, em parte, a pesquisa de campo.

Examinar, portanto, a representação da assistência constituída por esses profissionais, a partir de sua prática foi, para mim, um desafio introdutório à reflexão.

A dissertação de mestrado desdobra-se em 4 capítulos.

No primeiro, há uma análise da assistência social na LBA, desde seu surgimento até o período da Nova República, tendo como objetivo entender os rebatimentos ideológicos que o Estado criou em seu discurso na amenização dos conflitos, mediante o instrumento de dominação: a assistência. E, ainda, observou-se de que maneira o assistente social incorpora ou não o discurso instituído pelo Estado com relação à assistência.

No 2º capítulo, traço um panorama do discurso em torno da cidadania, categoria fundamental para o entendimento dos serviços sociais à população, tomando como ponto de partida o discurso liberal e os pressupostos para a gênese do discurso neoliberal nos anos 90. Verifica-se, também, o que significa ser cidadão nos anos 90, a partir da representação dos assistentes sociais.

No 3º capítulo situamos a assistência social na década de 90, revelando os descaminhos e contornos das análises teóricas que suscitaram a ênfase na crise do Welfare State e as políticas Keynesianas e a ascensão do Estado Mínimo. Objetiva-se, também, aqui, entender como o assistente social enfrentou esse momento, e de que forma reproduziu ou não o discurso do Estado, recriando novos caminhos percorridos por eles no enfrentamento da assistência à população.

O 4º e último capítulo vem retratar como o Serviço Social, ao longo da história, vem enfrentando essa questão, esse dilema da assistência. Além disso, como os assistentes sociais percebem essa assistência a partir de sua prática; o que falta ainda a ser (re) construído, (re) criado e aprofundado nesse caminhar em busca da assistência como resistência à dominação e direito da população. Quais os rebatimentos na prática profissional nos anos 90, a partir da ascensão do discurso neo-liberal? Houve uma nova mentalidade nesse campo e, portanto, uma nova práxis, uma nova representação? Criaram um contra-poder, uma contra-hegemonia que rompe o fetiche da assistência como dominação do capital?

Capítulo 1º

Das origens à atualidade: a trajetória da Assistência na LBA: do discurso metamorfoseado do estado ao discurso dos Assistentes Sociais.

Para compreendermos o significado da assistência social é preciso, primeiramente, identificar os fatores que estão relacionados ao próprio surgimento da instituição LBA como, também, analisar os atores presentes neste cenário, que serão os interlocutores no que diz respeito à problemática em discussão. Os fatores a que nos referimos aqui são entendidos nas múltiplas determinações da assistência à população, e que são caracterizados pelos fatores políticos, econômicos, ideológicos e sociais que se inserem na dinâmica da sociedade capitalista.

Resgatou-se, neste trabalho, a trajetória da Assistência a partir do contexto propiciador do surgimento da Legião Brasileira de Assistência. Do mesmo modo, recorreremos ao discurso do Estado para identificarmos o que representou a assistência social, objetivos alcançados e previstos no discurso dominante. De outro lado, entendemos quais os fatores que determinaram esses serviços assistenciais à população, através do discurso dos assistentes sociais.

Neste sentido, foram delineados alguns marcos históricos e fundamentais para o desvendamento da assistência social face ao papel exercido pelo estado no atendimento das demandas que a população necessita.

Assim, foram identificados os seguintes períodos:

1º - 1942 - A origem da LBA

2 - 1950/1960 - Época da "ideologia desenvolvimentista".

3º - 1977 a 1980 - Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

4º - 1985 a 1988 - Nova República e a Constituição Brasileira.

1.1 - As condições histórico-sociais do surgimento da LBA.

Ao tematizarmos o porquê do aparecimento da LBA é preciso entender o contexto social propiciador da sua implantação. Para isso, parece-nos necessário resgatar como se encontravam as questões sociais motivadoras das lutas sociais

existentes no aparelho do Estado capitalista, na década de 30. A questão social vai aparecendo, pela primeira vez nos anos 30, como questão política, deixando de ser vista como caso de polícia.

Historicamente, este período foi marcado de um lado por grandes movimentos reivindicatórios da classe operária que crescia. Por outro, o Estado apareceu enquanto interventor no trato com as questões sociais. O Estado, no primeiro período Vargas, intervém como mediador e regulador das questões sociais no sentido de amenizar os conflitos gerados pela contradição entre o proletariado e a burguesia. O país passava, naquele momento, por profundas transformações econômicas, ao incorporar as reivindicações do movimento operário que se desencadeara desde a 1ª década do séc. XIX.

Por outro lado, o estado atendia as reivindicações das pressões operárias, desencadeadas desde a década de 20, através da consolidação das leis trabalhistas e implantação das políticas sociais. O Governo Vargas, após 30, vai entrar na linha ditatorial presente com o Estado Novo em 37, para se inserir após 45 numa linha paternalista, populista e clientelista no enfrentamento da pobreza.

Como ressaltou Cerqueira ao afirmar que:

"A questão social assume duas variáveis, uma referente ao discurso político-burguês de integração social e ocultamento dos conflitos de classe, outra peculiar a formação histórica brasileira da afirmação da conciliação pacífica que desencadeou no paternalismo"¹⁰

Essa conciliação pacífica pode ser compreendida como a ideologia do favor, onde o Estado assume um discurso humanitário no sentido de mascarar os conflitos

¹⁰ - Cerqueira, Filho Gisálio. A questão social no Brasil. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982, pag. 84.

nessa relação antagônica entre o proletariado, que crescia com o processo acelerado de industrialização, e a burguesia industrial.

Nesta conjuntura, a idéia de colaboração entre patrões e empregados está presente no discurso de Vargas, ao assumir a questão social¹¹ sob uma nova ótica, que vai se diferenciar da repressão policialesca, caracterizada pelo viés autoritário, configurando-se na face paternalista.

Como coloca Vieira:

"Getúlio a partir de 30 afirmava que a legislação trabalhista e previdenciária assumia um papel singular no conjunto de suas realizações. Tal legislação figurava como um momento de antecipação governamental ao clamor dos trabalhadores brasileiros, como se antes de 30 não existissem reivindicações populares"¹².

Nota-se que o Estado de Vargas, a partir de 30 até 45, vai se configurando através do discurso da bondade, onde as políticas sociais são vistas como doação do estado. O discurso que se torna hegemônico é o discurso do favor, da integração social, do compromisso entre diferentes classes e com interesses antagônicos. É importante ressaltar que a ideologia do compromisso e da intervenção do Estado não surgem pela suposta bondade do governo de Vargas, é, antes, reflexo da teoria do "Welfare State" e da política Keynesiana que se consolidavam em todos os países do ocidente.

No contexto mundial a teoria de Keynes desenvolveu-se nos países capitalistas ocidentais, principalmente após a 2ª Grande Guerra, sendo adotada como concepção

¹¹ A questão social é entendida segundo a concepção de Gisálio Cerqueira que "significa o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista"

¹² - Vieira, Evaldo. Estado e miséria social no Brasil de Getúlio a Geisel. 2ª Ed. São Paulo, 1987, pág. 53.

básica na intervenção do Estado na economia associada aos serviços sociais oferecidos à população. É na década de 30 que o Estado assume o chamado "compromisso de classes", conciliando a política Keneynsiana e o Welfare State, tendo como função estabelecer um elo entre o crescimento econômico e a ampliação dos programas sociais no sentido de escamotear os conflitos. Nesta análise, Offe afirma que o Welfare State: "(...) dispersa parcialmente os conflitos sociais na medida em que torna aceitável os riscos que resultam da imposição da forma mercadoria do fator trabalho (...)"¹³.

Em outras palavras, significa dizer que é um compromisso de classes, representando, de um lado, a aceitação do lucro e do mercado e, por outro, representando a garantia dos padrões mínimos de bem-estar social aos cidadãos com a implantação de programas sociais.

É, portanto, entre os anos 30 a 45 que Vargas assume o compromisso de classes através da influência da era Keynes, em conciliação com o sistema de bem-estar social. Um dos mecanismos e estratégias encontrados pelo Estado, principalmente com a 2ª Grande Guerra, são as medidas de proteção social e a assistência social. Nessa conjuntura ocorre um grande crescimento de instituições federais, dentre elas surge a LBA, primeira instituição de assistência social direcionada à população carente.

É no período do pós 30 que o Estado vai criando mecanismos estratégicos de manutenção do "status quo", onde a assistência social vai se caracterizar, a nível do aparente, como uma suposta bondade do Estado que é caricaturado metaforicamente como pai dos pobres.

¹³ - Offe, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. RJ: Tempo Brasileiro, 1984, pág. 374.

1.2 - A mágica encontrada pelo Estado de Vargas: a assistência social um foco de superação da pobreza?

A Legião Brasileira de Assistência nasceu, portanto, num período marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas presentes na década de 40 com objetivo de atender as famílias dos ex-combatentes da guerra. Através de um telegrama endereçado, no dia 28 de agosto de 1942, a todas as esposas de governadores estaduais e interventores federais nos estados, instituindo as representações da LBA em cada unidade da Federação, que a Sr^a Darcy Vargas cria a LBA:

"Vistos grandes dificuldades atravessa nosso país, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob a égide da Federação das Associações Comerciais do Brasil Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender todo país benefício esta organização sugerimos assumir neste estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda Cordialmente, Darcy Vargas."

Verifica-se, neste telegrama, o discurso hegemônico do governo Vargas no que diz respeito ao esforço de guerra e convocação das mulheres no trato com a assistência social, se preocupando com a Política de Assistência Social somente em 1969, quando é transformada em fundação. Com o aparecimento de uma instituição assistencial é caracterizado, em sua origem, o papel da primeira dama e da mulher que exercerá uma função fora do lar na prestação de auxílio, fazendo "caridade" à população necessitada.

Outro elemento de igual importância presente neste telegrama é o discurso da colaboração, do compromisso assumido pelo Estado, pelas mulheres e pela iniciativa privada em auxiliar as "famílias carentes", desprotegidas com a explosão da guerra.

Dessa maneira, a assistência social em seu início é revestida de todo o aspecto filantrópico, voluntário, passando a ser lugar da mulher que vai incorporar o discurso humanitário do Estado. Este, por sua vez, aparece como protetor daqueles carentes enquanto instância neutra e acima das classes. Como se afirma no documento "ORIGENS DA LBA" ao colocarem que "NOSSA ATENÇÃO ESTÁ VOLTADA PARA AQUELA ENORME FAIXA DE BRASILEIROS MARGINALIZADOS QUE NÃO CONTAM COM O AMPARO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL".¹⁴

A assistência é entendida, neste contexto, como papel da primeira dama do país, descaracterizando-se enquanto uma política social e como dever do Estado, afirmando-se como caridade e benevolência por parte da sociedade civil e do Estado. É institucionalizada a assistência através da figura das mulheres de governadores, como observou uma assistente social entrevistada ao relatar que: "...na sua formação a LBA é criada pela primeira dama do país e suas ações não se caracterizam como uma política de responsabilidade do governo. Durante muito tempo quem chefiava a LBA era a primeira dama, sempre houve uma relação muito íntima da instituição com a presidência da república onde se recrutava o trabalho voluntariado..."

Nesse depoimento aparece um discurso que é crítico, pois contesta o papel do Estado como sendo o responsável pela assistência social e não se caracterizando como papel da primeira dama do país.

Inicialmente, portanto, existe uma forte influência do favor, da filantropia nas diferentes ações da LBA, onde o voluntariado é a grande mão-de-obra da Assistência.

Como afirmou Sposati, "*a ação da mulher como voluntária e a mobilização da sociedade para enfrentar situações adversas seguem sendo até os dias de atuais marcos que a LBA institucionalizou na sociedade brasileira...*". "*...Pobre é coisa das mulheres que tem coração e não do governo que tem razão*".¹⁵

¹⁴ - Origens da LBA. Documento, pág 07.

¹⁵ - Sposatti, Aldaízae Falcão, M^a. Identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: Educ, 1989, pág.06.

O governo Vargas, ao incorporar o discurso humanitário, paternaliza suas ações ao estigmatizar o pobre e a pobreza como algo individual e natural na sociedade. Nesta perspectiva, ressalta-se a noção de neutralidade da pobreza, como coloca Sposati:

" (...) a pobreza é vista como algo natural decorrente da ausência de civilização e do acelerado processo de urbanização e industrialização que imprime uma diferenciação social, econômica inerente ao desenvolvimento".¹⁶

Nesse contexto a LBA aparecerá como a primeira grande instituição de assistência, tendo como objetivo principal, através de seu estatuto, portaria 6013 artigo 2º: "Congregar brasileiros de boa vontade e promover todas as formas de serviços de Assistência Social prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e instituições privadas".

Ficam claros, neste objetivo, os pressupostos ideológicos presentes no discurso hegemônico do Estado populista de Vargas, que é caracterizado pela tentativa de integração social do governo ao congregar brasileiros em colaboração com instituições privadas. Nesse momento, conforme afirma Skidmore:

"Houve um grande crescimento de instituições a nível federal que servisse a dois propósitos: foi parte do processo de unificação administrativa do país que se ampliava e ajudou a capacitar o presidente a articular uma rede nacional de alianças políticas".¹⁷

Na realidade, a ideologia da integração social está presente no discurso populista onde aniquilam-se as diferenças de classes em prol do "esforço de guerra e da assistência social". Vale ressaltar que, após 1946, a Assistência na LBA é ampliada com o fim da guerra, tendo como finalidade prestar assistência materno-infantil às

¹⁶ - Sposatti, Aldaíza de Oliveira. Vida urbana e gestão da pobreza. SP, Cortez, 1988, pág. 21

¹⁷ - Skidmore, Thomas. Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8ª Edição, 1982, pág. 57.

crianças em todo o país, sendo identificada como "mãe dos pobres, carentes e necessitados".

Em sua gênese a assistência é preconizada na idéia do voluntariado, figura da primeira dama, lugar do assistencialismo enquanto serviço pioneiro no que se refere à assistência prestada. Enfatiza-se o discurso hegemônico de Vargas, caracterizado pelo paternalismo e tutela às classes populares.

Este discurso é instituído pelo Estado como aquele que está acima da sociedade, e enquanto representação de um único discurso com poder de verdade, como afirma Chauí: "*(...) é um discurso que partindo do discurso social e político se transforma num discurso impessoal sobre a sociedade e a política*".¹⁸ Essa suposta neutralidade faz com que se mascare e se oculte o papel do Estado enquanto um poder político, ideológico e com interesses classistas. O Estado logo vai aparecer enquanto um poder que se representa a si mesmo como instância separada do social, tendo como finalidade dar homogeneidade e identidade à sociedade, mascarando-se a divisão da sociedade em classes e com interesses antagônicos. Nessa perspectiva de análise, a questão ideológica a qual o Estado assume é fundamental para a manutenção de sua dominação, como fala Chauí:

"Através da ideologia são montados um imaginário e uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de universal".¹⁹

Se por um lado o Estado reproduz um discurso ideológico dominante no que tange à assistência social, por outro, encontramos, também, nas entrevistas colhidas na pesquisa a incorporação do discurso do Estado ao privilegiar as ações voluntárias, ressaltando o papel da primeira dama. Como podemos vêr a seguir:

¹⁸ - Chauí, Marilena. Cultura e Democracia. São Paulo, Cortez, 1980, pág. 19.

¹⁹ - IBIDEM, pág. 21.

" (...) A Legião foi criada na época dos pracinhas da 2ª Guerra, como todas as pessoas sabem e com Dona Darcy Vargas à frente da instituição a Legião se posicionava para atender as gestantes e o recém-nascido..."

"Existia uma equipe técnica multidisciplinar e essa equipe era a garantia que a LBA tinha é claro política de ação que é uma coisa, politicagem é outra. Era a forma séria de aproximação do governador, da equipe técnica e do centro social. E trazendo a primeira dama que normalmente tem um papel político, mas não havia interferência política na LBA. Ela trabalhava conosco. Foi uma forma que nós vimos de aproveitar o potencial político de acumulação de recursos, e elas também trocavam com a equipe ao respeitarem as pessoas como profissionais, trabalhávamos juntas".

Identifica-se, nesses depoimentos, a aceitação de um discurso que se tornou hegemônico e nos quais, ao serem produzidos, foram ocultados os fatores que determinavam essa assistência prestada pelo Estado. Reproduziu-se o discurso dominante como o homogenizador, o único. Nesse sentido, coloca Chauí ao dizer que: *"...o discurso dominante é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (...)"*²⁰

Na realidade, com a criação da LBA, a figura marcante com relação à assistência é da primeira dama, vista como benevolente, e não a assistência vista como direito dos cidadãos. Outro fator importante a ser destacado é a interlocução entre diferentes atores que intervêm nessa questão, ou seja, o empresariado, o Estado, a primeira dama e, mais tarde, os técnicos que vão se inserir na LBA, como nos relataram as assistentes sociais. Há, nesse momento, a presença do discurso da colaboração e da conciliação no sentido de harmonizar e homogenizar as diferenças. Assim, a partir desses relatos percebemos que existe uma suposta aliança entre ideologia e política na questão da assistência, que sabemos não ser verdadeira já que é fruto da desigualdade que o

²⁰ - IBIDEM, pág. 07.

próprio sistema cria. Pois, mascaram-se as relações impostas pelo sistema capitalista, que são contraditórias e desiguais, criando um único discurso, que é dominante.

Então, conforme os depoimentos anteriores, nega-se a influência política e ideológica pela figura da primeira dama que, também, reproduz as relações de poder do Estado no enfrentamento da pobreza.

Tendo como objetivo o resgate daquilo que está escondido, daquilo que não se mostra aparentemente nesses discursos, não poderíamos deixar de mencionar a questão da hegemonia numa perspectiva gramsciana. Segundo Gramsci²¹ a hegemonia é conquistada a partir dos aspectos ideológicos, políticos e econômicos que uma classe consegue atingir o poder através da persuasão, do consenso e da batalha cultural. Isto significa dizer que nos relatos das assistentes sociais não se estabelece um discurso contra-hegemônico que colocasse em xeque o discurso dominante, presente no discurso competente do Estado de Vargas, e que foi institucionalizado numa única linguagem entre os interlocutores: Estado, assistente social e primeira dama.

Contrapondo-se a esses depoimentos, outra questão relevante que aparece nos relatos é o papel da LBA tendo, desde seu início, um caráter filantrópico e assistencialista consolidando-se pelo viés tutelado, emergencial e paliativo. Conforme nos mostram os depoimentos que se seguem:

"...inicialmente a LBA foi criada para atender as famílias dos ex-pracinhas, aqueles que foram à guerra. Era uma visão mesmo assistencialista. Era assistir às famílias dos ex-combatentes, daqueles que foram à guerra. Era um trabalho assistencialista mesmo, por isso esse ranço, essa coisa do assistencialismo..."

²¹ - Para melhor compreensão sobre a questão da hegemonia, categoria Gramsciana. Vêr: Carlos Nelson Coutinho Gramsci - Um Estudo sobre o pensamento político in: A estratégia socialista no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

"...nós vimos a LBA pela parte assistencialista e paternalista, muita política também. A LBA sempre foi alvo político, politicagem voltada para atender aos políticos..."

A partir desses dois depoimentos percebemos que, para elas, o assistencialismo está presente e ligado ao poder político, tutelar e paternal. Questiona-se a ação assistencialista enquanto mecanismo de dominação, controle e politicagem daqueles que estão governando. A assistência é vista aqui como mecanismo de reprodução da pobreza revestindo-se numa prática tutelada e assistencialista, portanto, estratégia de dominação do Estado.

A assistência social, portanto, nasce atrelada à questão social enquanto mediação dos conflitos gerados pela dinâmica contraditória do sistema capitalista; o Estado, por sua vez, não vai assumir a característica de um Welfare State, afirmando todos os indivíduos como cidadãos de direitos.

A esse respeito Draibe,²² ao analisar o sistema de proteção social no período de 30 a 45, vai caracterizá-lo como: fragmentado, corporativista e clientelista.

Enquanto a assistência for identificada como assistencialismo não ganhará o estatuto de uma política social, pois, será sempre campo de paternalismo. Como explicou Sposatti: " (...) *Romper com o assistencialismo não é romper com o serviço em si, mas o engodo, o mágico que é reificado nesta mediação*"²³.

Como vimos, através do discurso do Estado e dos depoimentos colhidos esse Welfare State não passa de um simulacro no enfrentamento da pobreza, longe da perspectiva redistributiva, da equidade e da universalização aos cidadãos. A assistência origina-se na mistificação da tutela e do controle da pobreza. A mágica encontrada

²² - A análise mais detalhada sobre o sistema de proteção social pode ser vista em: Draibe, Sonia Miriam.. "O Welfare State no Brasil: características e perspectivas in: ANPOCS, São Paulo: Vértice, 1989.

²³ - Sposatti, Aldaíza de Oliveira et alli. A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. São Paulo: Cortez, 1987, pág. 75.

pelo Estado no governo Vargas torna-se uma ação perversa, que coloca o cidadão como carente, onde a assistência é a lógica encontrada como saída e resposta do Estado num contexto histórico-social bastante conturbado na sociedade.

Cabe ressaltar que, nas décadas posteriores ao governo Vargas - 50 e 60 - sendo representadas pelo chamado desenvolvimentismo, a área social sofre poucas intervenções e/ou transformações a nível das políticas sociais. É no período de Juscelino que a novidade em torno do Plano de Metas vai privilegiar o desenvolvimento econômico como alvo para reduzir a pobreza através de um processo de internacionalização da economia. No entanto, no governo João Goulart, a política é bastante diferenciada ao preconizar o nacionalismo tendo como prioridade as Reformas de Base e o Plano Trienal. Nota-se que, o enfrentamento da desigualdade social é encarado a partir dos planos econômicos, que tinham como objetivo o desenvolvimento nacional do país. Cresce, neste período, uma mística em torno do nacionalismo, consagrando o discurso desenvolvimentista como resposta ao acelerado processo de industrialização.

Outra característica presente nestas décadas refere-se ao processo de internacionalização da economia com incremento do capital estrangeiro, através do discurso desenvolvimentista, no intento de elevar o Brasil à condição de país de primeiro mundo. Neste aspecto, Limoeiro diz que: *"A miséria é de tal modo relativizada que JK supõe que o desenvolvimento conseguirá anulá-la. O desenvolvimento econômico terá como consequência a eliminação da pobreza."*²⁴

No que tange à assistência social, ou sistema de proteção social brasileiro, as únicas medidas de intervenção do Estado se deram com a promulgação da LOPS em 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). A ideologia desenvolvimentista também afirma-se, hegemonicamente, como garantia da acumulação de interesses classistas

²⁴ - Cardoso, Mirian Limoeiro. ideologia do desenvolvimento no Brasil. JK/JQ, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 2ª edição, pág. 96.

contraditórios, onde a meta é harmonizar, apaziguar os conflitos, manter a segurança nacional. Como diz Limoeiro:

"...o desenvolvimentismo é uma ideologia que se caracteriza pela tolerância política, porque para ele a segurança é buscada através da luta contra a pobreza".²⁵

Ademais, a conformação dos discursos do Estado são máscaras que se revestem e se renovam à medida em que o consenso estabelecido é imposto pela manutenção da ordem, tendo como prioridade o processo de acumulação do capitalismo que se monopoliza e onde as políticas de assistência se traduzem em respostas pouco eficazes no enfrentamento da pobreza.

A partir dos elementos até aqui discutidos, indagamos: quais as mudanças ocorridas na questão da assistência durante as décadas de 70/80? Será que a assistência social conseguiu desvincular-se do caráter fetichizado da tutela, da tecnocracia se configurando como prática de direitos? Como os assistentes sociais que atuam diretamente como mediadores desses serviços prestados compreenderam essa questão?

1.3 - A Assistência Social no final de década de 70 - a ilusão da assistência enquanto prática de planos tecnocráticos: instrumento de dominação ou transformação da pobreza?

Como foi abordado anteriormente, a assistência social na LBA vai sofrendo diferentes transformações mediante as próprias modificações que se deram no contexto social, político e econômico no qual o Estado assume a questão social enquanto campo político. Antes de iniciarmos os questionamentos que circundam a assistência neste período, iremos traçar um panorama da conjuntura para desvendarmos o que representou a assistência social.

²⁵ - IBID, pág. 418.

Sabemos que a década de 70 foi um período marcado pelo autoritarismo do Estado e pelas denúncias das classes populares frente à opressão e miserabilidade que vivia a maioria da população. No seu aspecto econômico representou a falácia do chamado "milagre econômico" com o governo autoritário de Médici, onde a questão social é subjugada aos planos econômicos concentradores de renda, que nortearam ações burocráticas e tecnocráticas nos governos militares. Nos anos 70 intensificou-se o processo de acumulação capitalista acelerando, outrossim, a desigualdade social e os conflitos existentes entre as classes. Do mesmo modo em seu aspecto econômico ocorre no país um processo acelerado de transnacionalização da economia.

Os anos de 77 a 84 (Geisel e Figueiredo) foram marcados pelos últimos governos militares que iniciaram o processo de distensão política e abertura gradativa. Nesse aspecto, no governo Geisel o Brasil se encontrava num processo de esgotamento do modelo econômico e no agravamento dos problemas sociais cuja medidas adotadas tinham o objetivo de dar continuidade aos planos econômicos anteriores, atingindo, também, as questões sociais. Criou-se, nesta época, o IIPND que tinha como meta atingir "*os focos de pobreza absoluta existentes, principalmente no Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos*".²⁶ É, a partir do II PND que, pela primeira vez, se fez menção a questão social como preocupação governamental.

Na realidade, admitia-se a existência da pobreza em decorrência da excessiva concentração de renda que se acentuava no país. É a partir também do IIPND que é criado o SINPAS, onde a LBA é integrada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo ela responsável pela assistência às populações carentes. Posteriormente ao governo Geisel, os anos de 78 e 79 foram marcados por profundas e significantes manifestações da sociedade civil, quer sejam pelos trabalhadores, empresários e a classe média que pressionavam o Estado para a conquista da anistia, liberalização da economia, melhoria das condições de vida, etc. A nível da sociedade civil os anos 78 e 79 são marcados por grandes surtos grevistas, como do ABC paulista em que os

²⁶ 7 - II Plano Nacional de Desenvolvimento, pág. 19.

trabalhadores começaram a se organizar nas fábricas, bairros e ruas, reivindicando melhores condições de vida e trabalho.

No aspecto econômico o Brasil enfrentava dificuldades desde o momento que começou a recorrer à empréstimos no exterior, onde a crise do capitalismo é aprofundada com o choque do petróleo. É neste contexto conturbado que, em 1979, o presidente Figueiredo assume a presidência. É, portanto, através da pressão da sociedade que, lentamente, Figueiredo vai promovendo a abertura política com a anistia política e a reformulação de partidos, criando o pluripartidarismo. O Estado autoritário vai, então, se transformando à medida que cria mecanismos estratégicos de dominação com a implantação de Programas e Políticas Sociais, como afirmou Jacobi, ao colocar que: " (...) *as transformações do aparelho do Estado, sua modernização,*

centralização e hiperdesenvolvimento configuram a emergência de práticas de intervenção quase sempre pautada pela contradição, principalmente entre a dinâmica empresarial imposta para a gestão dos serviços públicos no pós-64 e a necessidade de resolução de carências.(...) "²⁷

As modificações presentes no governo de Figueiredo nos revelam um estado que assume seu interesse classista, não sendo identificado como instrumento e/ou árbitro acima da sociedade e/ou classes sociais. A tecnocracia e a burocracia estatal aparecem, neste período, como fatos marcantes dos governos autoritários, como coloca Ianni²⁸ ao afirmar que se compõe uma nova estrutura de poder denominada "tecnocracia estatal"; é através dessa correlação presente nos diferentes aspectos sociais, políticos e econômicos que se deve analisar o contexto em que se inserem as mudanças que dizem respeito à questão da assistência social.

²⁷ - Jacobi, Pedro. Movimentos Sociais e as Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1989, pág. 42

²⁸ - A esse respeito ver: Ianni, Otávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Civilização Brasileira, 1977.

Isto significa dizer que, tendo como pano de fundo essa conjuntura, poderemos compreender o porquê do surgimento de uma assistência, bastante burocratizada e tecnocrática, servindo como mecanismo estratégico do Estado para o apaziguamento dos conflitos inerentes ao sistema que gera essa dominação, servindo mais como instrumento de dominação do que transformação, e/ou amenização dessa pobreza.

É através da criação do MPAS, a partir de 1977, e da implantação do IIPND, em 1979, que a assistência social vai ganhar uma nova visibilidade, onde a LBA vai assumir a questão da assistência e ampliar sua área de atuação ao incorporar dois programas oriundos do INPS: o programa do idoso e do excepcional. Segundo Sposatti:

"(...) a estratégia de ação é transformar a LBA num banco de desenvolvimento. A estratégia proposta para a LBA é criar uma bateria de atividades que vai desencadear o estímulo à multiplicidade de programas e com isso à fragmentação das ações..."²⁹

De acordo com os novos objetivos da LBA dentro do SINPAS, caberá a ela responsabilizar-se pela problemática do quarto estrato carente da população, transformando-se numa estratégia de "desenvolvimento social", como pode ser visto no discurso do presidente, quando da criação do SINPAS:

"Compete a LBA prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e atendimento as pessoas, independentemente da vinculação destas às outras entidades do SINPAS".³⁰

Com este discurso o Estado quer enfatizar a pobreza através da noção de carência e marginalidade, que deverá ser assistida para desenvolver a sociedade. É importante

²⁹ - Sposati, Aldaiza, FALCÃO, M^a do Carmo. FLBA: Identidade e Efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: EDUC, pág. 25.

³⁰²1 - Lei n° 6439, 219/77 - SINPAS

ressaltar que uma vertente da teoria da marginalidade e dependência são propiciadoras deste pensamento que banaliza e naturaliza a pobreza como decorrente da situação marginal na qual vive o indivíduo. Neste aspecto,

*"(...) na LBA falam na atenção aos desprovidos de recursos às pessoas carentes; o conceito de carência é contraposto da visão de normalização. A culpabilização do indivíduo pela sua pobreza se faz presente..."*³¹

O discurso do Estado aparece como aquele que é dominante, colocando a assistência social e o assistido como se estivessem fora dos padrões de normalidade de uma sociedade, que funciona harmonicamente. Como é visto nos discursos abaixo:

*"A Assistência Social - um dos três setores de atuação do Ministério da Previdência e Assistência Social - está voltada para o atendimento do chamado "quarto estrato" da população integrado pelas pessoas extremamente carentes de recursos, ainda não abrangida pela previdência social de base contributiva, e pela camada mais vulnerável da clientela previdenciária".*³²

*"A pobreza, mesmo a pobreza absoluta, não é mal somente dos nossos dias. Constitui, pelo contrário, fenômeno social que tem perseguido a humanidade ao longo de todos os tempos. De nossos dias é, não só a consciência desse flagelo, com o firme empenho de extirpá-lo. A luta que, nesse sentido, desenvolvo no quadro da sociedade brasileira será incrementada no período que me resta de mandato..."*³³

³¹ - Sposatti, Aldaíza, Falcão, M^a do Carmo. FLBA: Identidade e Efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: Educ, pág. 24.

³² - Mensagem do Congresso Nacional proferida pelo Exm^o Presidente Ernesto Geisel, 1977.

³³ - Fala do Exm^o. presidente João Baptista Figueiredo. Relatório Geral da LBA, 1982.

Nesses discursos identificamos alguns aspectos que se refletiram nas ações do governo nos anos de 77 a 80 no que se refere à assistência. Em seu discurso o Estado coloca a assistência como estratégia que deve ser combatida para amenização da pobreza, possibilitando, assim, o crescimento econômico e social do país. No entanto, sabemos que o combate à pobreza não pode ser visto apenas pelo viés da assistência, enquanto expressão de algo marginal, defeituoso, lugar dos "carentes". Ao contrário, deve ser compreendida sob uma ótica que coloque os recursos oferecidos pelo Estado não como soluções para a pobreza porque, na verdade, tornam-se pobres soluções. A esse respeito, Demo explica que:

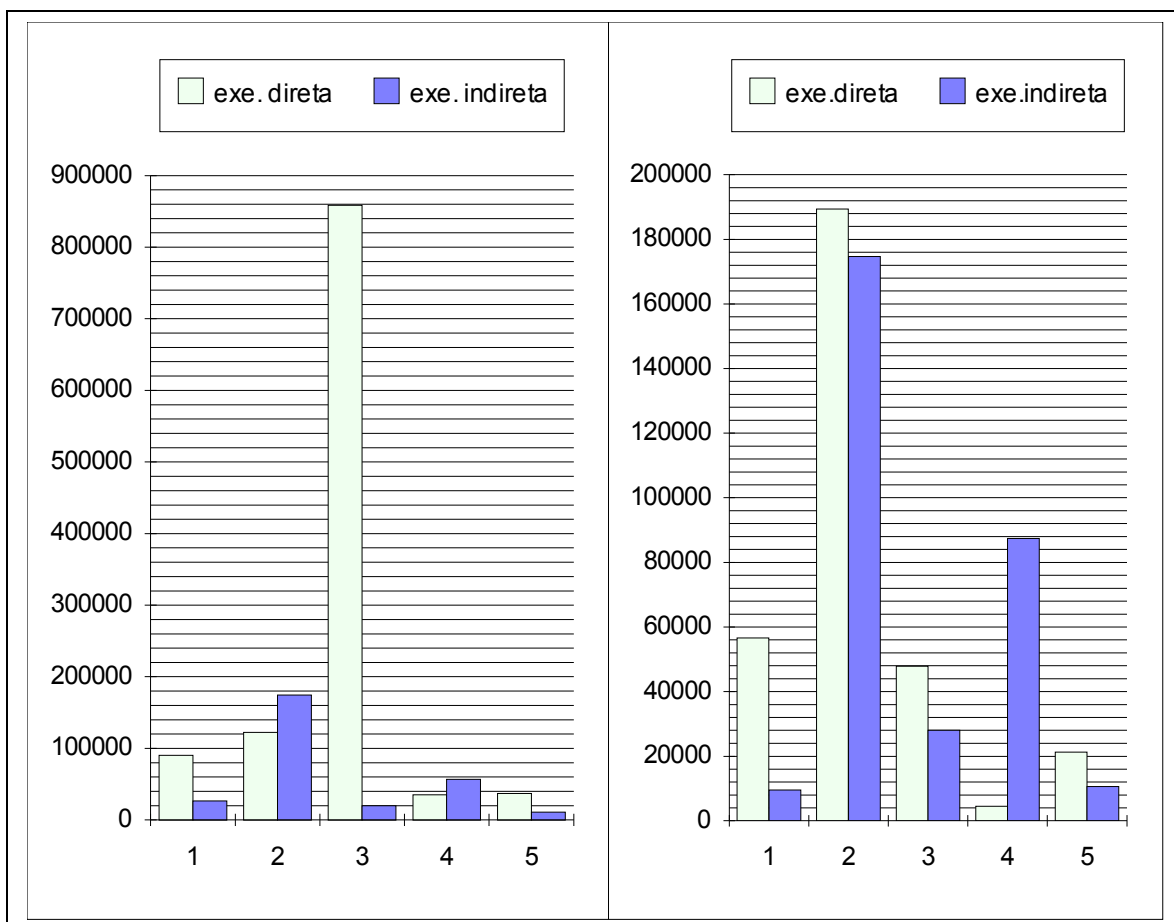
"A pobreza não pode ser enfrentada pela via da assistência, porque sua atividade seria meramente decorrente e residual. Não toca causas do processo de empobrecimento, localizáveis no sistema produtivo econômico e no déficit da cidadania. Cabem ações também estruturadas que atinjam raízes decisivas. Tais ações desbordam substancialmente os parâmetros da assistência..."³⁴

Ao mesmo tempo, o Estado aparece marcado por uma estrutura extremamente desigual, que se acentua no período autoritário e centralizador do pós-64, através da expansão massiva dos serviços de assistência que não significa universalização do atendimento mas, sim, seletividade aos despossuídos, carentes e marginalizados.

Isto poderá ser visto nas tabelas números 1 e 2, ilustradas a seguir, ao mostrarmos a multiplicidade das ações assistenciais presentes no final de década de 70, principalmente a partir de 78, com os diversos programas implantados aos chamados carentes.

³⁴ - Demo, Pedro. A assistência social como direito da cidadania, 1989, pag. 02, mimeo.

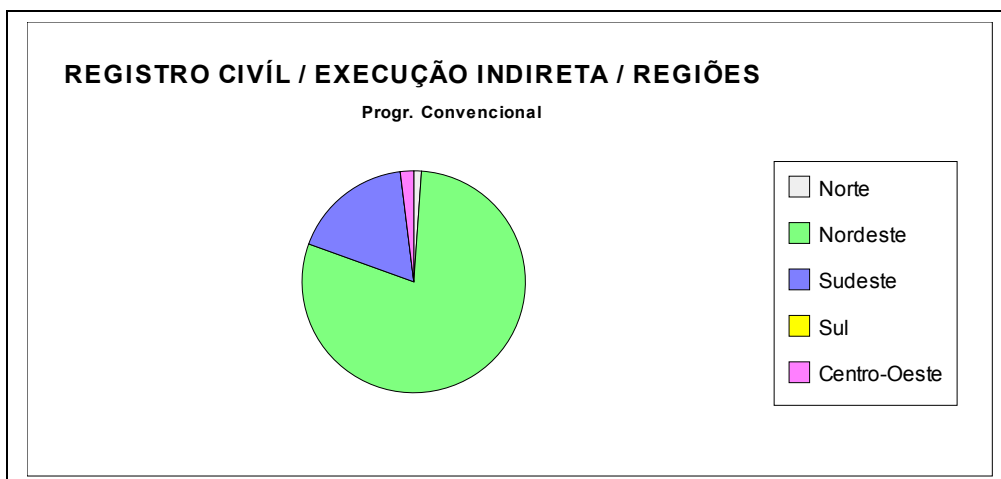
Gráfico e Tabela 1 - Programas Convencionais



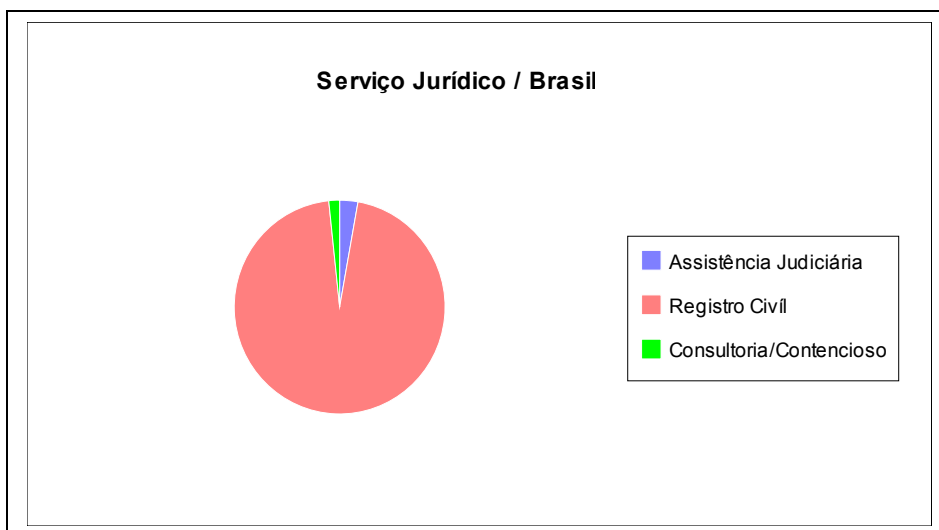
	exe. direta	exe. indireta	TOTAL		exe. direta	exe. indireta	TOTAL
1 - Norte	90211	26674	116885	1 - Norte	56629	9509	66138
2 - Nordeste	122134	174645	296779	2 - Nordeste	189383	174681	364064
3 - Sudeste	858527	19908	878435	3 - Sudeste	47799	28001	75800
4 - Sul	35048	56849	91897	4 - Sul	4502	87439	91941
5 - Centro-Oeste	37010	10988	47998	5 - Centro - Oeste	21287	10568	31855
Total	1142930	289064	1431994	Total	318600	310198	628798

Fonte: Relatório geral da LBA, divulgado em 1978, decorrente do IV Encontro Nacional de Dirigentes do Estado.

Gráfico e Tabela 2



<i>Regiões</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Norte	1.192	1%
Nordeste	82.305	80%
Sudeste	18.119	17%
Sul		
Centro-Oeste	1.792	2%



<i>Atividades</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
Assistência Judiciária	10432	3%
Registro Civil	338507	95%
Consultoria/Contencioso	5827	2%
TOTAL	354766	100%

Relatório geral da LBA , 1978.

Conforme mostra a tabela 1, as atividades diretas e indiretas da LBA referentes aos programas convencionais, a partir da implantação do SINPAS, são aumentadas, principalmente no que se refere ao atendimento do homem do meio rural com o ex-funrural. A tabela 2 mostra o número de expansão dos serviços jurídicos a partir deste período onde se tinha o objetivo de "proporcionar à clientela pleno e melhor atendimento com vistas à promoção social da família e da comunidade"

Verifica-se, a partir dessas informações, a multiplicidade de programas que são intensificados, em sua grande maioria, com o objetivo de combater a miséria e promover o indivíduo com o atendimento das pessoas consideradas mais carentes e desprotegidas, conforme podemos ver no novo Estatuto da LBA quando da sua transformação em fundação no ano de 1979, ao considerarem como objetivo:

"A prestação de assistência social à população carente mediante programas de desenvolvimento social e atendimento às pessoas, independentemente da vinculação destas a outra entidade do SINPAS".

Portanto, compreende-se, segundo a análise do Estado neste período, que a partir da constatação do aumento quantitativo dos serviços prestados à população carente transformará sua condição subalternizada na afirmação de uma vida mais igualitária, lugar do cidadão e da equidade social.

A fim de nos aproximarmos desse conflito gerado pela lógica capitalista buscou-se através da percepção dos assistentes sociais, resgatar o que significam esses serviços para os usuários atendidos. E indagamos aqui: até que ponto esses programas se desvincularam das ações paternalistas e tuteladas? Será que os profissionais também incorporaram esse discurso tecnocrático do Estado na mistificação e ilusão da assistência?

Neste aspecto, ao traçar o perfil dessa assistência, os entrevistados vão revelando suas percepções acerca do que significam esses serviços neste período estudado, que se caracterizam ora pela ênfase na tecnocracia, ora pelo privilegiamento da promoção social. Como nos mostram os depoimentos que se seguem:

"Quando ingressei na LBA, em 78, o trabalho funcionava porque existiam muitos recursos. Então, realmente para mim foi o melhor período que houve, foi quando nós trabalhávamos ..."Havia projetos com menores, órtese e prótese, o LEC (Lazer e esporte comunitário), havia lanches, almoços, não era almocinho não, era feijão, arroz, carne e angu à baiana, era assim. Eventos mesmo grandes e havia participação da comunidade"; "havia um caráter assistencialista, mas também integrado com a comunidade nós dizemos assim, a parte assistencialista é uma base porque as pessoas realmente procuram e precisam..."; "...um outro aspecto não era só assistencialista; era uma coisa que o governo dava - eu acho até que é um direito do cidadão...".

Neste depoimento, aparecem duas concepções que são contraditórias. De um lado a assistente social incorpora o discurso tecnocrático do Estado na fantasia mistificadora dos serviços assistencialistas prestados pelo governo, sem analisar e/ou refletir o que significa esse serviço para a população e o porquê do Estado proporcionar essa multiplicidade de programas. Por outro lado, coloca que é direito do cidadão, no entanto, esse direito é ocultado na afirmação do viés assistencialista.

Opondo-se a essa entrevista, aparece um depoimento crítico que se caracteriza como uma ruptura da mentalidade homogenizada pelo Estado no que se refere à assistência em seu viés puramente paternal, assistencialista, visto como doação do governo na sua planificação dos atendimentos a partir de número de atendimentos

"No final da década de 70 foi implantado o projeto casulo, nós tínhamos consciência que ele surgiu não por uma benesse do Estado, mas surgiu pela luta da mulher pelos seus direitos. Um movimento em defesa de creches. Nós tivemos consciência que surgiram não porque o estado se moveu por uma questão populista dele só. Foi também porque temos um Estado de fato assistencialista no Brasil, mas em função de pressões da sociedade. Eu acho assim..."

Esse depoimento aparece como um "novo discurso", isto é, um discurso que não incorporou o discurso hegemônico proferido pelo Estado. Em outras palavras, significa que é um discurso contra-hegemônico que se fortaleceu e ganhou um novo significado ao se opor à ideologia dominante que se instituiu através da figura do aparelho do Estado na unificação de um único discurso presente. Nessa análise recorremos a Chauí que afirma:

"(...) uma hegemonia viva é sempre um processo...deve ser continuamente revestida, alterada, defendida, modificada e é continuamente revestida, alterada, desafiada por pressões que não são suas...Nesse sentido acrescenta-se os conceitos de contra-hegemonia alternativa, que são elementos reais persistentes da prática".³⁵

Através da narração de outra entrevistada é revelada a incorporação do discurso do estado na sua "face humana" que caracteriza a noção de "promoção social" do indivíduo, como vemos a seguir:

"Eu entrei na LBA em 1979, quando ela assumiu os programas do idoso e excepcional...tinham uma visão muito assistencialista e não tinham um objetivo muito

³⁵ - Chauí, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1988, pág. 22.

claro com relação à promoção humana..."; "...era o único caminho que a gente tinha de mudar essa fase assistencialista da LBA e pegar essa parte mais promocional porque a gente envolvia a comunidade, era a nossa chance de mudar essa visão de assistência muito assistencialista..."

Nesse depoimento aparece aqui a suposta noção de que a "promoção humana" se distingue do pejorativo assistencialismo, fazendo com que a assistência prestada seja compreendida não mais com esta característica. Na realidade, isto não acontece porque não se desnuda a relação que perpassa a assistência social enquanto um campo contraditório que é reflexo da própria estrutura que configura o sistema capitalista. Como afirmou Demo ao colocar que:

"(...) em denominações substitutivas como promoção social em lugar de assistência, por conta da expectativa de que a promoção ultrapassaria ou cortaria o assistencialismo"...; "(...)assistencialismo é estratégia de recriação da pobreza, distinguindo-se na raiz da assistência como direito, não há razão para evitar o nome em substituição por promoção social ou algo congênere tende a inflar o campo da atividade misturando atividades de finalidades produtivas particulares em assistenciais"³⁶

Neste tipo de análise enfatiza-se a promoção humana, isto é, a promoção dicotomizando e restringindo o campo da assistência em seu campo "stritu sensu", ou seja, lugar da ajuda financeira; ações de serviços sociais prestados à população sem vinculá-la numa dimensão política, tendo por consequência causas estruturais.

³⁶ - Demo, Pedro. A Assistência Social como direitos de cidadania. Brasília, 1989, 03, mimeo.

Em outros relatos encontramos a reprodução do discurso do Estado na sua eficácia, pautados no planejamento e implantações de programas como uma fantasia em que a mágica de plano tecnocrático se sobrepõe à realidade social na qual vive a maioria da população.

Como se pode ver com esse relato:

"(...) entrei para a LBA em 1977, quando estava sendo implantado o programa de complementação alimentar ...Inicialmente era só um trabalho assistencial, era assistencialismo puro, voltado só para assistencialismo para suprir as necessidades da criança e nutriz...Mas, em cima disso, o Assistente Social, o corpo técnico começava a desenvolver ações voltadas para a família: legalização da família, certidão da criança, implantação de creche. Então houve um crescimento muito grande das programações na LBA, houve um trabalho de assistência social muito grande..."

Nessa entrevista, reproduziu-se o discurso competente do Estado na sua versão tecnocrática ao colocar que, com a diversidade dos programas e ações, a assistência vai sendo ampliada sem considerar a dimensão política que permeia a questão da Assistência e dos serviços sociais implantados pelo governo. Como coloca Sposatti:

"Os recursos da LBA cresceram em 100%. O trato da pobreza se torna científico, com padrões indicadores e gradientes. Agora é um fenômeno a ser estudado e analisado. A pobreza passa a ser reconhecida pelo governo, mas na condição de um fenômeno sem sujeitos, isto é, sem interlocutores..."³⁷

³⁷ - Sposatti, Aldaíza e M^a do Carmo Falcão. LBA: Identidade e Efetividade das Ações no enfrentamento da pobreza brasileira. São Paulo: Educ, 1989, pág. 26.

É preciso também entender que, embora a entrevistada constataste o assistencialismo presente, não consegue desmascarar a relação subalternizada e política que permeia as ações do Estado, onde a assistência, neste período, se torna campo da exclusão e da seletividade, estratégia, portanto, da dominação. Representa uma migalha, uma doação do governo autoritário imbuído de todo o conservadorismo que é camuflado através da tecnocracia estatal com a implantação de diversos programas assistenciais.

Outro fator que poderá explicar melhor essa afirmação são os critérios estabelecidos nos programas que selecionam os que têm ou não "direito aos serviços", como vemos na entrevista seguinte:

"(...) onde houvesse um bolsão de pobreza, nós íamos lá, cadastrávamos, recrutávamos pessoal. Fizemos o cadastramento da clientela. Aí sim: havia o critério de elegibilidade só participavam do PCA gestantes, nutrízes, mulher que estivesse amamentando e crianças até quatro anos, que ganham menos de 1 salário mínimo, ou até 1 salário mínimo dependendo do número de filhos..."

"Havia um critério no atendimento de óculos e prótese. A renda era um fator se a pessoa tinha condições ou não de conseguir..."

A partir dessas entrevistas podemos dizer que esse discurso vai negar a proposta do governo ao colocar o combate à pobreza na medida que se criam critérios que vão diferenciar aqueles que são merecedores ou não dos serviços prestados.

De um modo geral, embora se tenham ampliados os programas, eles vão se traduzir muito mais num caráter assistencialista seletivo, jamais sendo campo da

universalidade via distribuição de renda e equidade social. Na realidade, esses programas atuaram como ações compensatórias e suplementares, ou até mesmo se configurando na única forma de sobrevivência pela maioria dos usuários dos serviços públicos. Logo, jamais se enquadrarão numa perspectiva que coloquem os programas no campo dos direitos sociais.

Enfim, pode-se constatar que o Estado em seu viés assistencial e tecnicista tenta amenizar as tensões geradas pelo sistema capitalista a partir da multiplicidade de programas, configurando-se numa perspectiva puramente tecnocrática voltada para o planejamento. Assim, o sistema de proteção social brasileiro inicia-se numa vertente clientelista no início dos anos 30 até 45, para se consolidar num viés burocratizado e centralizador nos anos 70. Nessa análise recorreremos à Draibe³⁸, que vai diferenciar o sistema da proteção social e/ou Estado do Bem Estar Social em três aspectos:

- 1) Welfare Residual (política seletiva);
- 2) Welfare meritocrático particularista (corporativista/clientelista);
- 3) Welfare redistributivo.

O período que ora analisamos é configurado como um sistema "meritocrático-particularista" onde enfatiza-se o viés assistencial presente nas ações do Estado.

Finalmente, verificou-se que embora a assistência prestada se apresentasse quantitativamente em ampliações, seus resultados não amenizaram a pobreza; visto que a miséria e a desigualdade social foram intensificadas pelo processo centralizador e excludente que oprimia a maioria da população brasileira. A ilusão da assistência se revestiu numa mágica que foi incorporada e institucionalizada pelo Estado, sendo aceita por muitos profissionais, como vimos nas entrevistas colhidas anteriormente, ao acreditarem que a assistência enquanto mágica encontrada pelo Estado superaria a condição de subalternidade e pobreza, todavia, foi transformada como instrumento de

³⁸ - Draibe, Mirian Sonia. Welfare State no Brasil. características e Perspectivas. Anpocs, Vértice, 1988.

dominação pela classe dominante e estratégia do conservadorismo presente no governo autoritário. Cabe, aqui, indagarmos: será que com a Nova República, nos anos 80, a Assistência conseguirá sair dessa ótica subalternizada para se inserir no campo do direito - condição de cidadania?.

1.4 - A Assistência Social na Nova República: Direitos dos Cidadãos - Retórica ou Realidade?

Sabe-se que, com a Nova República, pela primeira vez um governo democrático se consolidava no poder, já que o período ditatorial chegava ao seu fim em 1984. A Nova República, portanto, é instalada sob a égide da luta democrática através da ideologia das alianças e da consolidação. Este período é marcado pela transição democrática, através da abertura lenta e gradual no governo Figueiredo. Neste sentido, o processo marcado pela ditadura seria vitorioso, à medida que seus protagonistas se articulavam fora do cenário mas, por trás dos bastidores, coordenavam e detinham o poder e a autoridade.

Isto significa que, com a derrota do "movimento das diretas já", com a não aprovação da emenda Dante de Oliveira, a saída encontrada pelos militares e pela burguesia foi a representação do conservadorismo no Colégio Eleitoral. Nesse contexto político, conflituoso e contraditório, a Nova República nasce trazendo a política dos conchavos, das conciliações e articulações entre os partidos conservadores, principalmente, com o PMDB. Como ressaltou Fernandes:

*"Não era uma vitória da democracia; era uma derrota do republicanismo e um conchavo descarado no qual escorava a transição lenta, gradual e segura que fora arquitetada pela direita, mas que os militares e seus aliados se mostraram impotentes para conquistar em sua fase de declínio de sua autoridade e de seu poder."*³⁹

³⁹ - Fernandes, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Zahar, 1986, pág. 19.

Parece-nos singular verificar que a chamada Nova República nasceu no interior de interesses e conflitos políticos que nada vão se diferenciar dos regimes anteriores. A novidade é que o discurso presente no seio da década de 80 é a afirmação da democracia, que ganha força e voz em todos os países ocidentais. Obviamente, no Brasil surge mascarado pelas raízes dos pactos conservadores da burguesia e, principalmente, dos atores políticos que se constituem na hegemonia do pacto dominante. Portanto, inicialmente, a Nova República descaracteriza-se na busca da cidadania e do processo democrático e do direito universal a todos os indivíduos na sociedade, na medida em que é fruto das conciliações conservadoras ao desmobilizar o movimento das Diretas-Já, fortalecendo e o institucionalizando no colégio eleitoral através das articulações políticas e conservadoras realizadas pela classe dominante. Logo, a luta pela redemocratização e pelo discurso de direitos começa a ser desmascarado já em seu início.

Evidenciou-se, durante a Nova República, um pacto conservador, onde o discurso não se coadunou com a prática, embora suas ações desnudassem a opressão que a população viveu ao longo dos 20 anos de ditadura, em extrema pobreza. Diante desse contexto político, o governo Sarney vai ressuscitar um novo discurso: o discurso do "Tudo pelo Social", conforme no mostra o artigo da revista Veja em 02.10.85:

"(...) O Brasil não pagará a dívida externa com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome..."⁴⁰

É sob a inspiração de um novo discurso que Sarney pretendia resgatar a imensa dívida social, erradicar a miséria e a pobreza. Com este discurso do Estado percebe-se que, com a Nova República, o governo Sarney não poderia negligenciar a questão da cidadania como prioritária nas ações e no enfrentamento da pobreza. A ideologia

⁴⁰ - Veja, Revista. Discurso do Exm Presidente: José Sarney. Rio de Janeiro, 02/10/85.

consagrada na Nova república foi preconizada segundo a ótica da cidadania, o combate à pobreza e a preocupação com o social.

O "Tudo pelo Social" é um discurso novo que aparece na eminência de se diferenciar das velhas práticas políticas que se fundamentavam no clientelismo, paternalismo e assistencialismo presentes nas Políticas de Assistência. Neste sentido a primeira medida tomada pelo governo Sarney no que tange à área social foi o IPND da NR⁴¹, que tinha como características básicas:

- transformação das condições de subdesenvolvimento do nordeste, num prazo de 15 anos;
- erradicação da pobreza;
- garantia do acesso à terra, água e tecnologia.

Portanto, a meta do combate à pobreza vem aliada à redistribuição da renda através do aumento de salários, distribuição de recursos sociais nas áreas de saúde, educação e assistência social. No entanto, apesar do social ter uma relevância, ainda sofre as limitações e restrições dos planos econômicos: isto é, mais uma vez a política econômica é priorizada e dicotomizada da política social que fica subjugada àquela.

No contexto econômico o governo se vê em constantes mudanças, pacotes econômicos com o objetivo de amenizar as desigualdades sociais. Do ministro Dornelles, que implantou uma política ortodoxa e recessiva na economia ao ministro Funaro, idealizador do Plano Cruzado, e Bresser Pereira, constatamos a não eficácia do social à medida que se prioriza o econômico enquanto uma instância autônoma dos fatores políticos, sociais que estão intrinsecamente correlacionados na relação contraditória entre capital versus trabalho.

A situação econômica no período do governo Sarney produziu o aceleramento da desigualdade e pobreza na medida que foi instalado o Plano Econômico de

⁴¹ - I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova república. 1986-1989. Brasília, 1985.

Estabilização; o Plano Cruzado do ministro Funaro desencadeou cada vez mais uma acirrada contradição entre as classes sociais.

A nível externo os impasses com o FMI, a instabilidade do sistema financeiro e o processo de aceleração inflacionária marcavam as promessas jamais cumpridas pelo governo da Nova República com o discurso do "tudo pelo social". Na realidade, aconteceram muitos choques na economia, como a Política de Francisco Dornelles, que era fruto dos ideais de Tancredo Neves. Nesse aspecto, *"na visão conservadora, a*

política econômica não deveria sofrer grandes alterações de rota, mas apenas algumas correções de percurso. A negociação da dívida externa deveria manter-se dentro das regras estabelecidas pelos bancos internacionais e o programa de ajuste dentro dos parâmetros da ortodoxia do FMI".⁴²

Enfim, após a política de Dornelles, sucederam-se as políticas heterodoxas de Funaro e Bresser, que não se diferenciavam substancialmente, pois não alteraram a crise social e/ou econômica que a Nova República herdara com os 20 anos de ditadura. Nessa conjuntura, as políticas econômicas apareceram no combate ao processo acelerado da inflação como um caminho encontrado pelo governo para atenuar as desigualdades, que são criação do próprio sistema. Portanto, existia uma supremacia dos pacotes econômicos e programas em detrimento das políticas sociais, que ficaram na linha da mera retórica presente no discurso do "tudo pelo social".

"A política não pode ficar circunscrita apenas aos chamados problemas sociais. Ela requer uma política econômica capaz de induzir mudanças que permitam de um lado, elevar o patamar de renda da população pobre de modo a assegurar melhores condições de acesso da população no conjunto de bens e serviços sociais".⁴³

⁴² - Arruda, Plínio Sampaio Junior de. A transição inconclusa, IN: A república que fez plástica. São Paulo: LPM, 1988, pág. 63.

⁴³ - Abranchees, Sergio Henrique. A Política Social e Combate a Pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pág. 28.

No que diz respeito à assistência social, é a partir de 1986 que é criado, no âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social, a comissão de apoio à reestruturação da assistência social com o objetivo de melhorar o desempenho da política assistencial. As sugestões levantadas por esta comissão consideram como principais objetivos:

- Descentralização política e administrativa;
- Participação social na formulação, implementação e avaliação de políticas;
- Abandono de concepções e práticas assistencialistas garantindo a plena cidadania;

A Legião Brasileira de Assistência, como parte integrante do SINPAS, é redirecionada a partir desses objetivos, onde o cliente carente atendido pela instituição é visto pela, primeira vez, como usuário e cidadão de direitos.

Como afirmou Spozatti, *"A nova diretriz é a modernização deste aparato, descentralização e municipalização e eleição de novos parceiros na gestão e operação de programas sociais."No caso as Associações Comunitárias e Prefeituras..."*⁴⁴.

Este período é, também, marcado pela reforma administrativa dentro do aparelho institucional na LBA, com o objetivo de descentralizar e aproximar a clientela na participação e implementação de Políticas Sociais, como nos mostra o discurso do ministro da previdência social, em 1987, ao expressar a competência do presidente da LBA - Marcos Vilaça.

*"Faz-se na LBA a primeira reestruturação administrativa e se aprova o 1º Plano de cargos salários carreira global na Nova República; Acho extremamente importante que ela ocorra na área de prestação de Serviços Sociais, onde, na verdade, a estrutura estatal mais se atrasou, mais se degradou, onde o estado mais tem falhado..."*⁴⁵

⁴⁴ - Spozati, Aldaíza et alli. A Assistência Social Brasileira: Descentralização e Municipalização. São Paulo: Educ, 1989: 09.

⁴⁵ - Documento da LBA, 1987, pág. 5.

No entanto, apesar do discurso do estado se consagrar como um discurso de direitos através dos serviços sociais aos cidadãos, na prática a assistência social não conseguiu ainda ser considerada como campo de direitos, longe do fetiche do clientelismo e assistencialismo que a circunda.

*"A LBA tem hoje um orçamento de 20 bilhões de cruzados, e este orçamento diz respeito a forma através do qual se habilitou a ser uma grande agência de desenvolvimento social, com novas características de ajudar às pessoas, sem ser paternalista assistencialista, varrendo de sua prática qualquer forma de clientelismo e procurando associar-se às iniciativas comunitárias..."*⁴⁶.

A ideologia consagrada da Nova República é enfatizada na ótica da cidadania, do combate à pobreza e da preocupação com o social. O "tudo pelo social" é, com certeza, um discurso novo que aparece no enfrentamento dos problemas sociais. É com esse discurso que a chamada Nova República tenta se diferenciar da velha com a promessa do resgate da dívida social na implantação de políticas que se dissociem do clientelismo, assistencialismo e paternalismo...

Historicamente a assistência foi entendida no seu viés assistencialista. Com a Nova República tenta-se modificar e caracterizar um novo perfil e uma nova mentalidade para a assistência social. A partir do discurso do cidadão, tal como revelado nas entrevistas, verificou-se como se encontrava a assistência na Nova República. Será que a assistência implantada neste período se consolidou, na prática, enquanto política de direitos? Desvinculou-se do pejorativo: assistencialismo e do viés promocional, se afirmando como prática transformadora que resgatasse a cidadania? Segundo alguns depoimentos, constatou-se que:

⁴⁶ - IBID, pág 06.

"(...) mudou muito até a forma da LBA se estruturar. Começou essa reforma administrativa mais por programa e sim por gerência. Você pode fazer um trabalho comunitário. Isso já começou a mudar com a própria reforma, também com a constituição, que eu acho, ainda não se conseguiu ...".

"(...) A LBA, com a Nova República, começou a se preocupar mais com a parte técnica, deixar o paternalismo, quer dizer, fazer a assistência social...as coisas começaram a evoluir, entrar realmente mais na parte da assistência de fato do que de assistencialismo..."

Na verdade, com a ênfase do discurso do Estado em torno dos direitos dos cidadãos, algumas assistentes sociais incorporaram essa ideologia que se tornou hegemônica no que diz respeito à assistência, tentando redirecionar a assistência social para o campo do direito, longe de ações seletivas, compensatórias e voluntárias. Como afirmou Chauí, que diz: "*(...) A ideologia teme tudo quanto possa ser instituinte ou fundidor, e só pôde incorporá-lo quando perdeu a força inaugural e tornou-se algo já instituído (...).*"⁴⁷

Em contrapartida, encontramos depoimentos que questionam o discurso instituído como direito, desmacarando-se na prática a lógica da assistência enquanto manutenção do status-quo. Como podemos ver nesses depoimentos:

"Desde que eu comecei na instituição sempre achei muito assistencialista, mas paralelo a isso você tem que estar fazendo um outro trabalho que é de que? De conscientização de direitos. De mostrar que aquele ato de você dar não vai modificar a vida dela. Então, eu acho que a instituição teve sim determinados momentos em que ela até passou a falar nisso, como na Nova República, mas era muito a nível teórico. Em termos práticos nós sentimos que não existiu essa mudança. No papel ela falava

⁴⁷ - Chauí, Marilena. Cultura e Democracia. In: O discurso competente. Rio de Janeiro: Cortez, 1980, pág. 05.

muito no direito de cidadania, no discurso, mas eu não senti, inclusive por parte das colegas de ser assimilada essa visão e ter colocado em prática...".

A partir dessas entrevistas compreende-se que a assistência social dá seus primeiros sinais de mudanças e desvinculação da fase assistencialista com o governo da chamada "Nova República". Entretanto, na prática, o direito reconhecido é transmudado no engodo de práticas velhas que se restringem ao clientelismo presente nas ações e no discurso do estado, onde o fisiologismo político, isto é, o uso político nas ações de assistência perduram para que não sejam consolidadas como direito de fato aos cidadãos.

Isto pode ser verificado nos depoimentos:

"(...) Até 86 era puro assistencialismo e, com essas mudanças, a gente foi mudando. Nós começamos a fazer reunião mensal com todos os profissionais. O objetivo era melhorar o trabalho, era o único caminho de mudar essa fase assistencialista da LBA e trabalhava-se a comunidade...". "Achamos importante fazer um seminário para todos os Assistentes Sociais, montamos um projeto, mostramos aos nossos chefes, chamamos os melhores profissionais do Rio de Janeiro para dar um seminário. Por que um órgão de Assistência com os Assistentes Sociais tudo alienados. Fizemos uma proposta que ia mudar radicalmente aquelas ações na área de Assistência na LBA, até que veio a punição, a chefia tremeu nas bases, morreram de medo...

"(...) Eu também fui punida seriamente, me botaram numa salinha simplesmente no serviço administrativo...Nós nos baseávamos no PND para poder jogar esse seminário pra frente...mas houve represálias e punição da chefia..."

"(...) Alguns profissionais que tinham uma visão diferente do assistencialismo, até houve um momento na LBA, mas era muito cercado, a falta de continuidade. De repente, não é mais o mesmo chefe, já caiu todo mundo, entraram outras cabeças. Eu acho assim, não há uma continuidade. Hoje você tem que fazer micro-empresa,

amanhã é grupo de não sei o que ...nós tentamos mudar - eu estou lembrando quando começamos a fazer aquele trabalho na comunidade, fizemos uma pesquisa, sentiu-se necessidade de formar tais conselhos comunitários. Então, nós chegamos, sem bricadeira, quase a concretizar isso, mas quase...mas foi tudo por água abaixo..."

Com esses depoimentos vimos que a Nova República foi marcada por um novo discurso e por momentos significativos com o PND e a Constituição de 1988, onde se coloca, pela primeira vez, a assistência no âmbito do tripé da seguridade social enquanto direito dos cidadãos e não como mérito e/ou favor do Estado.

"(...) em 86/87, no Brasil se instalou uma grande discussão em torno das reformas administrativas ampliadas da LBA, desencadeando uma estrutura mais participativa e descentralizada na tentativa de adequar a ação à realidade local, pois, pela história da LBA, nós tínhamos sempre projetos pensados no gabinete central....A questão da cidadania começou a se apresentar aí, porque a população entendeu que teria um espaço de dizer o que lhe interessava, o que atendia suas necessidades, ela aproveitou esse espaço, as representações comunitárias estiveram presentes, só que isto não se formalizou, na hora da reformulação do regimento não se consolidou. Perdeu-se aí uma oportunidade muito interessante de se trabalhar mais participativamente, num espaço mais democrático.

A partir dessas entrevistas desmascara-se a própria reforma administrativa e o PND, que foi um grande marco, um respaldo teórico para que a assistência, finalmente, se sobressaísse como uma Política Social de direitos. Todavia, entre o discurso e a prática estatal existiu uma grande distância à medida que não se oficializaram as conquistas do PND e da própria reforma administrativa, limitando-se à assistência na lógica da subalternidade, do status quo, lugar dos incapacitados. No discurso do Estado apresenta-se a mágica mistificadora do social da Nova República na retórica da cidadania e na prática da exclusão e do assistencialismo, que vão se opor ao discurso dos profissionais, como também das classes populares. Como podemos ver no discurso

do Presidente Sarney em seu programa na conversa ao pé do rádio, transmitido em agosto de 86, pela mensagem do quadragésimo quarto ano da instituição:

*"Quero dirigir uma saudação à LBA, uma das beneméritas instituições brasileiras, criada há 44 anos pela saudosa senhora Darcy Vargas e que é hoje um dos mais importantes instrumentos através dos quais o governo demonstra a opção pelos pobres. A LBA não faz clientelismo demagógico. A LBA é mão amiga, inteligente, generosa, caridosa que levanta os necessitados, homens, mulheres, transformando-os em cidadãos válidos, ativos,, integrados ao processo natural da sociedade brasileira."*⁴⁸

Esse discurso proferido pelo estado é desmistificado através da fala popular, conforme nos mostra o depoimento abaixo:

*"O Social dele é mentiroso, eu vou lhe contar porque para você, o tudo pelo social dele até agora não se vê nada. O pobre continua passando fome, sofrendo, o povo tem problema de escola, então o tudo pelo social dele tá fazendo pouca coisa..."*⁴⁹

"(...) O Governo se preocupa com o bolso dele e com as pessoas da categoria mais alta, com os pobres não..." (Fala de uma moradora da favela no estado RJ).

⁴⁸ - Discurso proferido pelo Exmº Presidente da República, José Sarney, em seu Programa Conversa ao Pé do Rádio em agosto de 1986.

⁴⁹ - Neves, Angela Vieira e Rita de Cássia N. de Lima. Relatório (CNPq) da Pesquisa Direito ou Doação? O imaginário da mulher sobre a inserção do Programa do Leite em seu cotidiano. Rio de Janeiro: 1989, pág. 38-39 (mimeo)

Nestas falas desvenda-se a suposta intenção do governo ao priorizar o social, contrapondo-se o discurso oficial ao discurso que põe a nu a falácia do social. Nesse sentido, como afirmou Chauí: *"os discursos são claros: o governo poderia, deveria, trata-se daquele governo que deveria, mas não existe. Trata-se da idéia do governo na contraproposta a realidade do poder vigente"*.⁵⁰

Portanto, apesar do discurso em torno dos direitos de cidadãos ser tão expressado não só nos debates acadêmicos da categoria de assistentes sociais, como também na própria constituição, a assistência social não conseguiu ainda ganhos significativos no que diz respeito à sua inserção na dinâmica contraditória presente no sistema capitalista enquanto um campo político e não assistencialista, lugar do "favor".

Outro aspecto importante referente a este período ora estudado aqui, é a implantação da constituição de 1988 que afirma a assistência no âmbito do tripé da seguridade social como um direito e enquanto uma política social de fato, como relatou-nos uma assistente social, ao dizer que:

"A constituição de 1988 foi um marco. Já havia quando a constituinte aconteceu, já havia, dentro da área do Estado brasileiro todo um movimento de transformação. Evidente que esse movimento não era um movimento hegemônico de forma alguma. Era um movimento minoritário de se procurar brechas dentro do Estado brasileiro mas eu acho que quando chegamos em 88 já tínhamos feito avanços no sentido de uma busca de linha estratégica para a Assistência Social... não era um processo de mudanças hegemônico, era de pequenos segmentos do Estado brasileiro no sentido de se buscar a assistência social como uma estratégia de reconhecimento da cidadania, de reconhecer a assistência como um direito de cidadania...É nesse momento a partir de 88 que surge para a questão da assistência social a questão da municipalização; é um dado novo na ótica da ação da LBA".

⁵⁰ - Chauí, Marilena. Conformismo e Resistência. Rio de Janeiro: Cortez, 1986, pág. 68.

A partir da constituição de 88 duas questões referentes à assistência aparecem como prioritárias. Em primeiro lugar, a assistência, pela primeira vez, é compreendida como direito, e não mais como campo da filantropia e do clientelismo. Em segundo lugar, é com a municipalização da assistência que a LBA começa a repensar seu papel.

Ela vai deixar de ser a executora dos programas para exercer a função de supervisionar e coordenar a execução realizada pelos municípios e pelo Estado. A esse respeito surgem controvérsias que afetarão, principalmente os anos 90, já que para a afirmação dos direitos de cidadania a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) deve ser regulamentada pelo Governo. Enfim, a assistência social desde a sua origem é permeada pelo ranço conservador do paternalismo, lugar de práticas assistencialistas. No entanto, ao se configurar como direito na carta constitucional, não supera a mera retórica do discurso, onde a pobreza, nos anos 80, continua sendo pauta dos políticos visto que a miséria não é amenizada, pelo contrário, é acelerada com o processo acirrado de recessão econômica, imposta à maioria da população. Como constataram técnicos do BIRD no artigo do JB em 17.07.88 ao colocarem:

"Em comparação com os outros países, em 1985 o Brasil destinou para os seus programas o equivalente a 8,8% do produto interno bruto, bem mais portanto que nos países como a Coréia do Sul - 4,9% do PIB - e do México - 6,4%. Na prática porém, os resultados demonstraram situações inversas ao montante aplicado, segundo um dos parâmetros utilizados pelo Banco Mundial no mesmo ano em que a taxa de mortalidade infantil no Brasil foi de 67 mortes para cada mil habitantes, enquanto que o México foi de 50 mortes e na Coréia apenas 27..."⁵¹.

Na verdade, a euforia do discurso de direitos da assistência na Nova República foi negado pela prática da exclusão da cidadania, campo da assistência. Criou-se uma mágica em torno do discurso da assistência como direitos que não foi transposta à

⁵¹ - Jornal do Brasil, in: Técnicos do BIRD - em 17/07/88.

prática. A assistência como direito se consolidou como um campo da ilusão, do mero discurso, da retórica conservadora que ao renascer um novo discurso dos anos 80, reascenderia a esperança dos brasileiros de saírem da condição subalternizada para a afirmação da cidadania. Logo, a assistência social torna-se um campo bastante contraditório, lugar de direito da população pelos serviços de consumo coletivo e, também, lugar da reprodução do capitalismo.

Por outro lado, podemos dizer que, embora encontremos em algumas entrevistas e no próprio movimento das entidades representativas da categoria do Serviço Social o aparecimento do discurso que enfoca o direito, ou seja, um discurso que é caracterizado aqui como contra-hegemônico, pois resiste ao discurso dominante que se tornou hegemônico no que se refere à assistência, isto não se configurou de forma concreta na prática dos assistentes sociais que atuam na Legião Brasileira de Assistência. Esse dilema entre o discurso dominante, hegemônico e o discurso dos assistentes sociais na sua prática será o cerne da nossa pesquisa que permeará toda a dissertação através da interrogação: qual a representação dessa assistência entre os assistentes sociais mediadores dessa prática?

Ao finalizarmos esse capítulo deixamos claro que com a Nova República a assistência deu alguns sinais de mudança, apesar de se limitarem ao discurso mentiroso que foi desnudado na prática do não social. E, assim, indagamos aqui: a assistência na LBA resgatou a cidadania? Como fica a assistência nos anos 90? Poderá se falar em cidadania num país com milhões de brasileiros passando fome? Quem é o cidadão que vive na sociedade brasileira? Quem é o usuário que procura esses serviços?

2º Capítulo

Título: Um Brasil novo, um cidadão novo. A cidadania no Governo Collor: mascaramento?

"O primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais"

(Marx e Engels)

Para tematizar a questão da cidadania na sociedade capitalista, dando-lhe um perfil histórico, é preciso primeiro tentar entender os pressupostos que articulam e desnudam as controvérsias presentes em suas conceituações. Neste sentido, a cidadania deve ser compreendida a partir de duas premissas básicas, que serão norteadoras dessa reflexão. A primeira refere-se à questão do cidadão frente à ótica do liberalismo, e a segunda refere-se à democracia e à suposta igualdade de oportunidades.

Para isso, iniciarei este capítulo abordando historicamente o significado da cidadania na sociedade capitalista, destacando suas contradições e repercussões. Posteriormente, analiso o papel do Estado enquanto regulador e interventor da sociedade, dando ênfase à construção da cidadania e, por último, discutirei os dilemas da conquista dessa cidadania presente na década de 90.

2.1 - A cidadania reflexo de uma história. As ambiguidades presentes no conceito de cidadania. O significado da cidadania na sociedade capitalista - Ser cidadão: utopia ou realidade?

Reportando-nos à tradição clássica acerca da cidadania, de acordo com alguns autores, existem duas concepções ligadas a essa temática. De um lado a chamada cidadania individual, que se fundamenta na perspectiva liberal individualista da sociedade democrática. Nessa perspectiva de análise há um privilegiamento do indivíduo em detrimento da coletivização e dos chamados "cidadãos".

Por outro lado, na concepção da pólis grega, a cidadania dá ênfase à participação política de todos os cidadãos na sociedade. Na verdade isto significa que a noção da cidadania coletiva não vai ampliar os direitos de liberdade individual e privados dos indivíduos pertencentes à pólis. Observa-se, portanto, uma dicotomia entre o público e

o privado, que ora vê a pessoa como indivíduo isolado com liberdade individual garantida através das leis, ora percebe a pessoa como cidadão coletivo, longe da perspectiva individual.

A predominância da visão liberal-democrática diz respeito à liberdade individual se fazendo presente, principalmente, a partir do séc. XIX, ressurgindo com a revolução francesa. Supõe-se que a chamada democracia vai sendo originada a partir de uma concepção liberal entre os indivíduos que, perante a lei, (nomos) são considerados iguais.

Assim, o princípio da justiça social e da liberdade são marcos fundamentais na concepção em torno da chamada cidadania. Na ótica do liberalismo clássico aparecem diferentes posições que permeiam o entendimento sobre a reflexão da cidadania. Os clássicos do liberalismo foram pioneiros no tema da cidadania. De Locke à Rousseau muitas interpretações surgiram, ora a favor da cidadania coletiva ora a favor da cidadania individual. Locke, considerado o pai do liberalismo, preconizou a idéia do consentimento, estabelecendo um governo legal em termos individualistas. Como afirmou Merquior: *"Locke encarou os governantes como curadores da cidadania e, de forma memorável, imaginou um direito à resistência e mesmo à resolução. O consentimento tornou-se a base do controle do governo"*.⁵²

Na realidade, Locke estava reafirmando a análise iniciada na Idade Média referente ao direito natural, direito divino, dando o consentimento a todos os indivíduos a possuírem sua propriedade. Neste sentido, diz Merquior: *"Para Locke a liberdade do povo era bem "natural", na realidade, era um dom de Deus ao homem"*.⁵³ Em contrapartida, Rousseau com seu contrato social vai ser considerado mais democrático ao reivindicar a universalização do sufrágio e da participação política com o Estado.

⁵² 1 - Merquior, José Guilherme. *O Liberalismo Antigo e Moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, pág. 45

⁵³ - IBID, pág. 68.

Outro autor que vai aprofundar e defender a ótica liberal e individualista, limitando o conceito de cidadania, é John Stuart Mill, um utilitarista que argumentava a diferenciação dos votos entre os letrados e os chamados ignorantes. Neste aspecto diz Merquior a respeito: "*(...) Mill para conferir maior peso aos educados com*

*propósito elitista, recorreu a um sistema de cotação plural que fazia com que os mais bem qualificados pudessem dar mais de um voto e receber votos de mais de um distrito federal"*⁵⁴

Em suma, nessa trajetória clássica percebe-se que a sociedade liberal-democrática foi estabelecendo diferenças em torno do que se entendia por cidadania e quem poderia ser considerado cidadão.

A cidadania, por sua vez, através das conceituações ambíguas, influenciaram o pensamento filosófico ocidental até os dias atuais. Entre as duas concepções de cidadania verifica-se uma tradição tutelar, corporativista e clientelista presente no conceito individualista e utilitarista da cidadania individual, cerne da ótica liberal. Por outro lado, a cidadania coletiva é o alvo da ampliação e reconhecimento do indivíduo como cidadão de direitos. A esse respeito Abranches vai afirmar que nas sociedades liberal-democráticas, "*os indivíduos não podem ser cidadãos nem seres livres,*

embora tenham direitos formalmente garantidos, precisam, muitas vezes, ceder sua soberania a dirigentes, organizações coletivas a fim de verem materializados os benefícios associados a esses mesmos direitos".⁵⁵

Constata-se que o ideal democrático fundamentado na Lei Constitucional não é, num passe de mágica, transformado em direito na sociedade, visto que a ótica liberal limita o acesso de todos os indivíduos no que tange à igualdade e à justiça social em

⁵⁴ - IBID, pág. 97

⁵⁵ - Abranches, Henrique Sergio. Nem cidadãos, nem seres livres. O dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática. DADOS, vol. (28), nº 01, 1985, pág. 05.

decorrência da desigualdade inerente à sociedade capitalista. A naturalização do liberalismo frente à conquista da cidadania vai sendo desmistificada à medida que entendemos a formação sócio-econômica de uma sociedade que recria e cria formas de exploração e desigualdades entre as classes. Como afirmou Abranches, "(...)
a

*medida que o capitalismo se desenvolveu, a crescente complexidade social, econômica e institucional aguçou essa contradição entre o caráter individualista da cidadania e a cidadania coletiva dos meios para sua implementação".*⁵⁶

A complexidade da temática vai ganhando maiores aprofundamentos com a análise do sociólogo T.H. Marshall, ao distinguir as dimensões civis, políticas e sociais. Tomando como ponto de partida a ótica liberal, o autor vai atribuir a cidadania como uma instituição em desenvolvimento. Nessa perspectiva diz Marshall:

*"A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. A cidadania é uma instituição em desenvolvimento; criam uma imagem de cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida".*⁵⁷

Na perspectiva de Marshall, o século XVIII vai representar a consolidação dos direitos civis, ou seja, liberdade de expressão, pensamento, religião, justiça, e propriedade privada. O século XIX compreenderá a consolidação dos direitos políticos, isto é, o exercício do poder político através do voto (sufrágio universal). E, por último, o século XX seria a conquista dos direitos de bem estar social dos cidadãos.

⁵⁶ - IBID, pág. 06.

⁵⁷ - Marshall, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, pág. 76.

Observa-se que a análise de Marshall é evolucionista e linear, pois, sua ênfase tem como fundamento o princípio do ideal liberal ao se basear na suposta igualdade dos indivíduos e sua ascensão social. Assim, nesta dicotomia e parcialização dos direitos enquanto uma instituição em desenvolvimento, a cidadania será afirmada numa mística em torno da igualdade numa sociedade que se justifica a partir do princípio contrário: a desigualdade social. Além disso, constata-se uma contradição na temática da cidadania, visto que, como poderíamos explicar uma igualdade numa sociedade desigual que é a capitalista? Nesse aspecto diz Weffort:

*"A cidadania como instituição em desenvolvimento capaz de assegurar a igualdade de todos os cidadãos reafirma a própria desigualdade social e a estratificação ocupacional do próprio conceito de cidadania."*⁵⁸

Portanto, a análise da cidadania como instituição em desenvolvimento é um processo que surge como um fim em si mesmo, onde os fatores da diferenciação classista são externos a ela, não estabelecendo uma articulação. Em outras palavras, significa que embora Marshall resgate a dimensão da tríade em torno dos direitos civis, políticos e sociais, não os analisa com as articulações políticas, econômicas e ideológicas que estão presentes na sociedade capitalista. Marshall vai ocultá-las, negando o conflito existente na sociedade na afirmação de uma cidadania individualista, liberal, gênese da ótica liberal.

Enfim, por consequência dessa ótica liberal surge um discurso conservador sobre a questão da cidadania onde é atribuído ao indivíduo e não aos cidadãos os encargos de sua pobreza, de sua carência como fruto de um fator individual e não estrutural. Nessa perspectiva de análise nos reportamos a Albert Hirschman⁵⁹, que vai ressaltar uma nova tríade como consequência da dimensão analisada por Marshall. O autor vai revelar uma nova tríade que perpassa os direitos civis, políticos e sociais como onda

⁵⁸ - Weffort, Francisco. A Cidadania dos trabalhadores, in: Direito, Cidadania e Participação. SP, Queros, 1981, pág. 142.

⁵⁹ - Para melhor compreensão dessa questão ver: Albert, Hirschman. Tese da Perversidade, Futilidade e Ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

reacionária a partir da concepção de Marshall. A primeira é referente à dimensão dos direitos civis (liberdade e igualdade) que faz emergir um discurso contra revolucionário em oposição à declaração dos direitos dos homens, estabelecendo as bases da posição conservadora. A segunda reação é a oposição ao sufrágio universal, uma vez que muitos conservadores no último terço do século XIX a ele foram contrários. A última e terceira reação é a crítica contemporânea do século XX no que diz respeito ao Welfare State como uma ameaça à liberdade e à democracia.

Essas ondas deram origem, segundo o autor, a três teses que serão norteadoras do discurso liberal e neo-liberal no século presente através dos discursos conservadores da direita. A primeira tese é da perversidade, apontando que qualquer ação só exarceba a situação que se deseja remediar, ou seja, a intenção da ação que tem um efeito oposto ao resultado que se pretendia. A segunda tese é da futilidade, onde se afirma que as tentativas de transformação social serão infrutíferas. A terceira tese é a da ameaça, onde se argumenta que o custo da reforma ou mudança é alto demais e acarreta consequências inaceitáveis.

Isto significa que a dimensão da cidadania esteve sempre influenciada pela ideologia liberal e, por conseguinte, pelo discurso burguês. Portanto, não há como negar que a mistificação ideológica sobre o discurso liberal e conservador exerceram, também, uma influência na sociedade brasileira em torno do que se entende por cidadão e cidadania. Parece que, no início dessa discussão, ficou clara a noção de que o discurso da cidadania foi originário dos clássicos e conservadores liberais que a outorgam aos cidadãos, aqueles que possuem ou não direitos a partir da afirmação do papel do Estado.

Em suma, essa mistificação da igualdade de oportunidades e liberdade como princípios norteadores da chamada cidadania, vai sendo desnudada à medida que olhamos a sociedade capitalista e, especificamente aqui, a sociedade brasileira, vendo a contradição presente e a falsificação ideológica contida no ideário liberal. Ademais,

será que poderemos tornar compatível a questão da cidadania dentro de uma sociedade capitalista? Para isso indagamos: ser cidadão na sociedade capitalista, utopia ou realidade?

2.2 - A consolidação da cidadania a partir da intervenção do Estado na sociedade brasileira: fetiche?

Para abordarmos a questão da cidadania na sociedade brasileira nos anos 90, é preciso, em primeiro lugar, entender o conceito construído ao longo dos anos 90 na história da nossa sociedade. Para tanto, observamos que o reconhecimento da cidadania, como foi visto anteriormente, está associado a leis, à figura do Estado como ator protagonista na ampliação dos direitos aos cidadãos. Foi a partir da implementação das leis trabalhistas no seio da sociedade brasileira, no período de 30 e 40, que a questão dos direitos sociais aparecem, pela primeira vez, aos indivíduos como um resgate da sua condição da cidadania. No entanto, os direitos sociais foram outorgados pelo Estado como favor às classes, principalmente pelo viés clientelista e corporativista do governo Vargas. Em tal perspectiva, o que vai limitar esta cidadania nos indivíduos é a associação a uma vinculação jurídica, ou seja, a pessoa só é reconhecida como cidadão a partir do Estado e das leis que regulam a sociedade. Na realidade, essa vinculação jurídica é a expressão do conceito de "cidadania regulada" que Santos aponta ao afirmar que:

*"Por cidadania regulada entendemos o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional e definição por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei"*⁶⁰

O mais elucidativo nesta afirmativa é que o cidadão será enquadrado nos limites impostos pelo estado através da ocupação definida em lei, dentro da lógica urbana da

⁶⁰ - Santos, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus Editora, 1979, pág. 160.

cidade vinculada ao cidadão. Mas como mostra Dallari, "*(...) os direitos das pessoas são anteriores às leis, os direitos dos cidadãos só nascem com as cidades e não podem ser concebidos sem ela (...)*".⁶¹

A figura do Estado como interventor nas questões sociais e sua interlocução com os cidadãos vai sendo modificada a partir das mudanças ocasionadas pelos movimentos da sociedade civil e, principalmente, em torno da participação e democratização. Do autoritarismo presente na sociedade brasileira, durante 20 anos, à transição democrática com a Nova República, a necessidade da configuração de um Estado diferente vai sendo mediada por instrumentos de dominação, onde os direitos sociais são cada vez mais regulados e reificados no discurso do cidadão e da suposta democracia. Ora, a cidadania regulada faz com que uma parte da população que não está inserida no mercado formal não exista aos olhos do capital. A esse respeito Santos diz que: "*(...) tornam-se pré-cidadãos assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (...)*"⁶²

Embora a lei garanta o direito, na prática a efetivação do mesmo é sempre vista como aquilo que deveria ou poderia ser, mas não é, já que o discurso do direito é transmutado pela prática do privilégio, do clientelismo e do favor. Como afirmou Abranches: "*os direitos de cidadania, mesmo quando assegurados de uma forma jurídica correta e legítima, não se transformam em usufruto real simplesmente porque estão inscritos na Lei...*"⁶³

A sociedade brasileira, passados os 20 anos de ditadura, emergiu com uma nova bandeira a favor da democratização através da chamada "Nova República". Neste período aparece o discurso do cidadão e, no entanto, a consolidação da cidadania plena e sua universalização ficaram restritas ao próprio discurso.

⁶¹ - Dallari, Dalmo. Ser cidadão. Lua Nova. (2) São Paulo, 1984, pág. 62.

⁶² - Santos, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus Editora, 1979, pág. 160.

⁶³ - Abranches, Henrique Sergio. Nem Cidadãos, nem Seres Livres IN: O dilema político do indivíduo na ordem democrática. Revista Dados, vol. (28), nº 01, 1985, pág. 11.

A Nova República vai renascer com um discurso democrático em torno dos direitos dos cidadãos, mas a garantia da cidadania plena e/ou coletiva não aconteceu porque fizeram parte das promessas não cumpridas ⁶⁴ dos governos democráticos. Como aponta Chauí:

"(...) é uma sociedade que conhece a cidadania através de uma figura inédita, o senhor cidadão e que conserva a cidadania como privilégio de classes, fazendo ser uma concessão regulada e periódica das classes dominantes as demais classes sociais, podendo ser-lhes retiradas quando os dominantes assim o decidirem (como durante a ditadura). ⁶⁵

Enfim, a intervenção do Estado na construção da cidadania está associada a duas questões: a existência ou não de uma democracia, e a liberdade individual, pré-condição para a instensificação do discurso liberal presente na sociedade capitalista e monopolista como a sociedade brasileira. E ainda indagamos: podemos falar em cidadania nos anos 90? Quem é o cidadão?

2.3 - Os dilemas da conquista da cidadania nos anos 90 a partir do imaginário dos Assistentes Sociais: um cidadão novo?

A reflexão em torno da cidadania nos anos 90 é fator, ao mesmo tempo, instigante e desafiador. É algo que poderíamos pensar já resolvido mas, na realidade, o anacronismo do discurso frente à prática nos revela a contemporaneidade em torno da questão. E, para pensar a cidadania na era da chamada modernidade dos anos 90, é necessário nos questionarmos: o que significa ser cidadão hoje? Pode-se pensar em direitos sociais dos cidadãos? Como entender a cidadania?

⁶⁴ - Para melhor entendimento a respeito das chamadas promessas não cumpridas ver: Norberto Bobbio, in: O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.

⁶⁵ - Chauí, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pág. 54.

Tomando como objeto de nossa reflexão a assistência enquanto direito dos cidadãos, situaremos o que significa para os assistentes sociais a representação dessa cidadania, desse direito tão reivindicado ao longo de nossa história. Entenderemos aqui como a cidadania pode ser compreendida a partir da ótica desses profissionais que vivenciam, em seu cotidiano institucional, em específico a LBA, como conceituam o cidadão, os direitos na sociedade brasileira hoje.

Para tanto, é importante sabermos que a questão da cidadania precede outra reflexão inerente à mesma que é a referente à prática da democracia numa sociedade capitalista. A democracia traz nela imbuída a questão da justiça social e da desigualdade de oportunidades entre os indivíduos. Vale ressaltar que a democracia deve ser pensada como um espaço coletivo onde os cidadãos tenham o direito de participação na sociedade civil.

No entanto, na perspectiva de Bobbio, não podemos esquecer que a democracia é entendida como *"um conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados"* ⁶⁶

Nessa perspectiva o conceito de democracia aqui representado vai se diferenciar da chamada democracia vivida na sociedade brasileira, onde distinguimos claramente: a democracia ideal, tal como conceituada por Bobbio, da democracia real, onde as regras do jogo político não podem ser negligenciadas pelos atores sociais que lutam pelo reconhecimento de sua condição de cidadania enquanto sujeito de sua própria história. Desta maneira, a compreensão da cidadania, no Brasil, nos anos 90, nos leva ao entendimento do que representou o governo da Nova República com a sua transição democrática após longos anos de autoritarismo. A pretensa democratização, ou transição democrática, vivida nesse período traz como consequência, para os cidadãos, a esperança de mudanças em virtude do desmascaramento do Governo Sarney com seu

⁶⁶ - Bobbio, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pág. 12.

discurso pelo social e que, na prática, não trouxe para a população mudanças significativas, como nos mostra Covre:

"(...) É bom percebermos que a "Nova" República é "velhíssima". Ela copia a história no pior sentido: é um amálgama de populismo, apodrecido e porque ela tem de dar conta da "abertura", do novo social, e não sabe como, de modernização do clientelismo e mantendo rasteiro o autoritarismo tecnológico"⁶⁷

Na verdade, com o desmascaramento o governo do "Tudo pelo Social", os cidadãos, nos anos 90, chegavam ao fim do túnel de sua existência e luta pela sobrevivência. Eis que então aparece, no final desse túnel, uma luz que reascende as esperanças da população brasileira através da figura "messiânica" de Collor - parafraseando Francisco Oliveira - do discurso aos cidadãos e descamisados. Então, há que se pensar o que, realmente, mudou para a vida desses descamisados com o discurso do cidadão. Será que a noção de direito e a transformação do descamisado à sua condição de cidadania foi realizada a partir da mágica de um discurso profetizante?

Em suma, para se entender a cidadania no governo Collor, devemos, em primeiro lugar, averiguar se os usuários atendidos pelos assistentes sociais estão conscientes dos serviços prestados e, em específico aqui, da assistência social como direito. E, ainda, na representação de diferentes movimentos realizados em seu cotidiano por melhoria das condições de vida em busca do resgate da cidadania, talvez, perdida.

Neste sentido, ao entrevistarmos os Assistentes Sociais da Legião Brasileira de Assistência identificamos duas análises que dizem respeito à compreensão se o usuário atendido tinha clareza de que aquele serviço de assistência social era direito ou não. De acordo com os depoimentos colhidos nessa pesquisa, observou-se que a noção de

⁶⁷ - Covre, Lourdes M^a de. A cidadania que não temos. Brasiliense, 1986, pág. 185.

direito como processo hegemônico da população ainda está por ser conquistada; quinze (015) Assistentes Sociais, distinguindo-as por suas funções diferenciadas, quer seja de gerência de Programas ou nos Centros Sociais, verificaram percepções diferenciadas nos dois segmentos, como podemos observar no quadro que se segue:

QUADRO I - A noção de direito dos cidadãos - Ideologia do Favor

Temática	nº Assistentes Sociais Gerência	Centro Social	Total
Ideologia do FAVOR	01	07	08
O direito em construção	05	01	06
Não se manifestaram	-	01	01

Fonte: Pesquisa de Campo - Rio de Janeiro - NOV/92.

A partir desse quadro percebemos que entre as Assistentes Sociais dos Centros Sociais a maioria afirma que os usuários não estão, ainda, conscientes de seus direitos, consolidando a análise da ideologia do favor presente nas políticas sociais e, especialmente aqui, nas de assistência social como podemos ver adiante nos relatos dos Assistentes Sociais.

"Eu acho que o usuário que vem a LBA "pedir" qualquer coisa que temos a oportunidade de fornecer e ele fala 'muito obrigado', eu coloco: isso aqui é seu dinheiro, você pagou imposto, você tem direito, isso aqui é seu"

"A questão dos direitos de cidadania eu acho que ainda não é muito clara para a maioria dessas pessoas, porque 'agradecem' muito qualquer informação, serviço, pedem desculpas de estar incomodando, etc..."

"De um ano para cá em que os descamisados ficaram pelados, eles estão começando a entender, mas ainda é muito medíocre o conhecimento deles em relação ao direito que eles tem".

Através dessas entrevistas observamos que a questão do direito ainda é um processo que deve ser conquistado pois, no imaginário dos usuários, a noção de favor, do agradecimento permanece, segundo os Assistentes Sociais, como sendo consequência da sociedade brasileira que, em sua formação sócio-econômica e ideológica institucionaliza o favor como estratégia de dominação e tutela em detrimento do direito.

O que se quer enfatizar é que a ideologia do favor aparece no imaginário social em virtude da tradição clientelista e populista presente na formação da sociedade brasileira. Essa ideologia do favor tem como fundamento uma prática política que se originou a partir de uma relação de produção onde a classe dominante oculta os determinantes das relações de trabalho que implicam, em última instância, a noção do favor aos trabalhadores livres.

Em outras palavras, o ideário liberal e conservador ao propagar uma suposta igualdade entre os indivíduos naturaliza os conflitos de classe, criando o que Menezes coloca como "conciliação de classes". Isto faz com que se mistifiquem as relações de dominação presentes na sociedade, fazendo com que os usuários assistidos pelos serviços sociais os identifiquem como ato de bondade do governo, de agradecimento, "muito obrigado", etc... Neste aspecto ressaltamos a afirmação de Menezes, sobre a questão ideológica do favor ao mostrar que:

"...não sendo proprietários, nem escravos, não formam entre os elementos básicos da sociedade, que lhes prepara uma situação ideológica desconcertante. O acesso aos bens da civilização, dada a dimensão marginal do trabalho livre, se efetiva, somente através da benevolência eventual e discriminatória de indivíduos de classe abonada..."⁶⁸.

Enfim, é a partir dessa dimensão marginal do trabalho que condiciona a maioria dos brasileiros a uma situação de opressão e exclusão, fazendo com que os usuários se identifiquem pela sua condição de cidadania invertida.⁶⁹

Em contrapartida, a noção de direitos aos cidadãos é representativa entre os Assistentes Sociais das gerências, com exceção de uma Assistente Social do Centro Social que também compartilha com essa interpretação, como veremos a seguir:

"...As pessoas acham que era direito. Eu não acho que havia essa visão que não era direito. São pessoas que acompanharam essas questões, participaram de movimentos populares, da FAMERJ, FAPERJ, etc".

"...Eu acho que hoje ela está conseguindo batalhar pelas coisas que ele tem direito de chiar, de brigar no posto de Assistência Médica, mas de modo geral não é a totalidade da população ...".

A esse respeito Coimbra afirma que:

⁶⁸ - Menezes, Maria Tereza Candido Gomes de. Em busca da teoria: políticas de assistência pública. São Paulo, Cortez, Rio de Janeiro, 1993, pág. 185.

⁶⁹ - O conceito de cidadania invertida é utilizado por Sônia Fleury in: Os direitos dos desassistidos sociais, ao identificar que os indivíduos passam a ser beneficiários do sistema pelo motivo mesmo do reconhecimento de sua incapacidade de exercer plenamente a condição de cidadão.

"Uma ampla gama de possibilidades de 'situações de cidadania' uns onde apenas o mínimo acesso a uma pauta de direitos existe e outro ainda onde o estoque de bens de cidadania é mais substancial..."⁷⁰

Os entrevistados diferenciam essas situações de cidadania não só pelo acesso limitado da condição de sua cidadania restrita a uma minoria mas, também, aquele que é considerado pobre, espoliado, necessitado, descamisado, não tem acesso aos serviços sociais oferecidos através da assistência devido à limitação imposta pela exclusão perversa do sistema capitalista.

É interessante ressaltarmos que a representação do direito entre os Assistentes Sociais das gerências de programas está ligada não só à participação política dos usuários em diferentes movimentos sociais, a partir de situações diferenciadas em seu cotidiano como, também, à própria inserção desses profissionais que participam de sindicatos e gerências de programas, criando, em seu imaginário, o ideal de um direito que não foi conquistado como foi dito pelos assistentes sociais dos Centros Sociais. Logo, a noção de cidadania que encontramos nesta pesquisa vem desmistificar a suposta universalização dos direitos e igualdade dos indivíduos a partir da situação perversa na qual esses usuários dos serviços se encontram.

Neste aspecto, nos reportamos à análise de Menezes ao revelar a importância do valor do trabalho livre que, na verdade, sabemos não ser livre porque a nossa sociedade se fundamenta na contradição. Ademais, ressalta a autora que entre a ideologia do favor e o liberalismo não existe antagonismos, pois, não se opõem à ideologia burguesa. Por consequência dessa conciliação a apropriação ideológica, a autora ressalta a hipótese "*(...) a possibilidade das políticas sociais de assistência estarem hoje, impregnadas dos conteúdos de bem-estar, da complacência, do favor...*"⁷¹

⁷⁰ - Coimbra, Marcos. Cidade, cidadania e políticas públicas. in: Souza, Amaury de. Qualidade de Vida Urbana. Rio de Janeiro: Zahar, pág. 93

⁷¹ - Menezes, M^a Tereza, C.G. de. Em busca da teoria: Políticas de Assistência Pública. São Paulo: Cortez, 1993. pág. 87.

Percebe-se, a partir dos relatos colhidos anteriormente, não só no que diz respeito à ideologia do favor, presentes na questão da cidadania, como também no resgate da assistência social, realizado no primeiro capítulo, que essa hipótese vai sendo afirmada pelos Assistentes Sociais ao entenderem que entre o discurso de direitos e a prática existe uma grande distância.

Ademais, essa hipótese vem ao encontro de nossa pesquisa à medida que, tendo como objeto de investigação a representação dessa assistência entre os profissionais de serviço social, temos como questão a apropriação ou não do discurso dominante pelos assistentes sociais. Por consequência, a reprodução do discurso burguês que se metamorfoseia é sentida nesta pesquisa ao percebemos que o favor ainda está presente nessas políticas, embora o discurso de direito transmita uma hegemonia que não há nesse campo.

Outro elemento de igual importância que aparece nessa questão da cidadania é a significação do cidadão nos anos 90, isto é, quem poderia ser considerado cidadão? Quais as mudanças para o indivíduo num Brasil Novo, existirá um cidadão novo? De acordo com as entrevistas realizadas identificamos três temáticas no que se refere à representação do cidadão para os Assistentes Sociais. A primeira refere-se à questão jurídica do direito a partir do contrato de trabalho, expressando o conceito de cidadão regulado. Nesse aspecto, de acordo com a pesquisa, somente quatro assistentes sociais tiveram em suas análises tal percepção, como verifica-se no trecho do depoimento que ilustramos como exemplo:

"...cidadão é todo aquele que trabalha, paga imposto, que vive dentro de uma sociedade - nós somos capitalistas, não? E que contribui com as entidades, como o INPS. Eu acho que esse é considerado cidadão e que sofre, também...sofre todas as resoluções que estão destinados a sofrer pelo governo, são até obrigados, de uma certa

forma, porque quem manda é aquele que está lá em cima e temos que cumprir. Se não cumprirmos nós perdemos até o nosso direito. Cidadão é aquele que sofre mesmo. Todos sofrem..."

E ainda o sofrer na sociedade é a representação de algo individualizado, pecaminoso, atribuído ao indivíduo, sendo culpado pela situação de pobreza. Neste sentido, concordamos com Dallari ao afirmar que a condição dos direitos são anteriores às leis e não são criação do Estado como se pronuncia:

"(...) A pessoa humana mesmo que não seja vinculado ao sistema jurídico de qualquer estado, existe como pessoa e tem características próprias de sua natureza e não dependem da vontade do Estado". ⁷²

A representação da cidadania nessa temática tem a afirmação de que o cidadão seria aquele que poderia ter a sua cidadania resgatada a partir do momento que conseguisse um trabalho formal dentro da regularidade mesmo de sua condição de cidadania. A segunda questão é a noção de cidadania individual que é conquistada a partir do esforço do indivíduo, do mérito, aparecendo somente em uma entrevista, como veremos no trecho do depoimento:

"(...) falta consciência mesmo, falta consciência e uma coisa que eu vejo neles, esse pessoal que procura a LBA - eles não se esforçam. Eles não se esforçam para melhorar de vida. Eles não fazem esforço. Não quero dizer todos, mas eles não se esforçam. Eles nascem naquela vida e vão continuar assim."

Observamos, nessas entrevistas, que o cidadão vai ser naturalizado a partir da ótica individual-liberal na conquista de seu trabalho estando à mercê da sorte. Desta maneira, a atribuição da "cidadania regulada" é compreendida com a banalização da pobreza e situação de miséria através do esforço do indivíduo.

⁷² - Dallari, Dalmo. Ser cidadão. (2) São Paulo: Lua Nova, 1984, pág. 63.

Por último encontramos a representação da cidadania que não há nos anos 90, mas que poderia ser conquistada pela participação na pólis e garantia dos mínimos sociais.⁷³ Nesta existe uma grande representatividade dos assistentes sociais que se fundamentam na conquista da cidadania através de participação coletiva, totalizando um número de oito assistentes sociais.

"Cidadão para mim? É uma pessoa que participa, que sabe os seus direitos, que consegue trabalhar, ter a sua autonomia mesmo, não? Consegue ter o seu emprego, seu salário, saber seus direitos, participar de alguma coisa, eu acho que é isso..."

"...Eu acho que para essa população ser cidadã ainda falta coisa. Não se está tendo as condições mínimas de sobrevivência. As pessoas não estão tendo emprego, não estão tendo salário, não tem o que comer, então as pessoas não estão conseguindo ser cidadãs..."

No quadro (2) que se segue explicita-se as representações dos Assistentes Sociais a partir dessas três abordagens anteriores:

A construção de uma representação sobre a cidadania

⁷³ - Mínimos Sociais são compreendidos nesta pesquisa como as principais necessidades dos indivíduos na sociedade, isto é, direito à saúde, ao trabalho, à terra, a educação.

Temática	Nº Assistentes Sociais Gerência	Nº Assistentes Sociais Centros Sociais	Total
Cidadania coletiva - garantia dos mínimos sociais	03	05	08
Cidadania individual	-	01	01
Cidadão regulado - vinculação jurídica	02	02	04

Fonte: Diário de Campo, Jan. 93.

Torna-se claro que a noção de cidadania nesses depoimentos está associada à perspectiva de cidadania coletiva, ou seja, a participação dos indivíduos através da reivindicação de seus "mínimos sociais" no enfrentamento com o Estado. Ademais, a visibilidade da cidadania é pertinente na medida em que o protagonista político é o indivíduo que sai da sua condição privada para uma condição pública e coletiva, sujeito, portanto, de sua própria história. Como afirmou Abranches ao expressar que a visão da "pólis" grega e da cidadania coletiva era, também, compartilhada nas idéias de Marx, pois,

*"todos viam na socialização do homem e na politização da sociedade o único caminho para realizar a essência humana na liberdade e na igualdade. Esta posição representava uma crítica ao individualismo"*⁷⁴.

Em suma, ora é atribuição da conquista coletiva na busca de seus direitos sociais, ora é atribuição da conquista individual presente na tradição liberal. Na verdade, o

⁷⁴ - Abranches, Henrique Sergio. Revista Dados, vol (28), nº 01, 1985, pág. 12. Nem cidadão, nem seres livres: o dilema político do indivíduo na ordem liberal-democrática. Dados, vol. (28), nº 01. São Paulo, 1985, pág.12.

componente que é pertinente à cidadania nos anos 90 ocorre porque existe um "novo discurso" elaborado pelo governo Collor, que incorpora as idéias liberais e modernas.

No que diz respeito à sociedade brasileira nos anos 90, a ênfase se dá sobre um "Brasil Novo", onde a era do moderno e da tecnologia trariam ao país uma mudança significativa nas relações sócio-políticas. Ora, para tanto significaria transformação nas relações estabelecidas entre Estado e a sociedade civil, entre as diferentes classes que se inserem na sociedade capitalista monopolista. Neste sentido, o chamado Brasil Novo, por consequência, estabeleceria nessa relação democrática um cidadão novo. Quem seria esse cidadão novo?

Um novo aspecto é ressaltado no cidadão do governo Collor: o "cidadão em construção", ou seja, aquele que não é, mas pode tornar a sê-lo, como podemos identificar num depoimento tomado como exemplo dentre tantos outros na pesquisa:

"Eu acho que está muito longe de sermos cidadãos, todo mundo. Todo mundo, não é só o pobre. O pobre menos ainda. A constituição está em construção, o cidadão está em construção. Eu me sinto uma cidadã em construção. Eu acho que todos nós somos cidadãos em construção. Nós vivemos numa sociedade horrorosa, desumana e nós falarmos de cidadania nessa sociedade é um negócio que cai na utopia, cai no discurso. Então na realidade, eu vejo essa cidadania como uma coisa que temos que construir mesmo a cada dia numa luta muito grande..."

Assim, a partir dos relatos, percebemos que o cidadão acabou se tornando uma peça alegórica frente à opressão e exclusão vivida pela maioria da população brasileira; a maioria dos assistentes sociais relata a dicotomia e/ou oposição entre o discurso do cidadão do governo e a prática da cidadania.

"O Collor resgatou um discurso mas não uma prática. Foi só a palavra. Não houve protesto, a sensação que eu tenho é que houve um efeito paralisante. Não sei se foi uma coisa de endeusamento"

Do discurso aos descamisados, aos cidadãos e à prática verifica-se uma controvérsia, revelando uma dicotomia entre cidadão e prática da não-cidadania. Na realidade, o cidadão da era Collor ficou limitado num discurso burguês-conservador. O discurso aos descamisados ficou apenas em sua retórica, representando um retrocesso nos direitos sociais, isto é, aos mínimos sociais, como é colocado no artigo do Jornal do Comércio em 24 de maio de 1992:

*"Entre o discurso do governo Collor, de operar em benefício dos descamisados, e a prática efetiva de administração da questão social existe grande distância, refletindo na crescente deteriorização do quadro social brasileiro. Hoje podemos afirmar com tranquilidade que a maioria da sociedade já percebeu que a preocupação com os descamisados era pura demagogia..."*⁷⁵

Da chamada cidadania regulada à pretensa condição do "cidadão novo" num Brasil que, de novo, só a mistificação do discurso, verificou-se uma exclusão perversa mesmo daqueles "trabalhadores livres" que eram considerados cidadãos regulados, classificados nesta pesquisa como não-cidadãos, ou seja, a cidadania perdida na lógica acumulativa da sociedade monopolista.

Essa assertiva é afirmada por Menezes ao dizer que *"o aviltamento a que estavam*

⁷⁵ - Jornal do Comércio, 24 de maio de 1992.

submetidos os trabalhadores nessa ordem econômica, estabeleceu já nas primeiras relações "formais" de trabalho, que começaram a ser forjadas, a oficialização da exclusão da classe trabalhadora..."⁷⁶.

Sabemos que a população vem sendo dilapidada desde a consolidação das leis trabalhistas. O pai do pobres foi substituído pela profetização de um guru - messiânico, moderno e contemporâneo, representado na figura de Collor.

O discurso proferido vem propagar a lógica liberal iniciada nos séculos XVIII e XIX, reaparecendo nos anos 90 sob a égide da modernidade, fundamento do Estado neo-liberal. A ênfase no discurso aos descamisados é mais uma das estratégias de dominação ideológica através do mascaramento das relações classistas presentes na sociedade capitalista. O governo Collor, na representação da cidadania, para os entrevistados, desnuda o discurso que teve um "efeito paralisante" e de "endeusamento", em virtude da massificação da mídia em torno do messias e/ou profeta dos pobres.

Logo, pode se dizer que a grande maioria dos descamisados, não são os cidadãos regulados, porque estão excluídos do mundo do "trabalho formal", ou ainda estão desempregados, sendo-lhes atribuída a condição de cidadão invertido, como apontou Fleury. Além disso, a questão do trabalhador que é livre, exercendo uma atividade regulada pelas relações de trabalho e excluído dos direitos porque a sociedade capitalista lhes impõe uma condição que Menezes coloca como: "Condição marginal do trabalho livre".

Neste aspecto, reportamo-nos à conjuntura dos anos 90. A conquista da cidadania vai se tornando um mito que se metamorfoseia, à medida que inclui e exclui aquele indivíduo ora como cidadão regulado, invertido, pré-cidadão, ou como caracterizamos

⁷⁶ - Menezes, M^a Tereza, G. G. de. Em busca da teoria: políticas de assistência pública. São Paulo: Cortez, 1993, pág. 71.

nesta pesquisa como: cidadania negativa, elo de sua perdição, espaço para sua construção.

Enfim, o discurso vem ratificar o mito da não-cidadania no cotidiano de milhões de brasileiros que lutam pelo direito à vida, por melhores condições de sobrevivência. É neste aspecto que a assistência social, objeto de nossa reflexão, torna-se uma estratégia de dominação do governo ao restringi-la em sua concepção imediata e emergencial stritu-sensu, não a entendendo como um campo dos direitos sociais. Pois, ao ser identificada como campo dos direitos, os não-cidadãos ganham visibilidade aos olhos do capital, e a pobreza deixa de ser um fator psicologizante, para ser entendida na ordem de uma sociedade burguesa e capitalista.

É nesse sentido que discutiremos e analisaremos no próximo capítulo como pôde ser caracterizado o governo Collor frente à assistência social e de que maneira os assistentes sociais reproduzem o mesmo discurso dominante ou conseguem superá-lo, desvinculando-se da permanência do favor presentes nas ações de assistência, como foi visto no primeiro capítulo desta pesquisa.

3º Capítulo

Tema: Os descaminhos da Assistência Social na década de 90. O Estado e sua prioridade com as questões sociais.

Pretende-se, nesse capítulo, abordar a maneira pela qual a assistência social, que vem ao longo da história, sendo prática mediatizada pelos assistentes sociais através dos serviços sociais, foi priorizada ou não na conjuntura do governo Collor. Como o discurso neoliberal, em ascensão desde a década de 80, se coadunou com a problemática da assistência social? Qual o perfil dessa assistência?

Para isso é preciso, em primeiro lugar, traçarmos um panorama em torno dessa discussão sobre o discurso neo-liberal e o Estado de Bem Estar para, posteriormente, questionarmos quais as influências desse discurso para a política de assistência social. Do mesmo modo compreenderemos como os Assistentes Sociais perceberam essa questão, quais as respostas encontradas, os caminhos, as estratégias de enfrentamento da pobreza na conjuntura da chamada "era Collor", a era da modernidade; como eles vivenciaram, em seu cotidiano institucional, esse desafio ou essa conquista.

3.1 - O discurso Neo-Liberal nos anos 90: um Estado de Mal Estar ou Bem Estar?

O surgimento da retórica neo-liberal em torno do governo Collor, na década de 90, teve como fundamento o crescimento de um discurso de direita a favor do mercado e contra a intervenção do Estado nas questões sociais e econômicas. Neste sentido, devemos entender quais as influências deste discurso na problemática que abordamos no âmbito desta pesquisa, referente à assistência social nos anos 90. Quais as mudanças decorrentes dessa argumentação neo-liberal para os assistidos?

Qual foi o papel do Estado no enfrentamento da pobreza aos descamisados? Até que ponto as ações de assistência social prestadas pelo governo contribuíram ou não para a melhoria das condições da vida da população? Quais as prioridades e metas alcançadas? Como os assistentes sociais perceberam essa questão no cotidiano da LBA, nesse período?

Em suma, tomando como ponto de partida esses questionamentos entenderemos, em primeiro lugar, quais os argumentos que propiciaram ao governo Collor se respaldar num discurso neo-liberal, qual a gênese desse discurso conservador que influenciou o papel do Estado no que tange às questões sociais, em específico aqui, no que diz respeito à assistência social nos anos 90.

Para tratar dessa problemática tomo como ponto de reflexão alguns questionamentos que envolvem o surgimento do política Keynesiana e a suposta crise do Welfare State, a partir de alguns autores que são fundamentais na introdução dessa questão. Iniciarei com Offe, que discute a controvérsia da existência ou não de uma compatibilidade entre a democracia e o capitalismo. Tal compatibilidade é mediatizada por duas perspectivas na concepção desse autor. A primeira refere-se à competição partidária e à relação com os partidos de massa. A segunda é referente ao surgimento do Welfare State Keynesiano, que aparecerá após a 2ª Grande Guerra Mundial. O que o autor tenta explicar é a adaptação desses princípios na economia de mercado capitalista e na democracia.

É importante ressaltar que nos limitaremos à análise da segunda perspectiva em torno do Welfare State Keynesiano.⁷⁷ Historicamente, o Welfare State Keynesiano desenvolveu-se no capitalismo ocidental desde a 2ª Grande Guerra, e foi adotado como concepção básica do Estado e da prática estatal em quase todos os países ocidentais. Na verdade, O Welfare State Keynesiano teve a função de estabelecer um

⁷⁷ - O Welfare State Keynesiano é uma expressão utilizada pelo autor Claus Offe.

elo entre o crescimento econômico e a ampliação dos programas sociais no sentido de amenizar conflitos. Nesta análise, Claus Offe afirma que o Welfare State:

*"é definido como um conjunto de habilitações legais dos cidadãos para transferir pagamentos dos esquemas de seguro social compulsório para os serviços organizados do Estado como educação e saúde."*⁷⁸

Em outras palavras, significa que é um compromisso de classes, representando de uma lado a aceitação do lucro e do mercado como princípio deste desenvolvimento e, por outro, representa a garantia dos padrões mínimos de bem estar aos cidadãos com a implantação de programas sociais. Este acordo e/ou compromisso contribuiu, fundamentalmente, para a compatibilidade entre o capitalismo e a democracia.

Segundo Przeworski,

*"O Keynesianismo fornece os alicerces ideológicos e políticos para o compromisso da democracia onde o Estado é capaz de conciliar a propriedade privada dos meios de produção e a gestão democrática da economia"*⁷⁹

Nestas diferentes interpretações sobre o keynesianismo percebe-se a função contraditória do Estado capitalista que, ao mesmo tempo, atende aos interesses das classes dominadas como, também, atende aos interesses do capital. Essas vertentes e conceituações sobre keynesianismo se complementam pois, para Offe, existiram fatores que são mediadores do conflito de classes, que Przeworski identificou como sendo a acumulação de interesses antagônicos presente nas sociedades democráticas.

⁷⁸ - Offe, Claus. A democracia partidária competitiva e o Welfare State. Keynesiano: Fatores de estabilidade e desorganização. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Editora RJ, Tempo Brasileiro, 1984, pág. 374.

⁷⁹ - Przeworski, Adam. O capitalismo democrático na encruzilhada. In: Capitalismo e Social Democracia. S.P., Companhia das Letras, 1989, pág. 249.

O Keynesianismo pode ser compreendido como uma política macro-econômica, que cresceu durante a década de 30 e interviu na economia através da demanda e do aumento do consumo, tendo como objetivo principal o pleno emprego. Todavia, para os pensadores conservadores da direita o que se deve fazer é resolver o problema do mercado de trabalho através da oferta e não da demanda macroeconômica. Deste modo, a oposição ao keynesianismo aparece no discurso liberal a partir da década de 70, onde se acredita que a aliança entre política econômica e programas sociais se desvanece.

Przeworski⁸⁰ argumenta que a era Keynes foi um sucesso, a produção cresceu, o desemprego foi pequeno, os serviços sociais se expandiram, sendo o keynesianismo a ideologia consagrada do chamado compromisso de classes até o final da década de 60. A partir desta década a ofensiva da direita contra a política de Keynes e o Welfare State se fortaleceram ao afirmarem que o aumento de salários e/ou serviços sociais à população implicaria na elevação dos custos da produção. Portanto, o argumento conservador em oposição ao Estado de Bem Estar pode ser definido, como coloca Offe, onde o Estado de Bem Estar "*(...) se torna um peso muito grande para a economia, cujo crescimento e a competitividade estariam conseqüentemente sofrendo os custos*".⁸¹ O Estado de Bem Estar torna-se-à o antagonico do crescimento econômico do Estado, representando uma ameaça ao desenvolvimento sócio-econômico de um país.

Neste sentido, a saída encontrada pelos conservadores é a questão da economia de mercado, que se auto-regula, onde suas premissas básicas se pautam na maximização dos lucros através da preferência dos consumidores e no ajuste perfeito do mercado às decisões individuais.

⁸⁰ - Przeworski, em seu livro: *Capitalismo e Social Democracia*. Companhia das Letras, 1989 discute no capítulo 6 detalhadamente essa questão.

⁸¹ - Offe, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Tempo Brasileiro, 1984, RJ In: *A democracia partidária competitiva e o "Welfare State Keynesiano"*: fatores de estabilidade e desorganização.

Do surgimento da política keynesiana, na década de 30, para a suposta crise do Estado de Bem Estar Social nas décadas de 70/80, verificamos que existe uma crise político econômica em todos os países do ocidente, na qual se apresenta a própria crise do estado capitalista, que não tem como assegurar para uma massa de trabalhadores que se proletarizam à medida em que os salários oferecidos em troca da venda de sua força de trabalho são ínfimos.

Então, qual seria a solução encontrada pelo Estado capitalista ao estender a todos os trabalhadores os serviços de proteção social? Parece-nos que a saída encontrada pela direita recaiu sob a chamada crise do estado, como ressaltou Bresser Pereira ao afirmar que a crise do aparelho estatal

"(...) começou nos países avançados onde há um capitalismo tecnocrático maduro. Nos anos 80 alastrou-se para os países subdesenvolvidos arrastados pela onda da dívida externa (...)".⁸²

Outra autora que discute, com clareza, a questão da crise do Welfare State é Sonia Draibe. A autora diz que os argumentos progressistas e a chamada crise do Welfare State não passam por uma verdadeira crise, sofrem antes uma mutação em sua natureza e operação.

A autora diz que:

⁸² - Pereira, Bresser Luiz Carlos. A crítica da direita e da esquerda a um Estado em crise. Revista Lua Nova. S.P., Editora CEDEC, n° (25), 1992, pág. 226.

"o problema é menos de uma crise financeira dos programas sociais do governo e sim o da necessidade de reorientá-los no sentido de se constituírem em mecanismos efetivos de soluções dos problemas da pobreza e desigualdades sociais".⁸³

Em outras palavras, isto significa que existem diferentes argumentos que são contraditórios e, ao mesmo tempo, se originaram da oposição entre Estado de Bem Estar e a democracia, entre liberalismo e democracia. Nesta perspectiva de análise confirmam-se as reflexões de Offe onde diz que as políticas democráticas de massas não caminharam no sentido da implantação do Estado de Bem Estar Social. Na realidade, o que aconteceu foi uma decomposição do Estado de Bem Estar Social nas décadas de 70/80 e uma ascensão a favor do estado liberal.

No final da década de 80, substituíram-se os discursos sociais democratas para um discurso liberal conservador nos países democráticos. Mas, o que desencadeou a chamada crise do Estado de Bem Estar? Segundo Offe, o Estado de Bem Estar perdeu seu apoio político devido à pluralidade cultural presente no mundo contemporâneo através da desestruturação das coletividades.

A oposição a essa proposta é constituída no discurso liberal, conservador e democrático que, através da chamada "teoria da escolha racional" opõe individualismo versus coletividade. Nesta perspectiva, Przeworski afirma que a escolha racional dá ênfase à maximização da utilidade gerada pelo interesse próprio, onde se supõe que as pessoas escolherão o curso de sua ação. A nova direita, pautada no discurso democrático liberal, consolidou sua força através da ótica da liberalismo.

⁸⁴ Esse discurso representou uma derrota e ameaça a qualquer menção de organizações

⁸³ - Draibe, Sonia Miriam. Welfare State, Crise e Gestão da Crise. Um balanço da literatura nacional. São Paulo: Anpocs, 1988, pág. 56.

⁸⁴ - O liberalismo econômico, ou liberismo segundo Bobbio, é alvo contra o coletivismo dos países sociais-democratas, mas o que excita o espírito agressivo dos "novos liberais" é o efeito desastroso das políticas keynesianas adotadas pelos estados economicamente e politicamente mais avançados, especialmente sob o impulso dos partidos social-democráticos ou trabalhistas .

coletivas que desmascaram o discurso instituído pela classe dominante nas sociedades ditas democráticas.

Então, qual será a influência desse discurso contra a política keynesiana à crise do Estado de Bem Estar para a sociedade brasileira hoje? O que aconteceu na conjuntura dos anos 90? Qual o discurso e a prática presente?

3.2 - A gênese do discurso conservador e as prováveis influências do discurso neo-liberal presentes na conjuntura dos anos 90

Para entendermos o discurso neoliberal na sociedade brasileira hoje, é preciso compreender quais são os argumentos da direita conservadora que fundamentam a retórica da discussão acerca do Estado mínimo.

Nessa perspectiva recorreremos a Hirschmann que explica em seu livro "Retórica da Intransigência" a gênese dos discursos conservadores e/ou progressistas presentes desde o século passado, a partir da tríade proposta. Essa tríade já foi esclarecida no capítulo anterior, e a reafirmamos aqui para entendê-la no que diz respeito ao argumento contra o Estado de Bem Estar. O que mais ganhou força nas discussões políticas presentes no discurso conservador na sociedade hoje refere-se ao efeito perverso, primeira tese proposta por Hirschmann⁸⁵ que ataca as políticas sociais no chamado Welfare State.

Nesta tese da perversidade o efeito é bastante cruel para economia à medida que a oposição ao Estado de Bem Estar é substituída por um novo discurso, que coloca o mercado como referente. Parafraseando o autor Hayek⁸⁶ em seu artigo "Os princípios de uma Ordem Social Liberal", ele diz que existe uma ordem espontânea do mercado

⁸⁵ - Hirschmann, Albert O. A retórica da intransigência. Tese da perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁸⁶ - Hayek, Friedrich.A. "Os princípios de uma ordem social liberal, IN: Ideologias Políticas, Brasília, 1980.

que se autoregula, baseada em objetivos específicos, diferentes e mútuos entre os indivíduos os quais defendem uma sociedade aberta e livre, pautada em regras abstratas de conduta a fim de que possam proteger o domínio privado dos indivíduos.

Mas, quando se originou essa oposição ao Estado de Bem Estar? O argumento contra o Estado de Bem Estar aparece, pela primeira vez, na Inglaterra com as primeiras Poor Laws ao afirmarem que a Assistência aos pobres estimularia o ócio, a dependência e a preguiça do trabalhador. Essa corrente conservadora vai influenciar diretamente os políticos a partir do século XX e, por consequência, tal assertiva ganha visibilidade nas décadas de 80/90. Onde se atribue e/ou se incorpora esse discurso presente na conjuntura dos anos 90? Será que o governo Collor pode ser identificado a esse discurso conservador e perverso? Na realidade, o desmantelamento das Políticas de Bem Estar Social foi iniciado no final da década de 80 com o surgimento do discurso liberal. O início do governo Collor ocorre quando da emergência da ideologia neoliberal e, por consequência, as políticas de assistência social ficam à mercê da política econômica que é configurada pelo Estado.

É, portanto, a partir dessas manifestações conservadoras oriundas da gênese liberal que poderíamos entender o que significou o papel do "Governo Collor" inserido no discurso neoliberal. No que se refere a esse tipo de discurso, tivemos a impressão que, realmente, o Estado de Bem Estar seria um pesado "elefante" o qual oneraria os cofres públicos e desmantelaria o próprio aparelho estatal. Assim, paulatinamente as questões sociais seriam tratadas pelo poder privado, assumindo a dívida com o social; por consequência, o Estado não mais interviria nesta questão.

Todavia, surgem algumas questões que devem ser consideradas neste trabalho: será que, embuído de um discurso neo-liberal presente nos anos 90, foi o governo capaz de dar conta dessa retórica liberal? Foi o governo Collor um neo-liberal? Que liberalismo é esse que intervém na economia com pacotes e choques econômicos,

decreta medidas provisórias como arbítrio de um governante que assume o poder em nome da democracia?

É necessário entender o discurso e sua prioridade com o social para compreender as múltiplas determinações de um mesmo discurso, que é contraditório e ineficaz. Na prática, verificamos que jamais o governo Collor consolidou sua imagem difundida pela mídia no que diz respeito ao social; o Estado não interviu, não produziu nada, seu efeito mais perverso foi a afirmação da inércia; estagnação, como coloca Hirschmann na sua tese da futilidade ao explicitar que "*(...) a futilidade reduziu-se a uma negação ou substimação de mudança*".⁸⁷

O efeito perverso e fútil das medidas sociais não tiveram o mesmo caminhar das medidas econômicas. O liberalismo econômico dos anos 90 nada teve de neo-liberal já que, em diversos momentos, o governo lançava pacotes, choques e medidas que interviram diretamente na economia.

Conforme mostra o artigo publicado na Revista Políticas Governamentais::

*"refuta-se principalmente a qualificação de liberal e/ou neo-liberal ao governo Collor. A política econômica do governo não pode ser definida como neo-liberal uma vez que é fundamentalmente intervencionista".*⁸⁸

Percebe-se um "novo discurso" da direita que vai ganhando força a partir da década de 80, onde muitos autores reivindicam a redução do papel do Estado e

⁸⁷ - Hirschmann, Albert. A retórica da intransigência: tese da perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, pág. 53.

⁸⁸ - Revistas Políticas Governamentais, Ano II, RJ, 1992, pág. 50.

também dos atores políticos ao se apresentarem na sociedade como indivíduos isolados, voltados para a maximização de utilidades.

Neste sentido, um dos argumentos mais pertinentes no discurso conservador refere-se à tese da ameaça, ou seja, a terceira reação proposta por Hirschmann que *"assevera a mudança proposta ainda que talvez, desejável em si, acarreta custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo"*⁸⁹

As premissas básicas desta tese é a afirmação de que:

- 1 - A democracia ameaça a liberdade;
- 2 - O Welfare State ameaça a liberdade individual quanto à democracia.

Essa tese é, a meu ver, a mais perigosa presente no discurso conservador que vai apostar na não mudança, na não reforma e que, de certa maneira, influenciará diretamente os governos "liberais-democráticos" contra o Estado de Bem Estar e a favor da liberdade dos indivíduos. Historicamente, este argumento surgiu na Inglaterra durante a 2ª Grande Guerra, e foi introduzido por Hayek, um autor neo-liberal. No entanto, só ganhou força a partir da década de 70, onde Hayek vai se inspirar nos movimentos liberais tradicionais norte americanos, que preconizavam "a liberdade individual dos cidadãos".

Conforme este pensamento a liberdade só seria alcançada através da não-intervenção do Estado no mercado, e que defende uma ordem autogerada e/ou espontânea para o entendimento dos princípios de uma sociedade democrática. Assim, a democracia e a liberdade ficam ameaçadas a partir do momento em que o Estado amplia sua ação, limitando, portanto, a liberdade de cada indivíduo na sociedade com perspectivas democráticas. Inseridos nesta ótica liberal, o Welfare State começa a ser questionado, o pensamento Keynesiano é criticado, pois, não

⁸⁹ - Hirschmann, Albert. *A retórica intransigência- Tese da perversidade, futilidade e ameaça*, 1992, São Paulo: Companhia das Letras, pág. 73.

mais poderá coexistir a compatibilização entre crescimento econômico e gastos públicos, entre democracia e capitalismo.

Nesta perspectiva, Hayek vai defender a ordem espontânea do mercado que permitirá uma sociedade aberta, baseada em benefícios comuns, com objetivos diferentes e específicos. Essa tese vai se fundamentar em normas de conduta que limitaram o poder do Estado, permitindo, assim, que o mercado seja o referente nas sociedades democráticas. O que vimos é a preservação da ordem do mercado, o estímulo à competição, o livre comércio e a liberdade individual aparecendo no discurso conservador a partir da década de 70, com uma nova mentalidade. No que tange à sociedade brasileira surge uma questão: de que maneira esta tese da ameaça e esse discurso proposto por Hayek são atributos do discursos do governo Collor? Teve repercussão?

Entre o passado e o futuro, os críticos do Welfare State, com o argumento da tese da ameaça, disseram que as despesas com assistência social arruinariam o capitalismo. Isto nos foi revelado na conjuntura dos anos 90, quando o governo Collor ressuscitou o "discurso da modernidade" em detrimento da miséria do povo. O governo solapou qualquer tentativa de mudança na área social ao priorizar medidas recessivas na economia, ao cortar os gastos públicos e todos os programas de caráter assistencial ⁹⁰ para a população.

Diante de diversos argumentos conservadores apontados neste trabalho, o que mais se aproxima do discurso imperialista deste governo é o referente à tese da ameaça que propõe a ruptura com o novo, com as transformações de uma sociedade ao priorizarem a liberdade do capital, a dolarização da economia; a liberdade individual, a substituição do social; dos atores coletivos por um único ator: o

⁹⁰ - Esta perspectiva assistencial origina-se de uma visão assistencialista. A assistência é entendida como direito dos cidadãos e enquanto uma política que deve ser implantada pelo Estado.

mercado. Como ressaltou Bandeira, "(...) *com a era das massas e da mídia, o social passa a não ser mais o referente (...)*".⁹¹

Essa proposta da liberdade individual fez com que se reinvidicassem as oportunidades individuais, as maximizações das vontades individuais. Isto nos remete ao que Przeworski assinala no individualismo metodológico ao defender o Estado mínimo através da análise racional ou da escola pública que é a-histórica, individualista, fundamentos do liberalismo clássico.

Como coloca,

*"ao analisar a escolha da escola racional ou escola pública, observou que esse individualismo metodológico foi correto, a classe trabalhadora jamais será capaz de se transformar num agente histórico coletivo".*⁹²

Nessa perspectiva de análise o governo Collor, com seu "liberalismo", abre a economia ao mercado exterior, inicia o processo de privatização e anuncia o mercado como referência básica ao chamado processo de modernização.

Segundo Adam Przeworski, a nova estratégia da direita não se restringiu somente à questão da tributação, distribuição de renda, eliminação de programas de bem estar, enfraquecer sindicatos operários constitui um projeto de uma "revolução burguesa". Essa estratégia da nova direita foi representada pelo discurso do governo Collor e sua prática de ação anti-democrática. Com um discurso diferente, mas que possui raízes no liberalismo clássico e argumentos conservadores, o governo Collor reinvidica para a sociedade brasileira a modernidade dos países do primeiro mundo; um Brasil Novo que é mascarado por práticas políticas velhas. Existiam contradições nesse neo-liberalismo do governo Collor, como afirma Bresser Pereira.

⁹¹ - Palestra proferida pelo sociólogo José Bandeira na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 14/05/92.

⁹² - Przeworski, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pág. 83.

"O neo-liberalismo é mais retórica do que prática, pois, na verdade, o que verificamos é que a utopia neo-liberal não é uma alternativa à utopia socialista, nem é uma alternativa ao Estado de Bem Estar. A principal inconsequência da proposta neo-liberal de um estado-mínimo é não representar uma alternativa real para a sociedade".⁹³

Assim, entre o chamado velho e novo liberalismo recorreremos ao pensador liberal, representado por Bobbio, ao colocar que existem aspectos diferenciados no liberalismo que são destacados pelo "liberalismo econômico" (liberismo) e "liberalismo político". Para Bobbio, *"(...)o liberalismo é como teoria econômica fator da economia de mercado, como teoria política, é fator do Estado que governa o menos possível (...)"*⁹⁴ Na perspectiva do estado liberal, o Estado entra num processo de laicização, cujo princípio fundamental é a perda do poder ideológico.

O Estado liberal vai se opor ao Estado paternalista e intervencionista para ser substituído pela economia de mercado. Neste sentido, os defensores desse novo liberalismo acreditam que a crise do Estado ocorreu por consequência das políticas de assistência e intervenção do Estado democrático nas questões sociais. Com esse "novo" discurso, que é uma nova roupagem da direita contra o Estado de Bem Estar, compreende-se a antítese entre democracia e capitalismo, entre mercado e Estado democrático. Diante dessa trajetória liberal percebe-se, na sociedade brasileira, principalmente no governo Collor, fundamentos do discurso liberal ao preconizar a liberdade do mercado e a mínima intervenção do Estado democrático nas questões sociais.

No entanto, este discurso não foi coerente com o chamado "Neo-Liberalismo", como é colocado por Nogueira, onde vemos que,

⁹³ - Pereira, Bresser Luiz Carlos. in: A crítica da direita e da esquerda à um estado em crise. Lua Nova, São Paulo, Cedu (25), 1992, pág. 247

⁹⁴ - Bobbio, Norberto. O futuro da democracia, uma defesa das regras do jogo. RJ, Paz e Terra, 1986, pág. 114.

"(...) é um Estado forte que planeja, mas não dirige e não pode ser considerado como não interventor. É o agente de modernidade no contexto do capitalismo democrático".⁹⁵

A trajetória do Estado nos anos 90 sobressaiu-se a partir da crítica do governo do Estado de Bem Estar Social e sua crise nos países sociais-democratas, devido à origem de um discurso da direita onde nasceu o discurso liberal e conservador. O que foi chamado de "Brasil Novo" não ressuscitou para a sociedade um cidadão novo, uma vez que a população, a cada dia, está mais empobrecida. Entre o discurso que tinha como prioridade o cidadão, a prática do governo foi da não cidadania, do não direito aos serviços de bem estar social e/ou de assistência social.

Enfim, algumas questões podem ser clareadas a partir desta introdução à problemática do discurso neo-liberal e da prioridade do Estado com o social, com o bem estar dos cidadãos, ou seja, os direitos sociais dos indivíduos, tão negados pelo Estado capitalista. Neste sentido, analisaremos a seguir, como se encontra a assistência social neste período. Quais os avanços e/ou conquistas?

3.3 - A Assistência Social na década de 90. A desmistificação de um discurso aos descamisados.

A partir do que foi visto poderíamos, ilusoriamente, pensar que, embora o discurso neo-liberal tenha sido o "slogan" de Collor, na prática a assistência social não seria negligenciada aos descamisados. No entanto, a ilusão foi desmascarada pela realidade de milhões de brasileiros que vivem no limiar do impossível, onde o pobre

⁹⁵ - Nogueira, João Pontes. Um discurso ambíguo e conservador. Revista Políticas Governamentais, Ano II, 1992, pág 53.

transformou-se em miserável e o miserável, esse a assistência social não conseguiu visualizar.

Sabemos que a assistência social na década de 90 ganhou, em sua prática, o retorno à ilusão do servir através da caridade, a volta da filantropia, da mesmice que perdurou ao longo da história e que, talvez, estivesse dando seus primeiros sinais de ruptura com a ótica dominante e conservadora no governo da Nova República. Mas, com o governo Collor, a assistência ganha uma nova cara, a cara da omissão, a cara da direita. Por que afirmamos tal argumentação? Em primeiro lugar porque o governo, ao tomar suas primeiras medidas no que diz respeito à assistência, vetou integralmente o projeto de regulamentação da Lei Orgânica⁹⁶ em setembro de 1991, que colocaria, finalmente, a assistência social em seu devido lugar, isto é, lugar de política social de direito de cidadania. Percebe-se, portanto, que nem mesmo a garantia da lei foi ratificada como um dos possíveis caminhos para o alcance do direito tão reivindicado como espaço de enfrentamento da pobreza.

Assim, de acordo com a nossa pesquisa, ao entrevistarmos os assistentes sociais que trabalham na Legião Brasileira de Assistência, verificamos algumas questões no âmbito dessa problemática. O que ficou claro a partir das entrevistas é que as assistentes sociais, na totalidade, foram homogêneas na afirmação de que a assistência social não houve, retrocedeu, paralizou, conforme pode ser constatado nos depoimentos que se seguem:

"A volta da primeira dama não representou nada! Não melhorou nada"

"...foi um retrocesso para a época de Darcy Vargas, com a Rosane voltou o voluntariado feminino, as primeiras damas de Estado. Foi um retorno à primeira dama e aí houve uma associação dela com setores da sociedade civil, como havia

⁹⁶ - Projeto de Lei Orgânica da Assistência, vetado pelo Exm Sr. Presidente da república Fernando Collor, nº 3099/junho 89.

também no tempo de Darcy Vargas, especialmente artistas que ajudaram em campanhas para colher gêneros alimentícios, não sei o quê"

"...Quando se instalou o novo governo Collor e a Sr^a Rosane assumiu a presidência da LBA, ela volta a estimular o trabalho voluntariado, ela atrai a atenção, a contribuição de pessoas que não são da área, volta a fazer campanha de donativos de arrecadação em shows com a participação da Xuxa"

"Nesse momento não se procura superar as condições de pobreza, entendendo que os cidadãos têm direito a serem garantidos. É como se houvesse uma superposição, são pobres, serão eternamente pobres e agora a sociedade, as pessoas de boa vontade, as primeiras damas têm por obrigação fazer algum tipo de ação, é uma questão mais assistencialista."

Observa-se, então, que a assistência social, embora tivesse sido afirmada pela Constituição de 88, nos artigos 203 e 204, como um direito de cidadania, na prática tal assertiva, no início dos anos 90, é negada pela exclusão perversa de um discurso imperialista e neo-liberal, que se desmistifica:

"...festejada por sua inclusão na Constituição Federal de 1988, ninguém poderia supor tempos tão difíceis para a assistência social como agora. Parece que tinha chegado ao fim a época em que a pobreza era alvo de ações pragmáticas desenvolvidas sistematicamente mas, sim, objeto passivo de campanhas beneficentes ou doações, transformando o usuário em mero cliente receptor da bondade e da filantropia eventual."⁹⁷

A partir desse artigo, como também das entrevistas, vimos o quanto a assistência social vai sendo alvo do conservadorismo político, lugar da politicagem e

⁹⁷ - Amaral, Solange. Assistência Anti-Social. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1991.

de seu uso político em torno do espoliado. Na realidade, a representação dessa assistência social como um retrocesso à década de 40 nos revela a "refilantropização" da assistência com o estímulo ao voluntariado. Cabe ressaltar que, ao se refilantropizá-la, por consequência, o pobre é visto como algo natural, problema individual longe da perspectiva estrutural que engendra a lógica da sociedade capitalista monopolista.

Outra questão que aparece com a volta da primeira dama diz respeito à assistência circunscrita ao fisiologismo político, espaço do assistencialismo, do clientelismo, isto é, do uso político da máquina estatal.

Como podemos ver nos depoimentos abaixo:

"...foi um momento difícil para a instituição, houve um dismantelamento a nível nacional. Aqui no Rio de Janeiro, nós tivemos na administração da Sr^a Rosane Collor um rodízio muito grande de superintendentes, nunca eram profissionais do ramo. Essa colocação das pessoas nos comando obedeceram interesses políticos. Era posto de amigos, comadres..."; "...a LBA perdeu sua função porque a Sr^a Rosane botou para superintendente e chefes, pessoas que não tinham capacidade, sem conhecimento profissional, pessoas amigas dela. Aqui no Rio de Janeiro teve como superintendente sua amiga Marina Barbosa, uma moça da alta sociedade que nunca trabalhou. Primeiro porque não tinha competência e segundo porque não tinha objetivo com a assistência..."

A assistência social que começava a criar um novo imaginário no que se refere ao direito é, contraditoriamente nos anos 90, a representação do imaginário que persiste no discurso dominante. Como coloca Falcão:

"A assistência social, consagrada pela primeira vez como direito constitucional, apresentará lamentavelmente retrocesso no governo Collor. Novamente voltamos às

práticas antigas - a primeira dama passa a dirigir a assistência social aos pobres brasileiros".⁹⁸

O imaginário que persiste nessa área é a afirmação do status quo, problema do indivíduo onde a pobreza é compreendida como algo natural. Nesse aspecto, o público e o privado se entrecruzam, como foi visto anteriormente, onde o espaço público é administrado como lugar do privado. A área da assistência sofre pelo aspecto caracterizado como residual, emergencial, meio marginal, em que o usuário é sempre aquele despossuído das mínimas condições de sobrevivência.

Outro fator de igual importância, que aparece como uma desmistificação nesta problemática refere-se ao usuário da assistência. Ao longo da história o usuário dos serviços sociais era o "cliente", o "carente", o "despossuído". No entanto, com o processo de pauperização que a sociedade capitalista engendrou nesse período, o usuário da assistência não poderia ser o pobre, o desvalido, o carente, porque nesse processo de exclusão que a sociedade lhes impôs deixaram-nos à margem dessa assistência. Esse não consegue mais chegar à LBA; sendo assim, essa classe média poderia ser caracterizada como camadas médias da classe trabalhadora que passa a ser o novo usuário da assistência na década de 90, como observamos nos depoimentos seguintes:

"...o pobre, aquele que seria o usuário, o verdadeiro usuário da assistência, não chega a ser assistido. Quem chega é o cidadão que tem um pouco mais de informação, que tem uma condição um pouco melhor para chegar..."

"...eu acho que há muita classe média procurando a LBA. Nós tínhamos favelados, hoje não. Temos pessoas de classe média mesmo que vêm procurar até auxílio alimentação, pessoas que ficam desempregadas. Essa população mais empobrecida, não estão conseguindo nem chegar aqui..."

⁹⁸ - Falcão, M^a do Carmo B. in: As primeiras damas ressurgem na era Collor". Serviço Social e Sociedade, n^o (33), São Paulo: Cortez, p. 153.

"É aquela classe média que dizemos não existe mais, até por uma questão de orientação e esclarecimentos. As pessoas que eram de classe média estão procurando a instituição..."

Enfim, o processo de empobrecimento gerado pela lógica da acumulação da sociedade capitalista fez com que os usuários da assistência, isto é, os chamados carentes da sociedade, não conseguissem nem mesmo o acesso aos serviços assistenciais. Parece, portanto, que a problemática da assistência nos revelou o engodo presente no discurso de direitos e na prática perversa da tutela, da não-assistência em tempos bastante conturbados, onde miseráveis apelam pela sobrevivência. Nota-se que há um desencontro nessa assistência que é afirmada pela desmistificação de um discurso, sendo, por consequência, o desvendar de uma ilusão. A ilusão do assistir enquanto um dos caminhos encontrados pelos mais carentes, para a manutenção de sua sobrevivência.

A esse respeito verificou-se, a partir dos depoimentos realizados com os assistentes sociais da Legião Brasileira de Assistência, uma diminuição dos recursos, ou mesmo ausência, para gerir os diferentes programas que até então estavam sendo realizados. Em decorrência disso aconteceu um dismantelamento das políticas de assistência, onde nem o "perverso assistencialismo" fora realizado. Conforme é demonstrado nos relatos que se seguem:

"...para mim houve retrocesso porque nós estávamos num ponto de regulamentar a assistência como direito. Nós fomos claros de dizer para as pessoas que não havia como atender...hoje, não há nada, acabou tudo, nem assistencialismo".

"...com a entrada do novo governo aqui no Centro Social, ficou muito ruim, muito ruim. Os recursos foram mínimos. Por exemplo: recebemos depois de 90 - março a outubro de 91, 10 cadeiras de roda, 25 armações de óculos, não recebi os óculos. Quando convocávamos o usuário, ele quase batia na gente, porque além de

ficar numa fila de espera há muito tempo, ele recebia a armação e não os óculos. Está sendo difícil...".

"...todos os recursos ela (Rosane Collor) canalizou para Alagoas, fazendo todas as coisas erradas que está para ser certificado nesta CPI que está aí..."

No que tange a essa questão levantada pelas assistentes sociais verifica-se o uso da máquina estatal em que o público é tratado como algo privado, particular. Ao olharmos a sociedade frente à assistência social, é certo o uso político nessas ações que se fazem presentes nos anos 90. Se pensávamos que o "direito" estava se consolidando no final da Nova República, com o "novo governo" velhas práticas foram resgatadas. Como se vê no artigo do jornal "O Dia", que destaca:

"Clientelismo mais fisiologismo dá em desperdício. O clientelismo e o fisiologismo que caracterizam essas instituições com o conseqüente desperdício de recursos, e sua utilização para beneficiar interesses privados de políticas ligados ao governo são, sem dúvida, pontos importantes a serem ignorados. Deve-se mudar a forma como os recursos são gastos nos programas sociais para evitar o fisiologismo e o clientelismo".⁹⁹

É interessante o entendimento dessa velha política tão enraizada em nossa sociedade, onde a suposta democracia cria estratégias e mecanismos de manipulação ideológica e política ao mascarar as relações em torno do que é público.

Como apontou Norberto Bobbio ao dizer que:

⁹⁹23 - Jornal "O Dia", Rio de Janeiro, 07 de Junho. 1992. Coluna 4.

*"A democracia consiste em afirmar que ela é o governo do poder visível...O jogo de palavras é apenas aparente porque o público tem dois significados, conforme venha contraposto a privado, ou a secreto, em cujo caso tem o significado não de pertencente à coisa pública ou ao estado, mas de manifesto, evidente, mais precisamente de visível."*¹⁰⁰

Enfim, a assistência social sofre as consequências de um "poder invisível", parafraseando Bobbio, um poder que é mascarado pelo caráter ideológico do discurso perverso do argumento conservador em torno do Estado mínimo e de uma democracia que é mediatizada pela mão invisível do estado, da corrupção, do desvio de recurso público para outros fins.

A partir das entrevistas, duas questões são claras nessa problemática. A primeira diz respeito ao efeito mais que perverso da política neo-liberal do governo Collor para a assistência social, com o argumento da direita. A incorporação do discurso da direita nos países ocidentais repercutiu para esse governo que se intitulou como moderno, de uma maneira eficaz, onde nem mesmo o "assistencialismo" era realizado.

Como coloca Hirschmann ao diagnosticar diferentes argumentos da direita contra o Welfare State, afirmando que: *"(...) as disposições da assistência social constituem um perigo para as liberdades individuais e para uma sociedade democrática funcionar bem (...)"*¹⁰¹

Em segundo lugar, outra questão que aparece é um tipo de assistência realizado pela primeira dama, nos moldes de "Darcy Vargas", que poderia ser identificado com o assistencialismo. No entanto, a realidade nos mostrou que foram canalizados os

¹⁰⁰ - Bobbio, Norberto. *O futuro da Democracia - uma defesa das regras do jogo*. R.J., Paz e Terra, 1986, p. (83-84)

¹⁰¹ - Hirschman, Albert. *A retórica da Intransigência*, 1992, p.116.

recursos para a corrupção que se instalou nessa área. O assistencialismo, se aconteceu, ficou restrito a shows, televisão, ou seja, pautados em velhas práticas que, há anos, se realizam nessa área onde os recursos tomaram outros rumos. Como demonstra o artigo do Jornal do Brasil:

"(...) No estilo LBA, tirou-se a comida dos pobres para encher contas bancárias de pançudos de Canapi (...)".¹⁰²

Em suma, a assistência social, na década de 90, e em específico, no âmbito dessa pesquisa, no governo Collor, foi a representação de um desmonte na área social sob a premissa de um discurso que se dizia neo-liberal, e em nome da liberdade do mercado e do indivíduo trouxeram para essa área uma mistificação que, paulatinamente, foi desvendada pelo discurso do Estado e pelo discurso dos assistentes sociais.

3.4 - A Assistência Social na década de 90: entre as estratégias coletivas e individuais: avanços ou retrocessos?

A partir do conflito presente na assistência nos anos 90, surgem algumas questões de relevância para essa pesquisa: quais foram as manifestações coletivas ou individuais referentes a esse governo, a essa assistência não realizada? Quais foram as articulações entre o desmantelamento dessa assistência e os movimentos da sociedade civil, dos usuários e dos profissionais? A resposta para essas indagações foram reveladas a partir de três saídas e/ou articulações de enfrentamento nessa área e no qual repercutiam significativamente.

A primeira saída foi representada pelas manifestações coletivas e individuais dos usuários dos serviços assistenciais. Neste sentido, dentre as entrevistas que

¹⁰² - Alencastro, Luiz Filipe de. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1992

colhemos nesta pesquisa ficaram claras as contradições entre os profissionais que trabalham a nível gerencial e aqueles dos centros sociais. Ao serem indagadas sobre as reações dos usuários no que diz respeito à política assistencial do governo Collor, as assistentes sociais apontaram formas de manifestações apresentadas por aqueles.

Por um lado, as assistentes sociais das gerências colocavam que existiram algumas manifestações, a nível coletivo da população, contrárias ao governo e, principalmente, a primeira dama. De outro lado, as assistentes sociais dos centros sociais, em sua totalidade, ou seja, 100% acreditam que não houve mobilização coletiva, somente a nível individual, nos plantões. Como podemos observar no quadro (nº 03) seguinte:

Estratégias Coletivas e Individuais

Temática	Gerência	Centro Social	Total
Mobilização Coletiva	-	06	06
Queixas individuais, apatia	09	-	09

Fonte: Diário de Campo, Dez. 93, RJ.

De acordo com as assistentes sociais das gerências, aconteceram esporádicas reações da população, principalmente quando foi extinto o Programa do Leite. Como se vê nos depoimentos que se seguem:

"...aqui mesmo na porta da LBA quinhentas vezes houve muito movimento mais ligado a essa coisa do leite..."

"..Houve reações sim. Eu me lembro quando o tíquete do leite foi cortado. Se pode fazer a crítica que não era promoção, era assistencialismo, mas era um direito da população. A população precisava daquele tíquete, precisa. Eu assisti a uma manifestação na porta da ex-direção Nacional em frente ao aeroporto Santos Dumont. Houve manifestações de entidades comunitárias, lideranças comunitárias. A população reagiu, mas ela não era respondida, então, aos poucos, ela foi desistindo. Ela bateu, ela esteve lá reclamando...".

"Inicialmente, foi uma reação forte. Eu me lembro no dia que a Rosane veio ao Rio de Janeiro, o carro dela quase foi virado. Ela praticamente foi expulsa do Rio de Janeiro. A população veio, isso não divulgaram, mas depois como você sabe, o país ficou "anestesiado". A miséria cresceu tanto, a imparcialidade cresceu tanto que o país ficou anestesiado".

A nível coletivo, viram-se algumas manifestações, principalmente no que diz respeito ao tíquete de leite. Porém, essas reivindicações não representam um movimento hegemônico da população como contra-poder, uma contra-hegemonia que colocasse em xeque o papel do Estado frente à assistência social. Em contrapartida, as assistentes sociais dos centros sociais não atribuíram qualquer significado de manifestação coletiva entre os usuários. Na realidade o que se verificou foi uma "anestesia", uma paralisação na sociedade, como se vê nos relatos que se seguem:

"...a população ela não costuma, ela não conhece nem os direitos dela. À medida que a população chegava à instituição, pedia uma cadeira de rodas, pedia um braço mecânico, e não tinha, ela não voltava mais..."

"Não houve reação coletiva, só individualmente".

"A manifestação da população vem muito a nível de queixa no plantão, no telefone, uma coisa individual. Você não sente as pessoas se organizando para isso, estão completamente desmobilizadas"

Enfim, refletindo sobre a relação da existência ou não de movimentos coletivos e/ou queixas, confirma-se a ausência de uma contra-hegemonia, ou mesmo uma prática que se colocasse como uma força política ideológica no enfrentamento da pobreza. Na verdade, a assistência social vai sendo uma estratégia de dominação a partir da institucionalização dos conflitos de dominação. Ora, se a ideologia do favor esteve sempre presente nas ações de assistência social, como foi visto nos capítulos anteriores, a população não poderia ter outra reação senão a de calar, parar, esperar a ação do Estado, ficando, portanto, longe de sua condição de cidadão, construtor de sua história, sujeito político.

E, ainda, diante de um governo no qual o presidente se coloca como "messias" do povo e herói, a desmobilização e paralização da sociedade civil são, portanto, pertinentes ao mesmo. A sociedade civil estava aguardando um milagre de um messias que iria caçar os marajás e salvar os descamisados. Quanta falácia e ilusão foram vividas por milhares de brasileiros que aguardaram, ansiosos, o renascimento de um Brasil Novo e, portanto, de uma sociedade nova!

O que aconteceu, segundo Oliveira, foi "*(...) um congelamento das contradições sociais e políticas com os atores e sujeitos engessados (..)*".¹⁰³ Nesse aspecto é que os atores sociais, ou os excluídos sociais, usuários da assistência, não conseguiam romper a hegemonia dominante através da figura do "messias Collor". Para a criação de um espaço novo, de reivindicação enquanto um processo contra-hegemônico no processo de construção da identidade desses sujeitos. A saída encontrada por eles foi a espera do milagre do messias que salvaria os descamisados.

¹⁰³ - Oliveira, Francisco. Collor - A falsificação da Ira. Rio de Janeiro, Imago, 1992. p. 80

A segunda saída encontrada para a assistência refere-se à questão da municipalização, e os caminhos percorridos pelos profissionais no debate que ora era a favor, ora era contra.

Neste sentido, a temática da assistência nos revelou uma nova questão, que deve ser esclarecida pelas assistentes sociais. Sendo assim, se a saída encontrada pelos profissionais para enfrentarem essa assistência se deu através de movimentos a respeito da municipalização, caberia indagar: como os profissionais enfrentaram essa questão, quais foram as articulações coletivas propostas por eles para um encontro dessa assistência? Procuramos elucidar quais as mudanças e/ou expectativas sentidas por elas. Constatou-se que existiram dois movimentos contraditórios. O primeiro entende a manifestação como cumprida através da Constituição para uma aproximação entre população versus instituição. A segunda, contrária a essa versão, não compreendia o que iria acontecer com a suposta municipalização.

A partir dessas duas correntes encontramos divergências entre as assistentes sociais. Enquanto aquelas eram a favor da descentralização e municipalização da assistência, as assistentes sociais dos centros sociais da Legião Brasileira de Assistência eram contrárias à municipalização, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 04: A municipalização em debate

Temática	Gerência	Centro Social	Total
A favor da municipalização	5	2	7
Contrárias à municipalização	1	7	8

Fonte: Diário de Campo, Janeiro 93, RJ.

A partir desse quadro agrupamos as falas desses profissionais em duas temáticas. A primeira refere-se à representação da municipalização entre as assistentes sociais das gerências, que se colocavam favoráveis, contudo disseram, também, que se criou entre as assistentes sociais dos Centros Sociais o medo da perda do emprego devido à pouca discussão acerca do tema. Como podemos ver nos seus relatos:

"...no projeto da Lei Orgânica foi pensado o seguinte: a LBA tem o know-how da assistência, repassava para o município a execução da assistência..."

"...com as definições da carta constitucional a política pública deveria caminhar no sentido da municipalização, mas houve bloqueio para que esta discussão avançasse".

"...os profissionais, na sua maioria, atuando nas unidades diretas, sentiam-se ameaçados. Isso representava uma ameaça aos servidores..."

"É uma minoria, é uma elite quase que faz essa discussão, que se preocupa com essa área, não é uma questão hegemônica"

"...quando falamos em municipalização nós não falamos em prefeiturização, que seria se transferir o clientelismo federal para o clientelismo municipal....""Quando falo é no sentido da sociedade civil organizada estar participando da elaboração de políticas e estar fiscalizando recursos".

Nessa perspectiva, ficou clara a importância da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência, como, também, uma discussão que não aconteceu em torno dessa temática. Embora exista uma Constituição que normatiza essas políticas, na prática o que ocorreu foi um dismantelamento das ações assistenciais em que a argumentação do Estado neo-liberal foi a afirmação dessa ausência de políticas e/ou programas. Desta maneira, o mal estar foi instalado onde a ênfase na descentralização será transmutada pelo governo no sentido de subtrair seu papel interventor nessa área.

Isso advém da exigência, conforme Sposati coloca, "... como forma de superar a chamada crise fiscal que se instalou no interior, da gestão do Estado e, de outro, do avanço democrático da sociedade brasileira que põe em questão a forma de governo autoritário e centralizador."¹⁰⁴

Com a ascensão do discurso neo-liberal, o Estado desvirtua a questão da municipalização e descentralização enquanto premissas básicas para uma sociedade democrática, transferindo o papel do poder público para o poder local e para a sociedade civil.

A segunda corrente, contrária à municipalização, foi percebida pelas assistentes sociais dos centros sociais, ou seja, aqueles que atuam diretamente com os usuários dos serviços assistenciais. Identificou-se nessa corrente elementos considerados negativos no que diz respeito à municipalização, como descreveremos a seguir:

"...nós ficamos numa expectativa muito grande aqui porque não sabemos o que vai acontecer conosco, os funcionários da casa (LBA). Por nós, a municipalização caía. Agora, definição nós não temos. Para uns, até dizem que é melhor, para se municipalizar. Outros acham que não. Nós ainda não chegamos a uma conclusão - O que é bom?"

"...eu acho muito confuso municipalizar. Eu acho de repente por um lado, vai bem porque o usuário já estava mais próximo. Mas no discurso e daí a questão: será que o município vai receber verbas para atender essa população? Eu não tenho ainda muito claro se vai ser melhor. Eu não sei.."

¹⁰⁴ - Sposati, Aldaíza et alli. A Assistência Social Brasileira. Descentralização e Municipalização, São Paulo: Educ, 1990, p.13.

"...ficamos aguardando isso ser colocado em prática. Acho que na hora nossa região no Rio de Janeiro, não houve uma política, um direcionamento, não existiu..."

"...a municipalização é um questionamento, seria passar todos os recursos para o município e ficaríamos apenas de supervisores. Eu não acho que a municipalização deva ser por este caminho. Eu acho trabalhar juntos mas não perdermos os recursos".

Em síntese, de acordo com os depoimentos desses profissionais reconhece-se que, na prática, a municipalização trouxe uma indefinição, um vazio, não foi direcionada. E ainda mais uma vez as assistentes sociais incorporam o discurso do direito e da prática da exclusão presentes na ótica do discurso burguês dominante e neo-liberal. Com isso, verificamos que o governo Collor, ao priorizar e enfatizar a descentralização¹⁰⁵, transfere para a filantropia o trabalho voluntariado e individual de cada centro social onde diferentes atividades são superpostas, sem qualquer equacionamento. O discurso da modernidade e da técnica presente no governo Collor mascara as formas ideológicas de dominação que o poder democrático cria em suas ações. Nesse sentido, Bobbio coloca que:

*"O confronto entre o modelo ideal do poder visível e a realidade das coisas deve ser conduzido tendo presente a tendência de que toda forma de dominação sobre os quais tem de se submeter ao olhar aos dominados escondendo-se e escondendo através do segredo e do disfarce."*¹⁰⁶

¹⁰⁵ - Cabe mencionar que este trabalho não se aprofundará sobre a questão da municipalização e descentralização. Para uma compreensão mais detalhada ver: A Assistência Social Brasileira.: descentralização e municipalização. Sposati, Aldaíza; Falcão, M^a do Carmo. SP: Editora Educ, 1990.

¹⁰⁶ 30 - Norberto, Bobbio. O futuro da Democracia: uma desesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 101.

O que se vê é a presença da função ideológica dessa assistência, que é novamente incorporada pelos profissionais como mecanismo de dominação, mascaramento do discurso burguês dominante, fundamentos da democracia. Surge uma nova indagação: quais as articulações existentes nos centros sociais para a manutenção dessa assistência que não existiu no governo Collor? Quais os programas? Quais as prioridades?

Conforme as entrevistas, fica clara a existência de três programas, o PPD (Programa dos Portadores de Deficiência), Creche e Idosos, em que os convênios eram realizados com a sociedade civil, a filantropia ou mesmo entre os usuários dos serviços, como destacaremos a seguir:

"...os convênios são de instituições filantrópicas, nós fazemos com as Associações de Moradores, com a Igreja, com o Pastor, etc..."

"...nos Centros Sociais você percebe uma vontade muito grande do funcionário de manter a instituição. Fazem bazar, grupos de mães, conseguem instrutor voluntário para cursos..."

"...nós tivemos convênio com o Rotary, ou instituições que queiram fazer. Nós funcionamos com voluntários. Os programas foram sendo desativados e nós do campo é que seguramos, mantidos a duras penas..."

"Agora é o usuário do Centro Social que tem que fazer campanhas, tem que trazer as coisas para dar..."

Logo, o governo Collor transfere o papel de intervenção do Estado para o indivíduo e não para o município. É nesse aspecto que a lógica dominante teve a capacidade de persuadir as assistentes sociais a enfrentarem a problema da assistência de maneira individual, e não coletivamente. Buscam-se alternativas para uma

problemática que tem, na essência da questão, a estrutura social, política e econômica inerente à sociedade capitalista.

Do mesmo modo, como afirmou Bobbio, esse argumento é pautado no governo democrático onde

"(...) desenvolveu um outro tema estruturalmente ligado ao poder visível. O tema da descentralização entendida como revalorização da relevância política da periferia com respeito ao outro. Pode-se interpretar o ideal do governo local como um ideal, inspirado no princípio segundo o qual o poder é tanto mais visível quanto mais próximo está."¹⁰⁷

O projeto da direita e do ideal democrático em torno da individualização das ações sociais com o disfarce de uma descentralização, é afirmado nas ações sociais através da assistência. Os argumentos conservadores pautados na visão neo-liberal ressurgem na temática da assistência social. Com o governo Collor o efeito mais que perverso fez com que se desestruturasse um Estado que jamais chegou ao estatuto de um "Welfare State", no mais, era considerado como assistencial. O malogro da democracia se deu devido ao disfarce do chamado "poder visível", parafraseando Bobbio, onde acreditava-se numa descentralização e aproximação com os usuários que se transformariam em cidadãos de fato.

Enfim, como observou Netto,

¹⁰⁷ - IBID, p. 88

"...entre o público e o privado, os problemas sociais recebem a intervenção estatal de uma parte, a direção estratégica do processo econômico social político de outra".¹⁰⁸

Na realidade, o que aconteceu com a municipalização foi o fetiche do discurso democrático, mascarado pelo reformismo collorido, que trata o público como privado. Por consequência se instaura um processo de privatização social como argumento do neo-liberalismo. A esse respeito, Francisco Oliveira coloca que:

"sua reforma pode ser uma herança ruminosa. Sua política tentou retirar os andaimes da complexa relação entre o estado e a economia privada, para reduzir o papel do estado na economia: o fetiche do estado do mínimo".¹⁰⁹

A terceira e última saída encontrada como caminho para o dilema da assistência social é consequência das duas primeiras já citadas, pois, agora veremos como a sociedade civil se articulou de maneira solidária no combate à fome no período após o impeachment de Collor, e porque se acendeu a chama da solidariedade na assistência.

Vimos que a temática da assistência social, nos anos 90, é uma questão controvertida onde a população e os profissionais enfrentaram dilemas bastantes instigantes. Se os usuários e os profissionais receberam como uma "bomba" o efeito catastrófico do governo Collor com a ascensão do discurso neo-liberal, no entanto, enfrentaram o dilema através de discussões, ameaças e movimentos coletivos ou individuais. Agora, cabe mencionar o enfrentamento da sociedade civil após a mudança do governo. Neste sentido não poderíamos deixar de mencionar aqui os

¹⁰⁸ - Netto, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 47.

¹⁰⁹ - Oliveira, Francisco. *Collor, A falsificação da Ira*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 192, p. 158.

acontecimentos após o impeachment de Collor, principalmente com a campanha da fome coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza.

Sabemos que o país ficou mergulhado num período de recessão, numa das maiores crises já vividas com o processo de internacionalização da economia, no governo Collor. Isso levou a um acelerado crescimento da miserabilidade onde, atualmente, se encontram 32 milhões de brasileiros. Como o governo não interviu, nem realizou algo para a assistência, foi necessária a movimentação da sociedade civil. Já era sabido que a fome se instalara no país e, com isso, a campanha recriou novas articulações que, mais do que urgentes, estão impregnadas no viés da solidariedade e coletividade.

É óbvio que a "Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida" não resolverá o problema da fome. A questão da fome tem um caráter estrutural, ou seja, é fruto do sistema capitalista monopolista no qual nos encontramos. No entanto, é através do exercício político desses comitês pela fome que estaremos criando uma sociedade democrática, reivindicando direitos.

Como destacou Herbert de Souza:

"O exercício pleno da cidadania passa a jogar importante papel no sentido de empurrar a sociedade brasileira para a modernização necessária contra o atraso da miséria, da desigualdade econômica e social das estruturas que há décadas concentram renda e riqueza e distribuem pobreza para amplas camadas da população."¹¹⁰

É, portanto, a partir dos movimentos coletivos que as mudanças acontecem, ao reaparecer uma sociedade civil estaremos instituindo um "novo modo de se fazer

¹¹⁰ - Souza, Herbert de. A cidadania como ação de mudança. Revista Políticas Governamentais, nº 91, junho, 1993, pág. 05.

política", onde questionaremos o papel do Estado e, assim, reivindicaremos para o campo da assistência um Estado - Providência, ou seja, um verdadeiro Welfare State. Neste aspecto nos reportamos a Norberto Bobbio, ao colocar que:

"o discurso sobre as vias da política num sistema democrático não terminaria se não se levasse em conta as formas de agregação em torno, não de interesses especificamente econômicos, mas de interesses relativos às condições de desenvolvimento da própria personalidade ou assimilados, para as quais se pode hoje aplicar a expressão - tão cômoda quanto sublimada - "qualidade de vida". refiro-me a movimentos sociais, como o movimento feminino, diversos movimentos de jovens, etc."¹¹¹

Em outras palavras significa que devemos incentivar os processos coletivos com novos atores, sendo pré-condição para o bom funcionamento do sistema democrático onde os atores reivindicam demandas de baixo para cima, como se vê nos movimentos liderados por Herbert de Souza. Entretanto, devemos ficar atentos ao processo de mobilização coletiva da sociedade civil sobre a questão da assistência, para não cairmos na armadilha neo-liberal que transfere para a sociedade o papel que compete ao Estado. Esses movimentos são imprescindíveis para o recomeço da exercício político, onde a estrutura econômica é, em última instância, questionada a partir do viés político e ideológico que engendra tais movimentos.

É interessante ressaltar que, à medida que se instala na sociedade brasileira um governo democrático, com fundamento no discurso liberal e neo-liberal, a influência

¹¹¹ - Norberto, Bobbio. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 72.

e a gênese desse discurso, como foi apontado no início do capítulo, tiveram grande repercussão no que se refere à assistência social. Se a partir da década de 70 ressurgem um discurso e uma prática nos países desenvolvidos contra a política keyneisiana e a crise do Welfare State, para a nossa sociedade esta retórica conservadora reapareceu com significação no final de década de 80 e início dos anos 90.

Mediante as articulações do governo vemos que a assistência social foi um dos retratos desta ênfase no Estado mínimo, aparecendo a figura do tecnocrata como ator e peça fundamental para a afirmação desse discurso burguês e de uma prática reformista. Logo, os descaminhos percorridos pela assistência nos foram revelados pelas assistentes sociais de maneira bastante controvertida. Existe, ainda, um desencontro acerca da temática onde os atores sociais enfrentaram e buscaram saídas para uma questão inerente à corporificação da sociedade capitalista monopolista. Na realidade, como apontou Oliveira:

*"O que articulava o messianismo de Collor com seu programa econômico era o ataque à sensibilidade vigente, no caso do Welfare State e a busca de uma nova segurança suspendendo as diferenças de classes e interesses."*¹¹²

Vimos que o assistente social não conseguiu reproduzir e/ou recriar uma nova mentalidade e uma nova prática sobre a assistência que se diferencie da ótica dominante que, ideologicamente, é a afirmação da status quo, do favor e do reformismo. É óbvio que o serviço social enfrenta ainda um dilema no que diz respeito à assistência social. Surge uma nova questão que é pertinente à nossa pesquisa: qual a contribuição do serviço social? Como o assistente social entendeu e entende essa problemática tão controvertida? Como o Serviço Social enfrentou e vem enfrentando este dilema? Qual a saída encontrada? Posteriormente veremos como o Serviço Social vem enfrentando o dilema da assistência social através da percepção, visão de mundo das assistentes sociais que trabalham na LBA.

¹¹² - Oliveirta, Francisco. Collor: a falsificação da Ira. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1992, p. 57.

4º CAPÍTULO

A questão da assistência e o dilema no Serviço Social

O Objetivo deste capítulo é o de retratar, de maneira sintética, a questão da assistência e o dilema no Serviço Social a partir do cotidiano vivido pelos profissionais que trabalham na LBA. A fim de nos aproximarmos da problemática dividimos a análise em três seções, onde discutimos, em primeiro lugar, como o Serviço Social, ao longo de sua trajetória histórica, vem enfrentando e aceitando a assistência como prática mediatizada pelos profissionais. E, especialmente, analisaremos esse enfrentamento na contemporaneidade, ou seja, a partir do debate contemporâneo que se coloca ao público, no início dos anos 80, como uma questão a ser polemizada, refletida e discutida. Após esse breve resgate histórico discutiremos os limites e as possibilidades da prática na assistência, tomando como base a fala das assistentes sociais da LBA, a partir da crise que se instalou nos anos 90, com a ascensão do discurso neo-liberal. Quais foram os rebatimentos que se traduziram, a partir dos anos 90, para a prática na assistência? Como o assistente social se colocou e percebeu essa questão? Por último, refletimos sobre o desafio à profissão no encontro com o dilema que situamos na dinâmica do processo instalado na sociedade capitalista que cria, para o Serviço Social, um dilema que deve ser discutido e questionado.

4.1 - Um breve resgate histórico da Assistência e sua vinculação no Serviço Social.

A complexidade em torno da questão da assistência social foi discutida nos capítulos anteriores a partir da sua vinculação com o sistema capitalista, que engendra mecanismos ideológicos para manter sua dominação. Cabe, agora, entender de que maneira a assistência foi encarada pelo Serviço Social ao longo da história, no sentido de se identificar as articulações, as saídas encontradas no âmbito profissional. Neste sentido, não poderíamos deixar de mencionar o papel do Serviço Social e da assistência enquanto campo de atuação profissional. Para isso é necessário, primeiro averiguar, brevemente, como se dá a representação dessa assistência para a profissão.

É importante ressaltar que não pretendo aprofundar esse resgate histórico. Logo, nossa pretensão é revelar alguns pontos importantes originários dessa temática, os quais subsidiarão nosso trabalho. Analisaremos a contribuição sobre a assistência, principalmente nos anos 90, onde tomamos como pano de fundo o governo Collor.

Considerando-se o surgimento das primeiras formas de assistência social no Brasil, deve-se ressaltar o aparecimento do Serviço Social enquanto profissão que sistematizou e se institucionalizou nesta área. Os grupos pioneiros do Serviço Social e as primeiras formas de assistência social no Brasil se desenvolveram dentro de um contexto histórico, a partir dos anos 30, que marcou o Estado como o principal ator e interventor junto à assistência social no país, que aparece fundamentada dentro do conceito de benevolência, voluntarismo e filantropia. O Estado, a partir deste período, institucionalizou os serviços voluntários, travestindo-os como doação e caridade ao povo, mascarando-se os direitos de cidadania. A esse respeito coloca Yamamoto:

*"Os serviços sociais ao assumirem esta forma, aparecem como sendo doados aos trabalhadores, como expressão da face humanitária do Estado ou da empresa privada".*¹¹³

A implantação do Serviço Social surge, portanto, dentro desse contexto histórico. Em 1936, é fundada a primeira escola de Serviço Social, em São Paulo, sob a coordenação do CEAS. Destaca-se, neste período, o surgimento das primeiras instituições do Estado de caráter assistencial e preventivo, tais como: LBA, SESI, SENAC. O processo de institucionalização da assistência e o processo de laicização do Estado aparecem como pressupostos para a formação dos chamados "novos técnicos especializados da assistência". Segundo Yamamoto, surge um novo conceito de assistência, *"A tecnificação da assistência que vai deixar de ser curativa para atuar na prevenção dos problemas"*.¹¹⁴

¹¹³ - Yamamoto, Marilda Vilela e Carvalho, Raul de. Relações e Serviço Social no Brasil, esboço de uma interpretação histórico metodológica. São Paulo, Cortez, 1982, p. 92

¹¹⁴ - IBID, p. 217.

A nova forma de caridade é explicitada por Raul de Carvalho como "(...) modernos agentes da caridade e da justiça social". Esses modernos agentes atuarão no sentido de promover o homem para uma vida correta na mais pura formação moral. É neste sentido que a assistência passa a ser identificada com assistencialismo, assumindo uma face perversa e negativa para a profissão.

A assistência social vai, portanto, se constituindo, historicamente, como campo de atuação dos profissionais de Serviço Social. No entanto, nesta trajetória da assistência, o movimento de reconceitualização, na década de 60, sob a influência do marco teórico estrutural althusseriano, vem negá-la como prática de assistência ao concebê-la numa perspectiva assistencialista, afirmação da dependência e tutela do usuário. Portanto, nega-se a assistência como espaço profissional porque é compreendida enquanto prática emergencial, promocional e assistencialista. Como apontou Norberto Alayon, ao colocar que "*(...) talvez o equívoco maior da reconceitualização tenha sido a negação radical do assistencialismo sem recuperar a perspectiva do assistencial aspecto imprescindível ao Serviço Social*"¹¹⁵

Nessa perspectiva de análise não é atribuído à assistência um caráter político e contraditório no âmbito das relações estabelecidas na sociedade capitalista. É somente a partir de um segundo momento, no final da década de 70, que o movimento de reconceitualização vai procurar rever este posicionamento ao vincular a assistência às relações orgânicas contraditórias estabelecidas no Estado capitalista. O debate contemporâneo da assistência no Serviço Social tornou-se alvo de preocupação a partir dos anos 80, ganhando força principalmente com a contribuição da V CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), em 1985, que discute o Serviço Social inserido nas relações sociais através da questão da assistência. Destaca-se, nesta época, a contribuição de Sposati,¹¹⁶ ao discutir com clareza o viés assistencial presente nas

¹¹⁵ - Alayon, Norberto. *Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* São Paulo: Cortez, Editora, 1992, p. 55.

¹¹⁶ - É importante lembrarmos que Sposati foi pioneira nas discussões que resgatam a Assistência como campo prioritário para os Assistentes Sociais, principalmente através da pesquisa realizada em 1983 do Programa de Pós-Graduação da PUC/RJ.

Políticas Sociais enquanto resgate do direito de cidadania, atribuído, outrossim, um caráter positivo para a profissão.

A assistência começa a ser encarada como garantia dos direitos às classes subalternas, entendendo-a como Política Social, objetivando a busca da redistribuição e equidade social. Nessa perspectiva a reflexão sobre a assistência social não é mais entendida como sinônimo de assistencialismo e tutela. Sob uma nova ótica a assistência social sai da linha tradicional assistencial, para se inserir no bojo das relações sociais contraditórias, expressão da pobreza gerada pela sociedade capitalista. A assistência social começa a ser vista através de uma nova representação, concebida a partir de novas demandas que a sociedade cria e estabelece. Essa nova representação vai, portanto, romper com as concepções anteriores que viam a assistência social como mascaramento das desigualdades sociais e da perversidade em direção às classes populares nas ações de assistência. É sob este aspecto que os profissionais, durante algum tempo, rechaçaram-na como campo do Serviço Social porque, ingenuamente, negaram as contradições que permeiam as chamadas Políticas de Bem Estar Social.

E, ainda, se por um lado a assistência social ganha força nas discussões acadêmicas, por outro é incluída, pela primeira vez, na Constituição de 1988 como campo complementar da seguridade social. Hoje, nos anos 90, o debate contemporâneo em torno da assistência social ganha novos caminhos, envolvendo uma pequena parcela dos profissionais que lutam para que a Constituição seja cumprida através dos seus artigos 195, 203 e 204. E, para isso, era preciso que fosse realizada a regulamentação da lei Orgânica da Assistência. No entanto, com a ascensão do discurso neo-liberal, no início dos anos 90, o governo Collor não prioriza o social e o enfrentamento da pobreza como campo de intervenção do Estado. Isto é reiterado pelo veto presidencial, primeira medida contrária à assistência social, sobre projeto da LOAS (n 3099/junho 1989)¹¹⁷, vetado integralmente em setembro de 1990.

¹¹⁷ - Projeto de Lei n 3099; 1989, aprovado no congresso e vetado integralmente pelo executivo em setembro de 1990, mensagem nº 672, indagando as razões do veto pelo Exmo Sr Presidente da República Fernando Collor de Mello.

Logo, verifica-se a ação do Estado enquanto reproduzidor de um discurso conservador e neo-liberal e uma prática perversa e excludente presente na ótica do capitalismo monopolista. A assistência social é, portanto, traduzida, no início dos anos 90, como campo indefinido onde suas ações são direcionadas para grupos especiais, conforme mostra a Constituição, embora seja, também, campo do direito universalizante dos cidadãos. Na verdade ela se constitui numa ação voltada para aqueles que não possuem uma renda mínima para sobreviver, sendo caracterizados como necessitados e/ou despossuídos, conforme cita o artigo nº 3 da LOAS.

Em contrapartida, como já foi mencionado, esse quadro perverso é pensado pela categoria profissional, especialmente pelas entidades representativas que lutam pela consolidação da assistência social enquanto dever do Estado e como uma política social de direitos. Nessas discussões o Serviço Social tem se preocupado e direcionado suas análises a partir da ótica contraditória da sociedade capitalista, que se apropria do produto final da força de trabalho, através da mais-valia, e tenta reverter essa apropriação na forma de serviços sociais. A esse respeito concordamos com a versão de Yamamoto ao colocar que:

"(...) é uma forma transfigurada de parte do valor criado pelas classes trabalhadoras apropriado pelos capitalista e pelo Estado sob a forma de trabalho excedente ou mais-valia, que é parcialmente desenvolvido em pequenas parcelas à sociedade sob a forma transmutada de serviços sociais".¹¹⁸

A partir desta perspectiva a assistência não é mais identificada com o assistencialismo; ao contrário, os próprios profissionais vêm lutando para a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência. Vários seminários e fóruns são realizados no sentido de conscientizar e mobilizar a categoria profissional para

¹¹⁸ - Yamamoto, Marilda Vilela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, Editora, 1992, p. 96

pressionar o Estado para que seja implantada e efetuada essa regulamentação. Nesse debate contemporâneo o Serviço Social vai enfrentando um dilema que até o movimento de reconceitualização não era polemizado, sequer discutido no meio acadêmico. E, após muitos debates, lutas e polêmicas em torno dos vários projetos ¹¹⁹ que tramitaram no Congresso Nacional finalmente a LOAS é aprovada através da lei número 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Entretanto, essa regulamentação não se caracteriza numa mudança imediata na prática da assistência social no país, que vai depender do direcionamento político-ideológico efetivado pelos assistentes sociais que estão diretamente em contato com a população usuária das instituições que prestam assistência. No que diz respeito ao Serviço social, acreditamos que a trajetória histórica da assistência vem, paulatinamente, rompendo muros e barreiras que foram impregnados pelo próprio estigma da assistência na profissão. Encará-la como um processo contraditório, político e ideológico é uma luta que começou a ser travada nas discussões acadêmicas ao dar à pobreza uma visibilidade que o sistema capitalista ocultava. Na realidade, o dilema da assistência no Serviço Social deve ser enfrentado imediatamente como um espaço de luta contra-hegemônica, pondo em xeque a estratégia político-ideológica que o Estado vem impondo na afirmação da assistência como favor e, portanto, mecanismo de opressão, dominação e exclusão.

É neste sentido que indagamos: como os profissionais que trabalham nas instituições que, por excelência, são produtoras dos serviços assistenciais à população enfrentaram essa questão? Reproduziram o discurso do Estado e, por consequência, da ótica dominante? Ou, pelo contrário, reproduziram um discurso crítico, rompendo-se com o engodo presente nas ações de assistência enquanto mascaramento das relações desiguais de um direcionamento político-ideológico que não reproduziu a ideologia dominante? Em suma, acreditamos que, se por um lado o Serviço Social repensou essa assistência nos debates acadêmicos como um processo contraditório que é

¹¹⁹ - É importante ressaltar que tramitaram no Congresso vários projetos de LOAS dentre os quais destacamos alguns: Lei 4100 de 1993, Lei nº 3099, de 1989, Lei 3154 de 1992 e Lei nº 8742 de 1993. -

inerente ao sistema capitalista, de outro lado, os assistentes sociais mediadores dessa prática ainda enfrentam esse dilema que é entender a assistência nessa contradição. Tentaremos agora compreender como o assistente social se deparou, em seu cotidiano, com os limites e possibilidades de atuação.

4.2 - Os limites e as possibilidades da prática na assistência: dimensão política ou conformista?

Ao se descortinar as ambiguidades e controvérsias trazidas no debate em torno da assistência e o Serviço Social, vimos que a temática vai ganhando força para a profissão a partir das décadas de 70 e 80. Um dos aspectos levantados na problemática e que agora se desvenda é o entendimento dessa prática vivenciada pelos assistentes sociais, e como foi refletida em sua consciência social ao reproduzir uma representação e/ou percepção do que signifique assistência. Desse modo, questionamos junto às entrevistadas, as principais dificuldades que, por ventura, tenham limitado essa assistência social aos usuários, e quais foram as saídas por elas encontradas. Traçaremos os aspectos mais notórios apresentados nos discursos desses profissionais num período marcado pelo desmantelamento das Políticas Sociais e, principalmente, da assistência no governo Collor como foi abordado no capítulo anterior.

Dentre as entrevistas colhidas nesta pesquisa, um número elevado de assistentes sociais apresentou como queixa principal a vivência, em seu cotidiano, de um "vazio", de falta de recursos. Como saída encontraram na aposentadoria o único caminho para não enfrentar tal dilema na assistência, neste período.

De maneira geral, a leitura do discurso das assistentes sociais nos remete a duas questões. A primeira, diz respeito à visão ingênua, acrítica, fatalista, não-politizada em torno da assistência, entendendo-a numa perspectiva stritu-sensus. A segunda, numa versão voluntarista, onde a competência é enfatizada como um trabalho que não pode

parar porque a população precisa dos serviços. Como podemos ver nos depoimentos seguintes, onde algumas assistentes sociais não compreendem a assistência como campo contraditório, produto da sociedade capitalista que a cria para sua manutenção. Entendem seus limites e queixas profissionais como algo dicotomizado da conjuntura política, econômica e ideológica do Estado capitalista.

"Na minha prática, graças a Deus, no momento eu não estou sentindo nenhuma interferência, já senti..."

"Eu acho que se nós quisermos montar um trabalho temos que montar com os nossos recursos e fazermos a população vir aqui e acreditar naquele trabalho porque ela já não acredita mais. Essa é uma das queixas..."

"Eu acho que um dia nós vamos voltar a trabalhar como era antes..."

"Nós sentimos falta de muita coisa. Uma delas é não termos o que fazer, nós antes nem parávamos. Na época que eu vim para cá o plantão era um negócio, nós trabalhávamos mesmo"

"Eu estou com uma esperança muito grande de mudança. Recomeça o trabalho como era resgatando os serviços todos..."

A partir do que foi dito conclui-se que há nos discursos das assistentes sociais, uma ênfase na prática assistencial, sinônimo de serviços prestados enquanto um fim em si mesmo. Isso revela o que Sposati coloca ao entender a prática da assistência como: "ajuda financeira ou encaminhamento, ajuda individualizada, atendimento a emergência, grupos, etc..."¹²⁰ Essa visão stritu-sensu presente entre as assistentes sociais faz com que suas análises se associam à prática fatalista¹²¹ ao não encontrarem saída na

¹²⁰ - Sposati, Aldaíza et alli. Carta Tema - A Assistência Social no Brasil. 1983/1990. São Paulo, Cortez, p. 14

¹²¹ - A questão do fatalismo na prática profissional foi discutido detalhadamente por Marilda Yamamoto em: Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Cortez, Editora, 1992.

medida em que o Estado corta investimentos em gastos no provimento de serviços à população necessitada.

Assim, há de se acreditar que as assistentes sociais se colocam ora como salvadores, heróis e messias na tentativa de encontrar uma resposta para os limites impostos pelo Estado à sua prática. Daí a afirmação de que o trabalho deve ser desenvolvido sem recursos, não ocorre interferências, etc. Por outro lado, o fatalismo está presente na medida em que não encontram mais respostas e/ou estratégias de enfrentamento da problemática da assistência; por consequência esperam somente a aposentadoria. Como se vê nesses depoimentos:

"Eu vou me aposentar. Não vou ficar na LBA, aqui não tem mais perspectiva de trabalho dentro da assistência. Os profissionais ficam sem função, sem motivação, o profissionalismo acomodou. O funcionário fica o dia inteiro à toa esperando o salário no final do mês..."

"Eu não sei o que virá pra mim em termos profissionais; proporcionalmente já posso me aposentar no ano que vem. Para essa entidade decadente atual para ela não tenho nada que dar..."

"...Eu tenho praticamente 4 anos para me aposentar. Se eu puder sair pela proporcional eu vou sair e fazer outra coisa. Todas as queixas. Você só diz para a população: não tem, não pode, como ou só podemos fazer isso..."

Se a assistência resulta da contradição do capitalismo como forma e/ou mecanismo do Estado para manter sua dominação, isso é fato. Ao mesmo tempo ela, também, pode ser vista como um direito inalienável dos necessitados dos serviços sociais, enquanto uma dimensão política e contra-hegemônica frente à ótica dominante. Contudo, nas análises das assistentes sociais ocorreu uma reprodução do discurso do Estado ao incorporarem as novas faces da instituição que se transmudava conforme o momento conjuntural. Faltou-lhes um privilegiamento da dimensão

política da assistência como um poder contra-hegemônico. A esse respeito nos reportamos à análise de Marilda Yamamoto ao colocar que:

"Aprender, pois o sentido político social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, descontínuas e despensas..."¹²²

Desse modo, para aprender e romper a máscara que envolve a assistência e sua prática fetichizada é preciso, em primeiro lugar, revelar um discurso e uma prática distintos do viés dominante. Isto, infelizmente, não foi entendido por esses profissionais que, ingenuamente, acreditaram numa volta intensiva ao trabalho rotineiro, imediatista e burocratizado dos programas sociais.

Encontramos num único depoimento a enfática afirmativa do discurso competente frente à prática profissional, onde se inventa o novo, desarticulando, porém, a análise que engendrou esse momento crucial para a assistência. Como instância autônoma onde o profissional deve, a qualquer modo, salvar os miseráveis. Neste sentido fala a assistente social:

"...você não pode para a população dizer simplesmente: olha, a Rosane roubou e não há dinheiro. Não podemos fazer nada. Você não pode dizer isso. Você deve ter postura profissional, deve estudar, ter competência. Eu, aqui, trabalho à bessa; eu encontro gente dizendo assim: não estou trabalhando; nós estamos trabalhando a bessa. Estamos inventando coisas."

Esse trecho de depoimento da assistente social revela a postura messiânica, voluntarista, atrelada ao discurso competente da eficácia. Nesse aspecto diz Yamamoto que:

¹²² - IBID, p. 121

"(...)o messias mesmo utópico privilegia as intensões, os propósitos dos sujeitos profissionais num voluntarismo marcante que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento"¹²³

Na realidade, o que vimos foi a incorporação do discurso hegemônico do Estado a favor da modernização, burocratização e intervenção no social. O que foi decorrente dessa incorporação e reprodução se deu devido à falta de uma dimensão política frente à assistência, frente ao cotidiano. Neste sentido, o vazio ficou circunscrito a uma concepção também restrita do que signifique essa prestação da assistência, porque a atuação pragmática, imediatista e rotineira presentes não caracterizam o viés político dos discursos acadêmicos em torno do direito na assistência e sua dimensão como espaço travado na contradição entre capital versus trabalho. Neste ponto nos reportamos à saída encontrada por Martinelli, que vem afirmar o surgimento do Serviço Social atrelado a uma identidade atribuída pelo capital, tornando-se alienado. Desse modo diz a autora:

"O fetiche da prática fortemente impregnado na estrutura da sociedade se apossou dos Assistentes Sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão ou de crítica"¹²⁴.

Esse sentido de prontidão, de ação imediata pôde ser identificado nos depoimentos anteriores, onde a assistência para alguns entrevistados era a pura ação emergencial. Portanto, o que enfatizamos nessa questão da assistência é seu caráter ideológico fundamental para a explicação de um caráter dominante que se instituiu como verdadeiro. As assistentes sociais numa visão, talvez ingênua, estão preocupados com a atividade executora dessa assistência política e ideológica no enfrentamento da

¹²³ - IBID, p. 116.

¹²⁴ - Martinelli, M^a Luiza. Serviço Social: Identidade e Alienação. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 127.

contradição de servir mais ao capital do que ao trabalhador. E, ainda, a falência do Estado, e sua retórica em torno do discurso neo-liberal ao enfatizar o Estado mínimo, fizeram com que muitos profissionais aceitassem e se conformassem com a ausência dessa assistência. Nesse aspecto diz Martinelli:

"Não conseguindo condições para realizar o percurso em direção a uma consciência crítica, política, a profissão não conseguiu igualmente, até mesmo por limites corporativos, participar da prática política da classe operária, sendo absorvido pela tecnocracia da sociedade do capital".¹²⁵

Após o desvendamento de alguns discursos verificamos que as assistentes sociais ainda buscam novas formas de enfrentamento da questão da assistência, embora ocorra entre elas reprodução do discurso dominante, onde se predomina muito mais o conformismo do que o viés político nessa área. É a partir dessas falas que vamos encontrando e montando esse quebra-cabeça que é a problemática da assistência no Serviço Social. Assim indagamos: Qual será a importância dessa assistência para os profissionais e para o Serviço Social? Qual o imaginário que persistia entre as assistentes sociais?

4.3 - Um encontro com o dilema: um desafio para a profissão, uma busca no horizonte, talvez, perdido.

¹²⁵ - IBID, p. 19

Se o dilema em torno da temática da assistência chegou a algum encontro e/ou conclusão, não podemos afirmar aqui. O que, na realidade, está articulado a nosso objeto de reflexão é a seguinte indagação: Quais foram as diferentes representações dessa assistência entre os assistentes sociais? Conseguiram as assistentes sociais construir uma nova maneira de entender a assistência que rompa com seu caráter dominante e alienado? E ainda indagamos neste trabalho: como recuperar o dilema da assistência e dos serviços sociais enquanto uma prática que não se torne alienante e produto do caráter ideológico dominante do Estado? Será que as assistentes sociais conseguiram reproduzir um novo discurso a partir de uma conceituação histórica, crítica e reflexiva? É, portanto, a partir dessas indagações que nossa dissertação foi sendo desenvolvida. E, aqui, nesta última parte pretendemos mostrar como o assistente social entendeu essa assistência e de que maneira ela foi importante para a profissão.

Neste sentido questionamos junto às assistentes sociais qual a importância dessa assistência para a profissão, para a população e como conceituaríamos essa assistência. Tivemos como resposta, em unanimidade entre as assistentes sociais, a grande confusão que o Serviço Social fez ao identificar a assistência com o pejorativo assistencialismo. Destacamos alguns trechos de depoimentos que nos revelam a preocupação e o estigma que perdura na assistência por ser vista como ranço do conservadorismo, do assistencialismo, sendo, portanto, difícil de ser enfrentada enquanto um desafio para a profissão.

"Assistência sempre foi uma coisa muito ampla. As pessoas confundem assistência com assistencialismo. A pessoa mistura assistencialismo com assistência. Assistência é muito mais ampla do que o Serviço Social".

"Assistência não é assistencialismo"

"A assistência é rechaçada até por alas progressistas. No movimento sindical nós tentamos, a partir da discussão para regulamentar a política, e fomos rechaçados como

sendo uma política menor, uma política de cunho paternalista que serve à manutenção do sistema"

Há que se notar a importância atribuída à assistência que, para esses profissionais, vai se diferenciar do perverso assistencialismo. Isso nos remete à própria negação da assistência no Serviço Social. Daí o dilema travado no seio do sistema capitalista no que concerne a essa assistência.

Ressalta-se, entre as assistentes sociais, um paradigma que foi negado por elas e pela profissão, e que ainda hoje não conseguiu ser caracterizado em uma nova representação dessa assistência. Embora o discurso de direito tenha sido a referência constante nos debates contemporâneos, como foi visto anteriormente. A esse respeito destacamos algumas entrevistas que revelam não só o caráter fetichizado de assistência como, também, da esperança de construção de um novo paradigma. Paradigma que é travado no discurso de direitos, mas que não se reproduziu, na prática, uma nova mentalidade e/ou alternativa que se diferenciasse do pragmatismo nesta área.

"Eu própria neguei a assistência na profissão durante muitos anos..."

"Eu acho que se negava essa prática. Eu acho que arrepiava qualquer assistente social quando ele tinha que ficar mexendo muito tempo com isso. Eu odiava, por exemplo, num plantão ter que dar dinheiro para uma pessoa que não tivesse dinheiro, não era por aí. Se você faz isso de uma forma técnica, bem feita, eu acho que você tem um trabalho pra fazer aí..."

"A questão da assistência eu acho que não dá pra negar. Eu acho que negar isso é impossível, as pessoas estão desprovidas de tudo. Mas a forma de como isso é levado às pessoas é que eu acho que é a questão básica."

"Há assistentes sociais rejeitando a prática da assistência por causa do alijamento. A gente percebe um avanço de profissionais de outras categorias da sociedade civil se debruçando nesta área".

"Por muito tempo a assistência foi rejeitada pelos profissionais de Serviço Social que estendiam que era uma área de ação paternalista".

O desvendamento dessa assistência enquanto campo de atuação do assistente social é revelado nesses depoimentos, onde as entrevistadas enfatizam a negação da assistência na profissão, sua superação e o resgate em busca de uma nova dimensão. Destaca-se, também, nestas entrevistas, a dimensão ideológica onde o que vai diferenciar o assistencialismo da dimensão do direito é o direcionamento político do técnico. Esta é a perspectiva de Norberto Alayon colocando que:

"(...) o que determina se a prática assistencial é assistencialista ou não é sua orientação ideológico-política."¹²⁶

Se as assistentes sociais acreditam que essa assistência é uma atuação importante para a profissão, mas que deve ser direcionada para o viés do direito, porque será que ocorreu o conformismo, na prática, que se restringiu ao fatalismo e ao aspecto messiânico, como foi visto anteriormente? A dimensão ideológico-política desse direcionamento realizado pelas assistentes sociais é qualificada pelo privilégio e pela importância dada a essa assistência no âmbito profissional. Outra questão aparece nessa problemática: é a assistência especificidade do Serviço Social?

Foi partindo dessa questão que se iniciou o desvendamento desse dilema em torno da assistência para o Serviço Social. Assim, de acordo com as entrevistas, as assistentes sociais, em sua maioria, afirmaram que a assistência não é o que especifica

¹²⁶ - *Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?* São Paulo: Cortez, 1992, p. 100

a profissão, entretanto é campo privilegiado, prioritário, e que dá legitimidade ao Serviço Social. Como podemos ver a seguir:

"Eu acho que a assistência é um campo privilegiado do Assistente Social, não exclusivo. O campo para a ação absorve com bastante tranquilidade diferentes profissionais, não é uma área exclusiva. O assistente social tem obrigação de se debruçar sobre essa questão, de estudar mais a fundo..."

"A assistência não é especificidade do Serviço Social. Pode ser campo utilizado. É uma questão multidisciplinar, é uma questão global, ampla..."

"Não há especificidade. Eu acho que a coisa se dá de uma forma mais interdisciplinar mesmo de uma realidade complexa"

"O assistente social tem um papel de destaque nessa área"

Observa-se, nessas entrevistas, que se o Serviço Social negou essa prática, hoje ele deve resgatá-la em uma nova perspectiva que se caracterize no direito aos cidadãos. Isso fez com que o Serviço Social não se identificasse e limitasse seu objeto de atuação a uma área específica e enquanto uma identidade que, para muitos, ainda tem de se buscar. A esse respeito coloca Sartim, *"(...) a especificidade não se define apenas pelo caráter de exclusividade de um domínio de ação mas pela acumulação de forças necessárias a direção do conteúdo que exprime a área de domínio da profissão"*¹²⁷

A assistência sempre foi compreendida como campo de atuação do Serviço Social, e aparece, a partir desses relatos, uma tentativa de superação do perverso assistencialismo na busca do discurso de direitos pelas assistentes sociais.

¹²⁷ - Sartim, M^a Madalena do Nascimento. in: Assistência e a identidade profissional. Serviço Social e Sociedade, n^o 19, São Paulo: Cortez, Editora, p. 101.

No entanto, a práxis ¹²⁸ foi mascarada pela visão mecanicista e economicista da assistência, sem , portanto, dar-lhe um conteúdo político para essa prática, que não é praticismo, e onde a representação dessa assistência se fez na luta cotidiana enquanto uma dimensão histórica desse serviço.

Por fim, caberia ainda uma última indagação que permeia nossa pesquisa: terão elas construído um novo imaginário sobre essa assistência? Reproduzirão um discurso crítico e também uma prática crítica? Conforme as entrevistas, vimos que a assistência é o caminho para a recuperação da pobreza, como uma política compensatória e estratégia de sobrevivência.

"A assistência teria que ser, no meu modo de ver, de outra forma. Não dessa forma paleativa de caridade. Seria essa coisa do direito. Se eu não tenho trabalho porque não tenho? Porque a política econômica não fornece a todos um salário decente então está me faltando do que comer..."

"Eu acho que seja um direito. Um direito mas desde que seja dividido: responsabilidade. A assistência tem que ser participante, tem que haver participação da comunidade".

"A assistência é necessária mas não pode ficar só nisso. Essas pessoas que estão passando fome, isso gera violência. Nós vamos chegar a um ponto em que se não for feita alguma coisa, no social, não vamos mais conseguir viver. A assistência, eu acho que não posso dizer só em termos de dar alguma coisa concreta. Assistência como alimento. Assistência você pode encarar como dar um salário para a pessoa que está desempregada. Eu acho que é uma coisa mais ampla..."

Pode-se ver que o discurso de direitos aparece como conquista, que deve ser realizada nesse campo. Ao mesmo tempo a assistência é revelada ora como garantia

¹²⁸ - A práxis é entendida, no âmbito deste trabalho, a partir da visão de Konder ao afirmar que: "(...) a práxis é a atitude concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poder alterá-la, transformando-se a si mesmos (...)".

dos mínimos sociais, ora como estratégia de sobrevivência, devendo ser superada. É o caminho para a sobrevivência, para o direito não conquistado. Como podemos ver em alguns depoimentos:

"Eu acho que é da maior importância, não é porque nós somos um país de terceiro mundo, não. Acho que a assistência existe em qualquer lugar do mundo. Temos talvez de discutir a forma de se prestar assistência com a preocupação de não se fazer por fazer assistencialismo, mas estar discutindo com essa população que é direito dela..."

" Eu acho que a assistência social, o objetivo dela é dar oportunidade das pessoas de exercerem seus direitos, buscarem seus direitos, reivindicarem seus direitos..."

"Ela é, no momento, um direito da população de ter acesso a serviços, a bens, a riquezas do país. Na realidade nós defendemos o acesso a todos aqueles que necessitem de serviços públicos. Nós temos consciência de que tudo isso se deu a toda uma história brasileira e uma situação estrutural que é geradora da miséria. Nós só vamos mudar isso quando tivermos condições de fazermos mudanças profundas no país. Evidentemente que se isto acontecer o que vai ser dessa população toda que está aí, morrendo de fome? Eu acho que aí entra a assistência com um caráter compensatório e superável de se inserir a necessidade da assistência..."

Em suma, as assistentes sociais, ao incorporarem o discurso de direitos, estão reproduzindo o discurso presente no debate acadêmico; no entanto, como foi visto nos capítulos precedentes, a representação da assistência continua a ser um desafio para a profissão. Constatou-se nas entrevistas a busca de uma nova dimensão para a assistência, em que se almejam mudanças nessa área para a consolidação do direito que não foi conquistado. Entretanto, quais foram as saídas encontradas por elas para essa mudança? Se questionaram o pejorativo assistencialismo e a busca para sua superação, por que não recriaram uma nova práxis nessa área?

Acreditamos que o debate contemporâneo tenha sido um caminho no "final do túnel" para dar luz e recriar, nessa área, uma nova mentalidade. Mas, isso ficou limitado a uma minoria de profissionais que participaram desse debate, ou sequer souberam de sua existência. Como podemos ver nos depoimentos:

"Talvez eu não conheça tão profundamente não. Eu falo o seguinte: primeiro são os debates, a vida toda tem que haver debates. Em primeiro lugar, à medida que se está debatendo determinados aspectos que estariam dentro da assistência social já é um avanço..."

"Eu acho que o debate é fundamental. É super importante, já era necessário há muito tempo"

"Eu acho que uma minoria está preocupada com essa questão. Se você não tem uma prática de participar enquanto profissional do sindicato de assistente social, como é que você vai lutar por essa questão? Eu acho que as pessoas não estão aí..."

"Eu penso que tem havido um resgate desse interesse, a gente observa que é a nível acadêmico..."

A questão da construção de uma nova práxis nessa área nos remete a outro problema: o da ação coletiva que não foi hegemônica, limitando-se aos debates acadêmicos na luta pela assistência. O que vimos foi uma reprodução dessa assistência a partir de uma prática não politizada entre os profissionais que, em minoria, se articulam através do debate contemporâneo ao buscar uma alternativa para a assistência enquanto campo de direitos. Faltou, portanto, uma articulação coletiva, isto é, o desvendamento dessa assistência como ocultamento da dominação capitalista entre os assistentes sociais que mediam essa prática.

No que tange à temática em reflexão, afirmamos que a dimensão política no campo de assistência deve ser resgatada enquanto um novo direcionamento, um novo enfoque que rompa com a reprodução de uma ideologia instituída pela ótica dominante através da ideologia do favor; da visão estritamente econômica presente nesta área. Isso pode se dar através de uma nova prática, ou seja, uma práxis que acontece nas relações sociais que são travadas no cotidiano profissional. "Como coloca Kosik ao afirmar que: *"(...) a práxis do homem não é atividade prática contraposta a teoria, é determinação da existência humana como elaboração da realidade"*.¹²⁹ Em outras palavras, o que vai diferenciar a reprodução ou não de uma nova representação¹³⁰ de uma práxis alternativa nessa área é a inserção ou não do assistente social numa dimensão política que se traduza num direcionamento ideológico crítico.

Para complementar, reiteramos a colocação de Martinelli ao afirmar que o Serviço Social não rompeu com a alienação devido a uma identidade atribuída pela burguesia. Neste sentido, a não coletivização, a não dimensão política da assistência é relacionada ao que diz a autora:

*"A ausência de movimento histórico de construção coletiva de um sentido comum para a profissão havia produzido, portanto, um saldo muito negativo. Os assistentes sociais compunham uma categoria sem identidade profissional própria"*¹³¹

Embora a partir das décadas de 70/80 se criassem um discurso em torno do direito, ainda restam desafios a serem conquistados na área da assistência para a construção de uma alternativa nova. Para a recriação de um novo espaço que se distingue do viés dominante, do discurso do Estado e de suas estratégias de dominação ideológica que se metamorfoseiam. Segundo Norberto Alayon, *"(...) a profissão torna-se alternativa na medida em que articula, facilita e reforça o desenvolvimento de um novo projeto*

¹²⁹ - Kosik, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pág. 202.

¹³⁰ - A representação é entendida aqui segundo a análise de Castoriadis ao afirmar que não há pensamento sem representação, pensar é sempre, também, necessariamente, colocar em movimento certas regras. Contudo, ela não é decalque do mundo objetivo nem pode ser caracterizado como a coisa real, pois torna-se-ia fetiche da realidade.

¹³¹ - Martinelli, M^a Luiza. *Serviços Social: Identidade e Alienação*. São Paulo: Cortez Editora, 1991, p. 198.

social..."¹³² Esse novo projeto social deve ser alvo de discussão no que diz respeito à assistência.

Cabe ressaltar que esse novo projeto social é distinto da prática militante partidária, pois, se insere no seio da contradição do sistema capitalista onde aconteceu a mediação da prática profissional. E se não enfrentarmos esse dilema na década que se faz presente, talvez perderemos mais um espaço de atuação profissional que, há anos, vem sendo rechaçado e estigmatizado pela profissão. Em consequência disto, com a ascensão do discurso neo-liberal, poderemos cair na chamada "crise de materialidade",¹³³ que Rose Mary Serra aponta em suas discussões ainda embrionárias.

O dilema da assistência deve, urgentemente, ser enfrentado pois, embora não seja uma especificidade somente da profissão, ela é campo privilegiado de intervenção do assistente social. Porque o que dá ao Serviço Social um caráter inovador é sua dimensão de intervenção nas relações sociais, onde o seu objeto se faz presente. É na trama das relações sociais que a profissão deve se fazer atuante, onde a assistência torna-se um campo privilegiado de intervenção que tem, em última instância, um caráter eminentemente político. É preciso, portanto, resgatar para o Serviço Social uma discussão ainda embrionária no que concerne à assistência social.

Em primeiro lugar defende-se a tese de que o Serviço Social deve trabalhar melhor a questão da assistência, isto é, deve se especializar neste campo para se tornar, talvez, um consultor. Em segundo lugar, os assistentes sociais devem conscientizar-se da importância de se resgatar para essa área um status que ainda não tem, sem o estigma do assistencialismo, política menor.

Se ontem realizou-se o assistencialismo e, por isso, negamos esse campo, hoje nem sequer o assistencialismo foi realizado. Temos clareza que o assistencialismo é

¹³² - Alayon, Norberto. Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? São Paulo: Cortez editora, 1992, p. 94.

¹³³ - Serra, Rose Mary Sousa. Revista Serviço Social e Sociedade n° 41 IN: A crise da materialidade do Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n 41. São Paulo: Cortez Editora, abril/ maio 93.

uma face perversa do capital que atende aos dominados para manter sua acumulação. No entanto, nesse período dos anos 90, marcado por vertentes conservadoras e neo-liberais, isto não foi feito. Como apontou Norberto Alayon:

"O mais importante atualmente é convencer a população da natural perda de seus direitos...Por causa disto também, na lógica das propostas neo conservadoras de apontar para a redução dos gastos sociais, verifica-se a mais indignada recusa a cair em qualquer variante de cunho assistencialista"¹³⁴

Se os assistentes sociais atuam a favor dos miseráveis devem entender essa assistência, esses serviços prestados como "direitos inalienáveis" dessas pessoas. Em suma, cabe aos assistentes sociais romperem com a máscara que envolve o discurso de direitos na assistência e na prática estigmatizada nessa área. A partir de que foi dito anteriormente, o estigma ainda perdura na profissão, o que parecia já superado e tido como consenso ainda há que ser enfrentado. Aliados a isso, o contexto histórico, social, político-econômico dos anos 90 ratificaram a não assistência como justificativa do discurso neo-liberal.

Assim, associado à crise do Estado, o Serviço Social não iniciou o enfrentamento do dilema da assistência que, ao acender as luzes na Nova República, dava seus primeiros sinais de ruptura com a vertente conservadora. Essa ruptura se identificaria com o imaginário da assistência, sinônimo de tutela, de trabalho menor. Neste sentido, o processo de construção de um "novo imaginário" ¹³⁵ ficou limitado ao discurso acadêmico que remava contra a maré. Portanto, há que se resgatar para o Serviço Social, urgentemente, a necessidade do rompimento com o conservadorismo presente

¹³⁴ - ALAYON, Norberto. Assistência e Assistencialismo. Controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza. São Paulo: Cortez, Editora, 1992, p. 150

¹³⁵ - A questão do imaginário e novo imaginário são categorias utilizadas por M^a Celia Paoli e Eder Sader em seu livro: A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa (org) Ruth Cardoso. Paz e Terra, 1986

nesta área para que se possa lutar pelos serviços sociais destinados à população sem nenhum fantasma representado pelo assistencialismo.

O que vai imprimir à assistência um novo imaginário é a dimensão ideológica-política dada pelos assistentes sociais que estão nestas instituições. A construção do novo se faz na correlação de forças, no embate contraditório presente na sociedade capitalista, numa mediação que se enfrentam em todos os momentos de nossa prática. Mas, como enfrentar esse dilema? Se esperarmos, passivamente, as articulações do Estado frente à implantação da LOAS, na prática estaremos novamente caindo no erro de reproduzir o discurso instituído pelo Estado. E, assim, não sairemos das teias da ilusão de servir aos dominados, pois, serviremos novamente ao capital e cairemos na armadilha neo-liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa trajetória, percorrida por diferentes caminhos no decorrer desta dissertação de mestrado, pudemos destacar algumas considerações no que concerne à assistência, ao Serviço Social e à sua representação construída pelos profissionais.

Os resultados encontrados referem-se a uma particularidade estudada, através do estudo de caso, onde a rigidez do objeto está associada à sua construção na perspectiva marxiana. Assim, as afirmações que se configuram aqui não produzem respostas acabadas, posto que a apreensão desse real se faz por sucessivas aproximações donde não se revela num primeiro olhar à realidade.

As questões que suscitam respostas foram sendo descortinadas e desvendadas, postas a nu, e as quais nos propiciaram algumas considerações que dizem respeito à pesquisa num determinado momento conjuntural, político e econômico. Foi-nos possível averiguar as relações mediatizadas entre o sujeito (assistente social) e o objeto/realidade concreta da prática da assistência. Pode-se concluir que a questão da assistência aparece com dupla face, onde foi revelada uma contraditoriedade e uma ambiguidade presentes nos discursos das assistentes sociais.

Constatou-se, a partir do discurso das assistentes sociais que, embora reproduzam o discurso do Estado no sentido de manter a dominação através do mascaramento dos serviços sociais, criam os mesmos uma resistência que está, ainda, oculta, ao reconhecerem a assistência como direito da população. O discurso como mecanismo de resistência ao status-quo na assistência não se coaduna com a prática, que é de exclusão.

Outra questão relevante refere-se à cidadania que, dadas as diferentes matizes teóricas, tem uma representação construída pelas assistentes sociais por ela influenciada. Percebe-se uma heterogeneidade nos depoimentos onde a assistência enquanto direito social poderia ou não resgatar essa cidadania: essa foi a questão

fundamental. Verificou-se a cidadania ora como aceitação da lógica em favor concedido ao indivíduo na ótica liberal, ora como conquista através de movimentos coletivos.

A cidadania, nos anos 90, segundo as assistentes sociais, é caracterizada pela sua exclusão perversa, pela cidadania que não há, que está perdida, conceituando-a como "cidadãos em construção". Isso nos remete à questão pertinente na discussão sobre o resgate da cidadania. Resgatar que cidadania? Vimos que a palavra cidadão está associada à cidade, ao espaço urbano, à lógica formal de sua inserção no mercado de trabalho. O que se deve discutir é a questão ter cidadania, pois, ser cidadão é inerente à pessoa humana.

Percebeu-se nos depoimentos, a relevância do fato de ser a assistência um dos caminhos que reconhece o direito de uma cidadania ausente, sendo um mecanismo estratégico de acesso e enfrentamento da pobreza. No entanto, segundo as assistentes sociais, a questão da assistência deve ser superada através do pagamento de um salário mais digno. Esta constatação é importante, pois, coloca a assistência não só como campo exclusivo do caráter redistributivo, visto que existe uma exclusão institucionalizada pelo capital na sociedade desde o momento que o trabalhador vende sua força de trabalho e o produto de seu trabalho é apropriado na extração de mais-valia.

E, assim, sendo excludente o trabalho seria, também, um viés para o resgate desta cidadania perdida.

Uma outra questão fundamental no que concerne à assistência, nos anos 90, é o ressurgimento do discurso neo-liberal e a ilusão do servir através da refilantropização da assistência. Esta assistência exerce, portanto, uma função ideológica, que é estratégia de dominação e mascaramento do discurso burguês - democrático em torno dos direitos dos cidadãos, onde a prática é revestida da face perversa do capitalismo.

Por último, podemos dizer que aparece, na dissertação, o Serviço Social no enfrentamento deste dilema que é assistir para dominar ou para superar a dominação. A hipótese que norteou o trabalho é repensada: conseguiu o assistente social construir uma nova representação da assistência em uma prática que rompeu com seu caráter dominante e alienado? Há, entre as assistentes sociais, um discurso heterogêneo e fragmentado, pois se de um lado acreditam que a assistência é necessária, é direito, não é assistencialismo, por outro, na prática, não conseguem enfrentar esse dilema na contradição capital versus trabalho ao reproduzirem o discurso dominante do Estado.

Para ir além da máscara social, que oculta a função ideológica dessa assistência como dominação do capital, é necessária uma dimensão política que se oponha ao poder hegemônico do Estado se revelando como um contra-poder, uma resistência. No entanto, o que vimos entre as assistentes sociais foi uma resistência conformada em sua prática, onde a crítica ao discurso contra-hegemônico se fez presente de maneira silenciosa, oculta talvez. Em sua grande maioria, os profissionais reproduzem o discurso hegemônico do Estado que se metamorfoseia ora na versão do carente, da tutela, da promoção social e até do cidadão.

O que vimos, nessa dissertação, é que a assistência, sendo resultado da contradição do capitalismo, e enquanto mecanismo do Estado para manter sua dominação é, também, direito inalienável em uma dimensão política e contra-hegemônica frente à ótica dominante. As assistentes sociais, por terem uma identidade atribuída pela lógica do capital, não conseguiram criar uma resistência e uma representação que questionassem a assistência instituída pelo Estado como forma de manutenção do status-quo. Ao constituírem em sua consciência a representação dessa assistência mediante a inserção dos mesmos em sua prática. Isto nos remete à dicotomia encontrada entre aqueles que estão coordenando programas, que participam de movimentos coletivos entre aqueles profissionais que atuam diretamente junto à população carente

Assim, para desvendar a representação dessa assistência é preciso entender os profissionais enquanto sujeitos históricos, inseridos portanto na ação, no mundo material, onde a significação subjetiva dessa assistência se reflete em sua práxis. Enfim, significa que as assistentes sociais imbuídas de um discurso contraditório evidenciaram a incorporação do discurso do Estado, não conseguindo romper com o caráter fetichizado na prática da assistência.

Acredita-se que o discurso contra-hegemônico da assistência se limitou ao discurso de direito presente nos debates contemporâneos e em algumas entrevistas junto às assistentes sociais das gerências e de sindicatos. Constatou-se um distanciamento entre as assistentes sociais mediadoras da prática na assistência e as assistentes sociais da academia.

Enfim, a assistência social foi vista, de um lado, enquanto representação dos mecanismos de dominação pelo Estado. E, por outro, enquanto estratégia de resistência à miséria e a sobrevivência para milhares de famintos que, nos anos 90, não tinham sequer o perverso assistencialismo. Por isso, afirmamos existir uma resistência conformada entre as assistentes sociais que, ao reproduzirem o discurso do Estado e do direito, não puderam, contudo, entender a função ideológica dessa assistência como dominação do capital. Evidenciam-se, também, em alguns depoimentos, fragmentos de resistência que colocam a assistência como algo superável na luta por um salário digno, identificando a perspectiva de questionamento da estrutura sócio-econômica que cria e gera essa pobreza.

Essa heterogeneidade e fragmentação dos discursos e representações das assistentes sociais revelaram a ambiguidade e a complexibilidade presentes na questão da assistência. Em período mais recente, ou seja, nos anos 90, a assistência é, ao mesmo tempo, entendida pelos profissionais como direito e também como algo que deva ser superado. Quando, na prática, não encontram saídas, somente a aposentadoria se expressa na resistência ao neo-liberalismo desses anos. Daí afirmarmos que,

ingenuamente, as assistentes sociais reproduzem a armadilha do discurso neo-liberal. Isso teve um rebatimento na prática da assistência que se traduziu no fatalismo. O discurso neo-liberal é uma estratégia neo-conservadora presente no quadro da assistência nos anos 90, onde os assistentes sociais reproduzem e incorporam a face modernizadora e democrática, caindo no que caracterizamos como armadilha neo-liberal na assistência que se traduz, aqui, como estratégia de sobrevivência oferecida aos descamisados.

Finalmente, gostaríamos de colocar algumas questões como pontos de reflexão:

1 - Devem o Serviço Social e os assistentes sociais, mediadores dessa prática, repensar a função que a assistência exerce na sociedade não apenas como estratégia de dominação mas, também, como estratégia de resistência enquanto contra-poder?

2 - É imperativo aos assistentes sociais que trabalham diretamente nos espaços que prestam o atendimento com os Serviços Sociais, benefícios e assistência, reproduzam uma nova "práxis" nesta área, já que a consideramos como campo privilegiado, que dá legitimidade ao Serviço Social enquanto profissão. Essa nova práxis se traduzirá num questionamento da representação institucionalizada nesta área como sendo política marginal. Para isso, é necessário abraçarmos essa questão como campo de atuação, mas que não seja entendido como prática estigmatizante.

Nota-se que o Serviço Social enfrenta um dilema, visto que a assistência é, ao mesmo tempo, mecanismo de dominação e de resistência para a sobrevivência de milhares de miseráveis.

Cabe, portanto, aos assistentes sociais mediadores dessa prática, uma aproximação com o discurso acadêmico para que possam refletir sobre o que significa essa assistência. Como romper com o caráter dominante e alienado nesta área? Como enfrentá-lo frente a ascensão do discurso neo-liberal?

Bibliografia

A) Livros, Artigos e Revistas

- 01 - ABRANCHES, Sergio Henrique, COIMBRA, M.A. e SANTOS, W. Guilherme dos. Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- 02 - _____. Os despossuídos: crescimento e pobreza no país dos milagres. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- 03 - _____. Nem cidadão, nem seres livres. in: O dilema político do indivíduo na ordem liberal democrática. Dados, vol. 28, nº 01, 1985.
- 04 - ALAYON, Norberto. Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? São Paulo, Cortez, 1992.
- 05 - AUGUSTO, M^a Helena Oliva. Políticas Públicas, Políticas Sociais e Política de Saúde: algumas questões para reflexão e debate. São Paulo, Tempo Social, USP (1), 1989.
- 06 - BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, edições, 1979.
- 07 - BARRETO, Helena Motta Salles. A Política Social na Nova República. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo, 1989.
- 08 - BRANDÃO, ANDRÊ, AUGUSTO. Liberalismo, neoliberalismo e políticas sociais. in: Serviço Social e Sociedade, nº 36, São Paulo, Cortez, 1990.
- 09 - BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

- 10 - BITTAR, Marluce. A face oculta da assistência - um estudo da mediação entre o estado e as classes populares através da prática do assistente social. Dissertação de mestrado. São Paulo, 1987.
- 11 - CARDOSO, Miriam Limoeiro. "Ideologia com Problema Teórico" in: Ideologia do desenvolvimento - Brasil - JQ - JK. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 12 - CARVALHO, Alba M^a Pinho. "O Serviço Social nas Relações Sociais: A questão da assistência". Conferência in: O Serviço Social nas Relações Sociais. São Paulo, Cortez, Anas, L.
- 13 - CARVALHO, Raul de. "Modernos agentes da justiça e da caridade" in: Serviço Social e Sociedade, nº 12, São Paulo, Cortez, 1987.
- 14 - CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 15 - CORAZZÁ, Gentil. "As contradições da proposta neoliberal" in: Análise de Conjuntura., 1991.
- 16 - CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia, in: Discurso competente e outras falas. Cortez, São Paulo, 1980.
- 17 - _____. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 18 - _____. "A luta benevolente" in: Ideologia e Mobilização Popular, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 19 - CERQUEIRA, Gisálio Filho. A questão social no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

- 20 - COHN, Amélia. "Desafios atuais para a assistência social: a busca de alternativas" in: Serviço Social e Sociedade, nº 25, São Paulo, Cortez, 1987.
- 21 - COIMBRA, Marcos A. "Cidade, cidadania e políticas públicas" in: SOUZA, AMAURY de: Qualidade de vida urbana. Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- 22 - COVRE, M^a de Lourdes (org). A cidadania que não temos. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1986.
- 23 - COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci - um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, 1987.
- 24 - DALLARI, Dalmo. "Ser cidadão". Lua Nova, São Paulo, 1 (2), set, 1984.
- 25 - DRAIBE, Sônia Miriam e Henrique, M. O Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 6, vol. 3, São Paulo, ANPOCS, 1986.
- 26 - DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. in: Ciências Sociais Hoje, São Paulo, ANPOCS, Vértice, 1989.
- 27 - _____ . As políticas sociais e o neoliberalismo. in: Revista USP, nº 17, Dossiê. São Paulo, março/abril, 1993.
- 28 - DEMO, Pedro. A Assistência Social como direito de cidadania. Brasília, out/1991, mimeo.
- 29 - DINIZ, Elis. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo. ANPOCS, n (20), out/1992.

- 30 - Dicionário do Pensamento Marxista, 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar.
- 31 - FALCÃO, M^a do Carmo. As primeiras damas ressurgem na era Collor, in: Serviço Social e Sociedade, n^o 33, São Paulo, Cortez, 1989.
- 32 - _____ . A sociedade na travessia do estado assistencial brasileiro. in: Os direitos dos desassistidos sociais. São Paulo, Cortez, 1989.
- 33 - FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência social. São Paulo, Cortez, 1985.
- 34 - _____ . O que é política social. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- 35 - FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- 36 - BEL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1989.
- 37 - BOOBY, Peter Taylor. "Welfare State, hierarquia e a "nova direita" na era Teatcher" in: Lua Nova (24), 1991.
- 38 - HAGUETE, Tereza M. F. Metodologia qualitativa na sociologia. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- 39 - HAYEK, Friedrich A. "Os princípios de uma ordem social liberal", in: Ideologias políticas. Brasília, UNB, 1980.
- 40 - HIRSCHMANN, Albert. A retórica da intransigência: tese da perversidade, futilidade e ameaça. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

- 41 - _____. "Duzentos anos de discurso reacionário" in: CEBRAP, (23), São Paulo, março, 1986.
- 42 - _____. De consumidor a cidadão: atividade privada e participação na vida pública. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 43 - IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica. São Paulo, Cortez, 1982. .
- 44 - IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no serviço social. São Paulo, Cortez, 1992
- 45 - IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- 46 - _____. "Negritude e Cidadania" Cadernos PUC (2), março, 1980.
- 47 - KAREL, Kosik. "Dialética do concreto". Paz e Terra, 1976.
- 48 - KARSH, Úrsula. Desafios atuais para a assistência social, a busca de alternativas, in: Serviço Social e Sociedade, nº (23), Cortez, 1987.
- 49 - KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 50 - _____. O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- 51 - LIMA, M^a Helena de Almeida. O estado como problema teórico. in: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 1984.

- 52 - LUCAK'S, Gyorgy. História e consciência de classe. Estudos da dialética marxista. Rio de Janeiro, Publicação Escorpião, 1989.
- 53 - MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. São Paulo, Editora da Unicamp, Pontes, 1989.
- 54 - MARSHALL, T.M. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- 55 - MARTINELLI, M^a Lúcia. Serviço social. Identidade e alienação. São Paulo, Cortez, 1991.
- 56 - MARX, K. Contribuição a crítica da economia política. São Paulo, 1987.
- 57 - _____. A ideologia alemã. São Paulo, Editora Hucitec, 1977.
- 58 - MENEZES, M^a Thereza, C.G. Em busca da teoria: políticas de assistência pública. São Paulo, Cortez, 1993.
- 59 - MERQUIOR, José Guilherme. O liberalismo antigo e o moderno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
- 60 - MINAYO, M^a Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco, 1993.
- 61 - MOSCOVIC, Sergio. A representação social: fenômenos, conceito e teoria. FGV, 1988.
- 62 - NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo, Cortez, 1992.

- 63 - OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1984.
- 64 - OLIVEIRA, Francisco de. Collor: a falsificação da ira. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- 65 - OLIVEIRA, Heloísa M^a José de. Assistência Social: do discurso do estado à prática dos assistentes sociais. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1989.
- 66 - OLIVEIRA, M^a José Galvão, CAVALCANTI, Queirós de. O direito dos serviços sociais - prática do serviço social e constituição de cidadania - Dissertação de Mestrado, UFPE, 1987.
- 67 - PEIXOTO, Clarice et alli. A questão social: um estudo das relações entre o Estado e conflitos sociais no Brasil. IBGE, mimeo.
- 68 - PEREIRA, Bresser Luiz Carlos. "A crítica da direita e da esquerda a um estado em crise", n: Lua Nova. São Paulo, Cedu, (25), 1992.
- 69 - PEREIRA, Potayara Amazoneida. A assistência social como garantia de direitos - crítica dos equívocos conceituais e políticos, mimeo, 1989.
- 70 - PZEWORSKI, Adam. "O capitalismo democrático na encruzilhada". in: Capitalismo e Social democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- 71 - POTAYARA, A.P. "A assistência social como garantia de direitos". (crítica aos equívocos conceituais e políticos). Série Política Social em debate, n^o (1), dezembro, 1989.
- 72 - SANTOS, Leila Lima. Marchas y contramarchas do trabalho social: repensando la reconceptualización in: Acción Crítica (6) . Celats, 1979.

- 73 - SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 74 - SARTIN, M^a Madalena. A assistência e a identidade profissional. in: Serviço Social e Sociedade (19). São Paulo, Cortez, 1985.
- 75 - Seminário do CBCISS. "Alternativas da Política Assistencial Brasileira". Documento Final. Rio de Janeiro, CBCISS, 1974.
- 76 - SERRA, Rose Mary Souza. A crise da materialidade do serviço social. in: Serviço Social e Sociedade, nº 41, abril/maio. São Paulo, Cortez, 1993.
- 77 - SKIDMORE, Thomas. De Getúlio à Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 78 - SOLANGE, Amaral. "Assistência anti-social" in: Jornal do Brasil, agosto, 1991.
- 79 - SOUZA, Herbert de. "O pão nosso de cada dia" in: Veja, 25 anos. Reflexos para o futuro, 1993.
- 80 - SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Vida urbana e gestão da pobreza. São Paulo, Cortez, 1988.
- 81 - _____. Carta tema: A assistência social no Brasil. 1983 - 1990. São Paulo, Cortez, 1991.
- 82 - SPOSATI, Aldaíza e FALCÃO, M^a do Carmo. LBA: identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza brasileira. Educ, 1988.

- 83 - _____ . A assistência social brasileira: descentralização e municipalização. São Paulo, Educ, 1990.
- 84 - SPOSATI, Aldaíza de O. et alli. Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. São Paulo, Cortez, 1986.
- 85 - SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, M^a do Carmo, Fleury. Os direitos dos descaminhos sociais. São Paulo, Cortez, 1989.
- 86 - _____ . "A prática da assistência social: elementos para uma caracterização" in: Serviço Social e Sociedade (nº). São Paulo, Cortez, 1985.
- 87 - TEIXEIRA, Sônia M^a Fleury. I Forum de Administração em Políticas Públicas. Out/dez, 1987, vol. (21), FGV, Rio de Janeiro.
- 88 - TRIVINOS, Augusto N. Silva. Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.
- 89 - VERDES - Leroux, I. Trabalhador Social, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo, Cortez, 1986.
- 90 - VIEIRA, Evaldo Amaro. Estado e miséria social no Brasil - de Getúlio a Geisel. São Paulo, Cortez, 1983.
- 91 - VIANNA, M^a Luiza Teixeira Werneck. Nem leviatá nem moinho: nota para pensar a crise (e as perspectivas, sobretudo) da política social. Rio de Janeiro, IBI, 1990.
- 92 - YASBECK, M^a Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo, Cortez, 1993.

93 - YASBECK, M^a C. et alli. "A prática assistencial no Brasil" in: Serviço Social e Sociedade n^o (17), São Paulo, Cortez, 1985.

94 - WEFFORT, Francisco. Direito, cidadania e participação in: A cidadania dos trabalhadores. são Paulo, Queros, 1987.

Documentos

- 01 - Brasil. I PND (1971 - 1974)
- 02 - Brasil. II PND (1975 - 1979), Brasília
- 03 - Brasil. I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República),
1986-1989, Brasília, 1986.
- 04 - Brasil, 1986. Relatório sobre a situação social do país. NEPP (Núcleo de
Estudos de Políticas Públicas).
- 05 - LBA. Estatutos, Rio de Janeiro, 1942.
- 06 - LBA. Estatutos e Regimento. Rio de Janeiro, 1946.
- 07 - LBA. FLBA. Estatuto direto nº 83148, 8/12/79.
- 08 - LBA. FLBA. Reforma administrativa, MPAS, 1986
- 09 - LBA, FLBA. Regimento interno, 1981.
- 10 - LBA. Documento, origens, MPAS.
- 11 - LBA. FLBA - Relatório geral, 1978.
- 12 - LBA. Relatório geral. 1985.
- 13 - LBA. Relatório geral, 1986.
- 14 - LBA. Relatório geral, 1987
- 15 - LBA. Relatório geral, 1988.

- 16 - LBA. Relatório geral, 1989
- 17 - LBA. Os 45 anos da principal agência de desenvolvimento social da país, Rio de Janeiro, Conversa ao pé do rádio, agosto, 1985.
- 18 - LBA: um dos instrumentos mais importantes da opção social do governo Sarney. Rio de Janeiro, Conversa ao pé do rádio, agosto, 1985.
- 19 - Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social nº 3099, junho, 1989.
- 20 - Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, nº 1457, Brasília, 26/11/1991.
- 21 - Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, nº 626, Brasília, 1991.
- 22 - Projeto de Lei Orgânica da Assistência Social, nº3154, Brasília, 1992.
- 23 - Projeto de Lei, nº 4100, Brasília, 1993.
- 24 - Projeto de Regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8742, Brasília, 7/12/1993.

ANEXO

Relação dos Centros Sociais por Regiões

I) Região do Município do Rio de Janeiro

Copacabana

Rua Xavier da Silveria, nº 75

Fone: 235-3896

Jacarepaguá

Rua Barão, nº 207

Fone: 359-0311

Laranjeiras

Rua das Laranjeiras, nº 430, sobreloja

Fone: 205-3395 ou 285-7946

Coelho Neto

Rua Theremin, s/nº

Fone: 372-6540

Del Castilho

Rua Vlaminck, nº 125

Fone: 281-7724

Irajá

Rua Capitão Aliatar Martins, nº 231

Fone: 391-1635

Vila Isabel

Rua 8 de dezembro, nº 378

Fone: 284-6689 ou 284-2498

Deodoro

Rua Marechal Alencastro, s/nº

Fone: 390-8624

Olaria

Rua André Azevedo, nº 91

Fone: 290-6843

Realengo

Rua Oliveira Braga, nº 211

Fone: 331-3500 ou 339-5507

Ramos

Rua Profº Lacê, nº 57

Fone: 270-6745

I. Governador

Rua Babaçú, nº 521 - Cacotá

Fone: 393-7766

Gerência da Região

Av. Geberal Justo, n 275 - sala 217

Fone: 292-2060 ramais 300/248

II) Região Baixada Fluminense

Caxias

Rua tenente José Dias, nº 207 - Centro
Fone: 771-2466 ou 771-2812

Nova Iguaçu

Rua Treze de Maio, nº 499
Fone: 768-0110

Ninópolis

Rua Fernandes Mendes, nº 1349
Fone: 791-3873

Gerência

Fone: 292-2060 - ramal 305

III) Região Leste Fluminense

Niterói

Rua Amaral Peixoto, nº 171, 2º andar
Centro
Fone: 719-4189

Engenhoca

Rua João Brasil, nº 1960
Fone: 717-2812

Ingá

Rua Tiradentes, nº 148
Fone: 719-1815

São Gonçalo

Rua Feliciano Sodré, nº 153
Fone: 712-1100

Pendotiba

Estr. Caetano Monteiro, nº 820 Badu
Fone: 711-2799

Vista Alegre

Rua são Pedro, nº 02
Fone: 710-2434

Gerência da região

Av. Amaral Peixoto, nº 116 - 4º andar
Fone: 719-5648

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:

Profª Sebastiana R. de Brito

Orientadora

Drª em Sociologia pela Universidade Sorbonne

Profª Mª Aparecida Barbosa Marques

Drª em Serviços Social pela Universidade Columbia University

Profª Nobuco Kameyama

Drª em Geografia Social pela EHESS/Paris

Visto e permitida a reimpressão.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1994.

Profº Ilmar Rholoff de Mattos

Coordenador dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Ciências Sociais da PUC/RIO